

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

PET HISTÓRIA



GEORGIANE GARABELY HEIL VÁZQUEZ
ANGELA RIBEIRO FERREIRA
ORGANIZADORAS

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

PET HISTÓRIA



GEORGIANE GARABELY HEIL VÁZQUEZ
ANGELA RIBEIRO FERREIRA
ORGANIZADORAS

ARCO
EDITORES ● ● ●

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Bibliotecária: Eliete Marques da Silva

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Capa: Manuela de Oliveira Marcondes e Bruno Ribeiro Leal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação e diversidade [livro eletrônico] : PET
história / Georgiane Garabely Heil Vázquez,
Angela Ribeiro Ferreira (orgs.). --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-458-9

1. Diversidade 2. Educação 3. Ensino superior
4. Extensão universitária 5. História - Estudo e
ensino (superior) 6. Pesquisa científica 7. PET -
Programa de Educação Tutorial I. Vázquez, Georgiane
Garabely Heil. II. Ferreira, Angela Ribeiro.

25-267578

CDD-378.198

Índices para catálogo sistemático:

1. Programa de Educação Tutorial : Extensão universitária : Educação superior 378.198

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



10.48209/978-65-5417-458-9

Esta obra é de acesso aberto.

*É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria
e respeitando a Licença Creative Commons indicada.*



APRESENTAÇÃO

Este livro apresenta os resultados das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas no Programa de Educação Tutorial em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa no período de abril de 2022 a abril de 2024, os dois anos em que o grupo está sob a Tutoria das Professoras Georgiane Garabely Heil Vázquez e Angela Ribeiro Ferreira.

Os textos que compõem o livro são dos projetos desenvolvidos que contaram com a participação de todos os acadêmicos e acadêmicas petianos/as do período, alguns que já se formaram no curso, mas que retornaram para refletir sobre a experiência. Entretanto, para elaboração dos textos, os projetos foram divididos entre todos para a redação dos textos, ficando cada dupla ou trio responsável pela reflexão final de um dos projetos.

No capítulo um as Tutoras apresentam o Projeto “Educação e Diversidade” que foi o tema escolhido para essa gestão do PET e que abriga e direciona todos os demais projetos desenvolvidos. Explicamos quais são os conceitos centrais da temática do Programa e as possibilidades de desdobramento.

No capítulo dois, intitulado “Mapeando o assédio na UEPG”, de autoria de Brayan Gaudêncio Rocha, Eduardo José Vieira Cesto, Manuela de Oliveira Marcondes apresentamos reflexões sobre o projeto de mesmo nome que propôs discutir o tema do assédio dentro da universidade e, para isso, o grupo elaborou um formulário em que estudantes, servidores e docentes pudessem narrar histórias de assédio sexual e moral de forma anônima. Outra forma de narrar foi através de uma caixa disponibilizada na universidade e que as pessoas pudessem depositar por escrito. Os dados apresentados no texto são resultado do formulário online.

O capítulo três, intitulado “Uma análise da exposição Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos”, de autoria de Camille Machado Bahri, Jeferson Osni de Souza Junior, Sara Bomfim Cinque surgiu do projeto “Mulheres de Ponta Grossa: 200 anos” que foi concebido no ano de 2023 ano de comemoração dos 200 anos de Ponta Grossa. Para além de todas as comemorações oficiais, o projeto propôs uma pesquisa e produção de uma exposição em que tratássemos da história de mulheres da cidade, algumas ainda do século XIX e outras recentes, são professoras, benzedadeiras, enfermeiras, prostitutas, médicas, donas de casa, etc

que constituem a história nesses 200 anos. A exposição foi feita na universidade e em vários Colégios estaduais ao longo de 2023 e início de 2024.

No capítulo quatro, Jeferson Osni de Souza Junior e Sara Bomfim Cinque escrevem “Pessoas comuns, histórias marcantes: Dirce Maria Alves, a Xuxa do calçadão, na exposição do PET História”. Essa é a história de uma das mulheres escolhidas para a exposição “Mulheres de Ponta Grossa: 200 anos”, uma figura muito conhecida, já falecida, mas que despertou bastante a atenção durante a exposição, até mesmo da imprensa local.

No capítulo cinco apresentamos “Cine diversidade: PET História (UEPG) e a abordagem da diversidade por meio do cinema”, por Lucas Gabriel Silva e Jeferson Osni de Souza Junior. O cine diversidade é um dos projetos permanentes do Programa, que procura abordar os temas da Educação e Diversidade através de filmes e documentários, sempre aberto ao público em forma de atividades extensionistas.

No capítulo seis, “Um exercício de garantia da dignidade menstrual: o projeto ‘Absorva essa ideia’ na UEPG” o texto foi organizado por Lorenzo Prioto dos Santos, Ana Luiza Rosa Severo e Gustavo de Jesus Silva. Esse projeto surgiu da observação das dificuldades que algumas acadêmicas relatavam em relação ao acesso à absorventes em período menstrual, além do fato de serem pegas de surpresa com a menstruação enquanto estavam no campus e não terem a quem recorrer. Entre as principais ações, estava a coleta de absorventes e a disponibilização nos banheiros. Além disso, o tema foi abordado mais recentemente em um Cine Diversidade com o Documentário “Absorvendo o tabu”, dirigido e lançado por Rayka Zehtabchi em 2019, que trata do estigma em torno da menstruação na Índia.

E, no último capítulo, “PET História e o Clube de Leitura” escrito por Felipe Lomba Ferreira e Milena Borcoski, apresentamos mais um Projeto permanente do Programa. Esse projeto prevê a seleção de livros e textos com as temáticas da Educação e Diversidade para leitura e debate em sessões abertas ao público.

Boa leitura e que os projetos possam inspirar outras ações dentro da temática da Educação e Diversidade.

Angela e Georgiane
Ponta Grossa, abril de 2025.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Educação e Diversidade no Curso de História - Uepg: Reflexões sobre o grupo PET.....9

Georgiane Garabely Heil Vázquez; Angela Ribeiro Ferreira

doi: 10.48209/978-65-5417-458-0

CAPÍTULO 2

Mapeando o Assédio na UEPG.....20

Brayan Gaudêncio Rocha; Eduardo José Vieira Cesto; Manuela de Oliveira Marcondes

doi: 10.48209/978-65-5417-458-1

CAPÍTULO 3

A Influência Feminina de Ponta Grossa: Uma Análise da Exposição “Mulheres de Ponta Grossa - 200 Anos”.....30

Camille Machado Bahri; Jeferson Osni de Souza Junior; Sara Bomfim Cinque

doi: 10.48209/978-65-5417-458-2

CAPÍTULO 4

Pessoas Comuns, Histórias Marcantes: O Caso Inspirador de Dirce Maria Alves, a Xuxa do Calçadão, na Exposição do PET História.....65

Jeferson Osni de Souza Junior; Sara Bomfim Cinque

doi: 10.48209/978-65-5417-458-3

CAPÍTULO 5

Cine Diversidade: Pet História (UEPG) e a Abordagem da Diversidade por meio do Cinema.....79

Lucas Gabriel Silva; Jeferson Osni de Souza Junior

doi: 10.48209/978-65-5417-458-4

CAPÍTULO 6

Um Exercício de Garantia da Dignidade Menstrual: O Projeto “Absorva essa Ideia” na UEPG.....99

Lorenzo Prioto dos Santos; Ana Luiza Rosa Severo

doi: 10.48209/978-65-5417-458-5

CAPÍTULO 7

PET História e o Clube de Leitura.....111

Felipe Lomba Ferreira; Milena Borcoski

doi: 10.48209/978-65-5417-458-6

Sobre os Organizadores.....121

Sobre as Autoras e os Autores.....122

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NO CURSO DE HISTÓRIA- UEPG: REFLEXÕES SOBRE O GRUPO PET

Georgiane Garabely Heil Vázquez

Angela Ribeiro Ferreira

Doi: 10.48209/978-65-5417-458-0

Notas Preliminares

Este capítulo tem como principal objetivo refletir sobre as concepções teóricas e a abordagem direcionada ao grupo PET História UEPG, durante a proposta de tutoria “Educação e Diversidade”, iniciada em meados de 2022.

Assumir um grupo PET, além de uma proposta de carreira e realização pessoal, era, no contexto de 2022, também um ato político e de resistência. O país estava paulatinamente saindo da crise de pandemia de Covid-19 e no primeiro semestre daquele ano as aulas e grupos de estudo/pesquisa estavam retornando para a modalidade presencial. No caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), as atividades de ensino pesquisa e extensão permaneceram na modalidade online de março de 2020 até março de 2022. Desta forma, um panorama novo surgia no horizonte e todos, estudantes e professores, precisavam estar preparados para retomar suas atividades ainda num contexto sanitário de bastante insegurança.

Para além das questões de saúde pública, o Brasil e consequentemente o Ministério da Educação- pasta responsável pelo Programa PET- também enfrentavam um momento difícil após anos de sucateamento durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), período de cortes de gastos na educação pública e principalmente ataques motivados pela extrema direita contra os movimentos feministas, os estudos de gênero e os estudos queer. Esses ataques acusavam, de maneira geral, o campo dos estudos de gênero de promover a sexualização de crianças e adolescentes em escolas e de mi-

litar em prol de movimentos LGBTQIAP+. Esse contexto político foi bastante adverso para todos os pesquisadores de estudos de gênero e sexualidade, em especial aqueles que realizavam suas pesquisas em colégios e universidades.

Vale aqui destacar o texto publicado no site “Café História” que buscou denunciar os ataques que o campo de gênero vinha sofrendo no início do século XXI e também explicar quais seriam as principais abordagens dentro dessa área de estudo. De acordo com Vázquez (2017) no espaço universitário, os feminismos iniciaram uma trajetória em meados do século XX, embora os feminismos como movimento social tenham se articulado desde meados do século XIX. Na área de História, por exemplo, a incorporação da categoria mulher está relacionada a todo um movimento historiográfico de renovação no campo de conhecimento. A história demográfica, a história da família e a ideia de uma história “vista de baixo”, na qual também deveriam ser contadas as vidas de pessoas comuns, de operários e operárias, de camponeses e camponesas, entre outros, contribuíram significativamente para a compreensão de que era necessário se escrever sobre Mulher – nesse primeiro momento ainda no singular, ou seja, ainda pensada como uma categoria homogênea. Porém cabe aqui destacar, assim como fez Joana Maria Pedro (2011), que não existe, pelo menos no Brasil, uma total linearidade entre as categorias mulher, mulheres, gênero. Tais palavras/conceitos/categorias, transitam em títulos de artigos e projetos variados, sem um rigor cronológico.

Ainda segundo Vázquez (2017) entre o fim dos anos de 1970 e o início da década de 1980 as historiadoras feministas – principalmente ligadas ao feminismo norte-americano – começaram a problematizar as particularidades que existiam entre elas próprias. A categoria Mulher já não dava conta de explicar a multiplicidade de experiências e subjetividades. As mulheres negras, particularmente, questionaram o gesto excludente da escrita da História das Mulheres, revelando as fraturas internas não só da História, mas do próprio feminismo acadêmico ao mostrar as armadilhas e ilusões da categoria Mulher. Desde então, feministas como Angela Davis e Bell Hooks, argumentaram que as mulheres não viviam da mesma forma a experiência de ser mulher. Outras variáveis precisavam ser levadas em consideração, como classe, cor, escolaridade.

dade, dentre outros aspectos que precisavam ser compreendidos, defendendo assim sempre o uso da palavra Mulheres (no plural) como forma de demonstrar a variedade de experiências entre as mulheres e buscando romper com a ideia de uma essência feminina eterna e imutável.

É neste contexto que chegamos à questão do uso da palavra **Gênero** no final da década de 1980. Quando Joan Scott publicou seu famoso artigo “Gênero: uma categoria útil de análise”, na *American Historical Review*, ela visava demonstrar que a imensa produção da História das Mulheres havia chegado a um impasse: ou ficava numa categoria suplementar ao campo historiográfico, ou forçava uma transformação no interior da disciplina e do conhecimento histórico. Defendendo a segunda posição, Scott então propõe o gênero como categoria de análise e não como um tema ou um objeto. E como categoria, ela propõe a perspectiva de gênero para análise, inclusive, das estruturas e dos discursos políticos. Para Scott (1995), gênero é a organização social das diferenças sexuais. É um saber que estabelece significados para as diferenças corporais.

Assim, ao historicizar como os estudos de gênero foram parcialmente se consolidando no campo da História, Vázquez (2017) defende que os Estudos de Gênero nunca tiveram como objetivo modificar a sexualidade de ninguém – até porque os pesquisadores e pesquisadoras da área não acreditam que a orientação sexual ou a identidade de gênero das pessoas sejam modificáveis como querem fazer crer seus detratores. Nunca defenderam pedofilia ou incentivaram a erotização infantil. Nunca foram “ideologia”, atacando assim as alas conservadoras da sociedade que argumentavam sobre a suposta “ideologia de gênero” que estaria impregnada na educação.

Um dos campos atacados nesse contexto foi a escola e o ensino de História, professoras e professores foram acusados de “doutrinação de gênero”, especialmente pelo grupo que criou o projeto Escola Sem Partido. Esse projeto, que foi considerado inconstitucional pelo STF em 2020, disseminou ferramentas de intimidação, perseguição e denúncia de docentes que trabalhassem questões de gênero e sexualidade na sala de aula. Houve um processo intenso de autocensura dos docentes em função do medo instalado.

Como se viu, o contexto político exigia explicações públicas sobre o que faziam as pesquisadoras de gênero e, portanto, elaborar uma proposta para disputar a tutoria do grupo PET História UEPG baseado na perspectiva teórica de gênero e diversidade era um gesto político de militância pessoal e acadêmica, além de uma contribuição para o campo de estudos de gênero numa articulação institucional entre ensino, pesquisa e extensão.

O Programa PET

O Programa de Educação Tutorial – PET- é uma proposta efetivada que visa proporcionar uma formação ampla e de qualidade a estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior do país. É coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e atualmente financiado pelo FNDE. Cabe destacar que a proposta geral do programa PET é de formar grupos compostos por até doze alunos bolsistas e seis voluntários, orientados por um professor tutor, que desenvolvem atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, bem como a discussão de temas de maneira ampla dentro das áreas dos grupos. Tais grupos têm o compromisso de estimular a melhoria do ensino de graduação, atuando como agentes multiplicadores, interagindo com o corpo discente, docente e com a pós-graduação.

De acordo com Maria da Graça Moraes Braga Martin (2005), ao longo da década de 1970 o Ministério da Educação, por meio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES -, vinha implementando uma série de programas na tentativa de melhorar o ensino superior no país, dentre eles o chamado Programa Especial de Treinamento, criado em 1979, e que em 2004, passou a denominar-se Programa de Educação Tutorial (PET). Martin (2005) ainda argumenta que a concepção geral de criação dos grupos PET eram (e é) a consolidação de um programa que desenvolve atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, além de discussão de temas éticos, sócio-políticos, científicos e culturais. Neste sentido, os grupos PET também tem o compromisso de estimular a melhoria do ensino de graduação nos cursos onde se encontram atuando, com os bolsistas atuando como motivadores de pesquisa, interagindo com os outros estudantes

de graduação e também com os professores, bem como com a pós-graduação nos casos de cursos que possuam essa modalidade de formação.

Outra característica marcante é a ênfase no trabalho em conjunto: os grupos devem por princípio atuar em conjunto com o/a professor/a tutor/a para realizar desde o planejamento, a viabilização, a execução e a avaliação das atividades. Como orientação geral as atividades são de caráter geral e independem da linha de pesquisa do/a professor/a tutor/a ou da área de conhecimento do curso, o que evita uma especialização precoce. Todavia, não se impede a atuação de grupos em grandes áreas, como por exemplo, os estudos de gênero. Contudo, recomenda-se que não se foque em apenas um aspecto desse campo como apenas história das mulheres, ou apenas estudos sobre populações LGBTQIAP+.

O Programa é regido pelo Manual de Orientações Básicas (MOB). Este Manual já teve diferentes redações, cuja comparação revela as transformações ocorridas. De modo geral, pode-se dizer que o MOB tem o objetivo de definir a filosofia e de garantir a Unidade Nacional do Programa, unificando assim, pelo menos parcialmente, as práticas dos diferentes grupos espalhados pelo país. Martin (2005) menciona que o atual MOB - Manual de Orientações PET/2002 - foi organizado com base no Manual de 1995 através de discussões realizadas pelos integrantes do PET em encontros regionais, nacionais e foi aprovado em assembleia no Encontro Nacional (ENAPET). Tal manual estabelece que as atividades que complementam a formação acadêmica devem contemplar a “sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade”, atuação coletiva e “procurando atender mais plenamente às necessidades do próprio curso de graduação e/ou ampliar e aprofundar os objetivos e os conteúdos programáticos que integram sua grade curricular”. Isto é, o grupo tem responsabilidade não só com a sua formação individual como também com o curso onde está inserido e até mesmo com a sociedade como um todo.

A figura do tutor/a tem também um papel especial, na medida que não deve ser confundida com um/a orientador/a. Desta forma, cabe a tutoria PET estimular o debate sobre o contraditório, incentivar propostas de pesquisa e extensão vinda dos estudantes (chamados de petianos/as) e manter o bom an-

damento do grupo. A tutoria deve presar pela autonomia dos estudantes vinculados ao PET, ou seja, ter autoridade sem ser autoritária e propiciar os meios institucionais para que os projetos sejam desenvolvidos. No método tutorial do PET, o tutor tem a missão de estimular a aprendizagem ativa dos alunos através de vivências, reflexões e discussões, num clima de cooperação.

Educação e Diversidade: O PET História UEPG

O grupo PET-História/UEPG foi criado e credenciado ao sistema do MEC em 2011 e, portanto, já vivenciou diferentes períodos de tutoria, a saber: professor Luis Fernando Cerri, professora Rosângela Petuba e professora Alessandra Carvalho com co-tutoria do professor Robson Laverdi. Essas três etapas foram de vigorosa consolidação do grupo e inserção do PET de maneira integrada nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de nossa universidade. Foram, portanto, experiências vitoriosas e que fortalecem a história desse grupo PET.

A partir de abril de 2022, iniciamos, via seleção PROGRAD UEPG, em parceria com a professora Angela Ribeiro Ferreira, um novo momento de tutoria no grupo PET História. Por conta de nossas temáticas de formação e pesquisa, elaboramos um projeto que priorizasse temas com “Educação e Diversidade” e teremos um período de até seis anos para desenvolver diferentes projetos com a equipe.

Desta forma, ao nos colocarmos à disposição para assumir as responsabilidades de condução do PET História, tarefa que exige planejamento e disposição do firme compromisso com essa equipe de estudantes e com esse departamento (DEHIS UEPG). O conjunto de responsabilidades atribuídas ao tutor/a contém, entre outras, o planejamento e supervisão das atividades do grupo de estudantes bolsistas e não-bolsistas. Tais atividades precisam ser idealizadas, discutidas, planejadas, executadas e avaliadas; sempre considerando suas justificativas, motivações, adequabilidade e significância dentro do contexto dos cursos de licenciatura e bacharelado em História e da Universidade.

Nesse sentido, é fundamental que a figura de um/a tutor/a seja capaz de motivar e orientar os/as estudantes, sem no entanto assumir a responsabilidade

integral sobre as atividades de grupo, de forma a dar espaço ao crescimento e amadurecimento dos/as mesmos/as, por meio de condução de atividades, conquistas e estímulo intelectual e profissional. Destacamos que é também função da tutoria compreender o grupo PET como heterogêneo e, portanto, cabe as tutoras, respeitar a diversidade de interesses e aspirações conduzindo tal heterogenidade de forma orgânica e produtiva. Compreendo que como tutoras PET temos o papel de fazer com que os/as estudantes compreendam a universidade como um sistema complexo, um espaço plural de produção de conhecimento e que se estende para muito além da sala de aula.

Assim, pretendemos com esse período de tutoria, auxiliar na formação acadêmica e humana desse grupo, de modo a potencializar o aprendizado para possibilitar estudantes como agentes transformadores da sociedade em que vivem, seja por meio da própria formação profissional e intelectual, seja pelo desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, sempre pensando os eixos formativos de maneira articulada. A cada um dos/das estudantes acreditamos que deve ser dispensada atenção individualizada, para que seja possível orienta-los/as para o trabalho cooperativo e coletivo que tão bem define o grupo PET, propiciando dessa forma que adquiram competências de autonomia, segurança, liderança, cooperação em sintonia com habilidades técnicas profissionais.

Nossas principais inquietações como pesquisadoras de gênero e educação foram os ataques que o campo de pesquisa vinha sofrendo ao longo dos últimos anos por movimentos conservadores e os impactos de tais ataques no campo educativo. Desta forma, ao assumirmos a tutoria do grupo PET História buscamos problematizar com os estudantes sobre como os Estudos de Gênero e suas variadas áreas de pesquisas tem demonstrado amplas possibilidades de contribuição para o campo da historiografia e do ensino da História. A partir das décadas de 1950 e 1960 outras abordagens históricas vão contribuir de maneira significativa para os futuros estudos sobre gênero, infância, diversidade e subjetividades. Áreas como a Demografia Histórica e a História da Família e suas descobertas sobre a sexualidade e as sensibilidades do passado em relação ao casamento, às crianças e à morte desempenharam funções primordiais para

o impulso historiográfica chamado inicialmente de “história das mulheres” e posteriormente “história das relações de gênero”.

Apresentar o debate teórico-historiográfico aos estudantes de modo a evitar estigmas sobre a área de gênero e diversidade foi a proposta inicial desta tutoria. A base teórica do grupo desde 2022 sempre esteve pautada na história da sexualidade e a história das mulheres e das relações de gênero, que por sua vez, lançaram novas luzes sobre práticas, representações e sensibilidades envolvendo grupos sociais marginalizados e destituídos de memória. A partir daí os sentimentos, as subjetividades e as intersubjetividades passaram paulatinamente a fazer parte das reflexões históricas. Esta nova frente só começou a ser aberta por historiadores ligados à chamada Nova História, como George Duby e seus importantes estudos sobre o amor, Elizabeth Badinter e a reflexão em torno da desnaturalização do amor materno e Anne Vincent-Buffault e seu estudo sobre as sensibilidades e emoções (DUBY 1989, BADINTER, 1985; BUFFAULT, 1988) .

Os diferentes tipos de violências sofridos por mulheres e populações LGBTQIAP+ em nossa sociedade também eram preocupantes e desta forma, buscamos debater com os estudantes que a violência doméstica ou pública contra mulheres e populações LGBTQIAP+ é um problema socio-cultural que deve ser combatido em diferentes frentes. Sabe-se que as relações sociais entre homens e mulheres foram estabelecidas pelos processos históricos e por relações desiguais. Essas relações desiguais determinam, a partir da cultura patriarcal, parâmetros de vivência e de comportamentos para esse binarismo de gênero. Saffioti (2004) aponta que as relações patriarcais desconhecem a mulher como sujeita histórica, e a limitam à subordinação ao homem, tal ideia de subordinação sustenta práticas de violência. Muitas vezes, esse segmento da população não encontra condições de equidade com homens, seja no mercado de trabalho, da vida cotidiana, no acesso à educação, etc. Tais situações podem resultar em diferentes graus de vulnerabilidade sendo um dos piores as situações de violência, gerando inclusive risco de vida.

Para Bourdieu (2011), a violência não é um conceito estanque, enquanto categoria sempre esteve presente na análise histórica, tem uma variedade de

significados e abordagens que mudam conforme o contexto sociocultural. A violência nasce de um impulso ilimitado que entra em choque com a limitação do desejo dos outros, ela nunca deve ser vista como algo positivo, formador e/ou disciplinador. Agir com violência é ferir, fazer o mal, fazer alguém sofrer. Tais práticas de agressão legitimam uma dominação inscrevendo-a numa espécie de “natureza biológica” que é também uma construção social naturalizada.

E por entendermos que uma das principais formas de combate à violência é a educação é que a temática central do grupo PET é Educação e Diversidade. Diante de todas as formas de violências sofridas pelas mulheres, aumento de feminicídio, violência sexual, violência política, e a violência sofrida pela população LGBTQIAP+ como homicídio, homofobia, transfobia, racismo, etc., é que consideramos que podemos ter um papel formativo para os futuros historiadores e professores de História, bem como contribuir para o debate e a formação na temática na universidade e na sociedade.

Desta forma, o planejamento inicial proposto para o grupo PET visa a formação de estudantes por meio de leituras, aprofundamentos teóricos e ações de pesquisa e extensão nessas áreas supracitadas, além de outras que possam surgir de acordo com os interesses dos petianos. O campo de direitos humanos que abriga os debates sobre a valorização da diversidade (étnica, de gênero, racial, geracional, entre outras) sempre nos foi profícuo para a realização das atividades PET aqui apresentadas. O compartilhamento de experiências, e o conhecimento de realidades diversas das populações, possibilitou aos estudantes PET maior formação intelectual e humana. Além disso, as atividades pensadas sempre de maneira integrada nos eixos do ensino, pesquisa e extensão possibilitaram uma visão mais ampla sobre a função social da Universidade e favorecem a interação de nossa instituição com a comunidade. Em nossa proposta, a extensão é fortalecida, em primeiro lugar pela experiência anterior com o Lagedis, laboratório e grupo do CNPq que fundamos para fomentar pesquisas em gênero e diversidade da UEPG, mas também por nossa própria concepção pessoal de extensão, que está intrinsecamente vinculada ao ensino e a pesquisa.

Como tutoras PET, sempre realizamos o planejamento das atividades em conjunto com os estudantes, acompanhamos pessoalmente a realização das

mesmas, conduzimos a avaliação sistêmica e diagnóstica das ações desenvolvidas e procuramos possibilitar que os/as estudantes reflitam intelectualmente sobre essas experiências realizadas no PET. Outro ponto é o constante incentivo para que os petianos submetam textos científicos em eventos universitários e ou em revistas ou como capítulos de livros, bem como se integrem em pesquisas de iniciação científica na universidade. Nessa proposta, a tríade ensino, pesquisa e extensão se vê plenamente contemplada, na medida que as atividades, projetos e leituras realizadas pelos estudantes resultou em conhecimento sistematizado em textos.

O acompanhamento e avaliação das atividades foi constante e realizado de diferentes maneiras, a saber: por meio de verificação de participação, por meio de entrega de materiais, por meio de seminários, por meio de capacidade de liderança e organização de atividades, por meio de submissão de textos reflexivos sobre as práticas desenvolvidas.

Nessa perspectiva, o grupo PET História UEPG defende a proposta “Educação e Diversidade” pela necessidade urgente da Universidade cada vez mais dialogar com a escola, os movimentos sociais, atuar na área de direitos humanos e sociais e estar ramificada em diferentes espaços da sociedade civil organizada. Responder pela tutoria PET e esta proposta de temas é também parte da luta pessoal em prol das populações menos favorecidas e em situação de vulnerabilidade.

O grupo PET é, portanto, um dos principais articuladores entre a pesquisa, o ensino e extensão e o debate dos Estudos de Gênero e Diversidade nos cursos de História (licenciatura e bacharelado), e demonstra a importância do financiamento de bolsas e projetos nesta área.

Referências

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado*. O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUFFAULT, Anne Vicent. *História das lágrimas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DUBY, George. *Idade Média, idade dos homens; do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MARTIN, Maria da Graça Moraes Braga Martin. *O programa de educação tutorial-PET: formação ampla na graduação*. Dissertação. Mestrado em Educação. UFPR, 2005.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Revista Educação e Realidade. v.1S, n.2, jul./dez. 1990.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o Debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

_____. *Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero. (Artigo) In: Café História – história feita com cliques. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>. Publicado em: 27 nov. 2017. Acesso: [10 de abril de 2025]

CAPÍTULO 2

MAPEANDO O ASSÉDIO NA UEPG

Brayan Gaudêncio Rocha
Eduardo José Vieira Cesto
Manuela de Oliveira Marcondes
Doi: 10.48209/978-65-5417-458-1

Introdução

O PET História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) realizou, no ano de 2023, o projeto intitulado “Mapeando o Assédio na UEPG”, com o objetivo de obter dados para estudo. Assim como é descrito no título, o projeto teve como proposta uma pesquisa sobre diferentes tipos de assédios, em especial os ocorridos nas universidades, nesse caso, a UEPG.

A universidade disponibiliza de alguns meios para o combate ao assédio, como, por exemplo, a “Campanha UEPG de olho no assédio”, realizada pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), que começou com a exposição de cartazes e a distribuição de adesivos, também disponibilizando o número para realizar denúncias.

No ano de 2023 veio a público um caso de assédio envolvendo um professor de economia da UEPG e uma aluna, a qual denunciou o agressor e teve todo o suporte necessário, inclusive, após o desenrolar jurídico, este mesmo professor foi exonerado da universidade:

Professor da UEPG é demitido após enviar mensagens com conteúdo sexual para aluna

Advogadas de Luciano Ribeiro Bueno afirmaram que caso aconteceu quando professor passava por problemas psicológicos e disseram que devem levar decreto de demissão para análise judicial.

(figura 1 disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2023/08/21/professor-da-uepg-e-demitido-apos-enviar-mensagens-com-conteudo-sexual-para-aluna.ghtml>)

Esse caso chamou atenção dos estudantes da UEPG, resultando em um ato dos movimentos estudantis (DALHIS e DAGLAS) e da atlética Gorilas (Física, Geografia, Matemática, Química), no dia 27 de abril de 2023, cobrando um posicionamento do departamento ao que o professor estava vinculado. O ato iniciou com uma oficina de produção de cartazes contendo frases de combate ao assédio, em frente ao Restaurante Universitário (RU) do campus Uvaranas, após isso os estudantes foram para o bloca L e para a central de salas fazendo barulho e cobrando um posicionamento dos departamentos ao qual o professor estava ligado. Por fim o ato teve sua conclusão com uma reunião com o Reitor, professor Miguel Sanches Neto, e com sua equipe.



Fonte: disponível em: https://www.instagram.com/p/CsE4AEvuSoZ/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==)

Esse caso repercutiu em toda a cidade, principalmente entre as alunas da UEPG, e foi esta uma das motivações para que o PET História decidisse criar um projeto para mapear outros casos em nossa universidade.

Para que fosse possível a execução, foi utilizado como suporte teórico principal o texto “ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise sociogendrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores”, escrito por Valeska

Zanello, Iara Flor Richwin e presente no livro “Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas” (pp.291-324), que traz os diferentes tipos de assédio e três relatos sobre universitárias que foram vítimas deles.

Segundo as autoras, Valeska Zanello e Iara Flor Richwin, existem três tipos de assédio sexual: “o assédio de gênero, que consiste nos comportamentos ofensivos sexuais que se apresentam de maneira verbal, física e simbólica, podendo ser hostis, ofensivos e misóginos”, “a atenção sexual não desejada, que pode incluir tanto expressões românticas quanto manifestações sexuais mais diretas, podendo chegar a ser intimidatórias ou ofensivas” e “a coerção sexual, marcada pelas condutas sutis ou explícitas, nas quais se demanda uma troca sexual para se adquirir benefícios laborais”. Ao retratar casos ocorridos dentro das universidades, o texto abre portas para a identificação do assédio que, por muitas vezes, são levados de forma branda e indiferente. Com isso, o PET História da UEPG resolveu trabalhar acerca do assunto juntando dados e relatos (anônimos) de estudantes, docentes e funcionários que sofreram algum tipo de assédio dentro da UEPG, sendo ele sexual, psicológico e/ou moral.

O propósito do projeto foi proporcionar, de algum modo, que essas vítimas tivessem a oportunidade de serem vistas e ouvidas, mostrar que o assédio existe e que não é mais viável aceitá-lo em silêncio. Alguns dados foram retratados em gráficos e disponibilizados no Instagram <https://www.instagram.com/pethistoriauepg> possibilitando o acesso aos resultados da pesquisa. Contudo, os relatos pessoais foram mantidos em sigilo, sem divulgação, por respeito às vítimas.

Essa abordagem multidimensional, que combina pesquisa acadêmica, coleta de dados e ações de conscientização, contribui para a construção de um ambiente universitário mais seguro e atento às questões relacionadas ao assédio.

Uma análise das raízes do assédio na cultura acadêmica

Assim como na sociedade brasileira, a cultura acadêmica nacional mostra-se um local permeado de assédio e violência. É um trabalho infrutífero tentar localizar um único denominador comum para a origem dessa agressão, visto que cada caso é particular e único. Entretanto, ao analisarmos alguns casos e ao recorrermos à literatura vemos que é possível identificar alguns padrões. A maioria dos casos analisados apontam para uma diferença de hierarquia, onde o/a agressor(a) se beneficia de seu cargo para realizar o ataque e pela desigualdade de gênero geralmente cometido por professores homens em relação às alunas. (Zanello; Richwin 2022), mas vale ressaltar que, apesar de menos comum, também há casos de professoras assediarem alunos e alunas seja moral ou sexualmente.

Uma das grandes dificuldades de se lidar com o assédio acadêmico é que, na grande maioria, ele acontece lenta e disfarçadamente, onde a vítima é cercada por uma linguagem romântica ou cortês, e dessa forma demora muito tempo para perceber ou aceitar que se encontrava em uma situação de abuso.

Outra grande dificuldade acontece devido ao processo de transferência, apontado por Zanello, onde o professor ocupa um lugar de destaque e idealização pelo acadêmico, movido principalmente por um interesse intelectual e profissional, pois “Não se aprende de qualquer pessoa, mas daquelas a quem nosso inconsciente outorga um lugar de maestria.” (2022, p 291- 324). Essa relação, mesmo que imaginada pelo aluno, gera o problema de identificação da violência, afinal há uma relação de satisfação narcísica ao ser reconhecido por essa figura enaltecida.

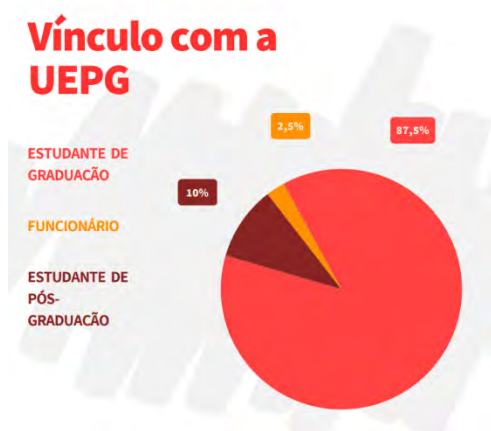
Complementar a essas problemáticas, se encontra a rede de proteção que os professores, principalmente os concursados da rede pública, possuem. Muitos acadêmicos são desencorajados a denunciar, seja para não manchar o nome do professor, ou ainda, para não gerar uma atenção indesejada para a instituição. Em alguns casos esses professores se encontram há anos em seus cargos, isso faz com que eles possuam uma ligação afetiva com os outros membros do departamento. Podemos ver duas exemplificações disso nos casos analisados por

Zanello e Richwin onde: no primeiro, um professor pega um artigo produzido inteiramente por Ana, uma acadêmica da graduação, e submeteu em nome de sua aluna de mestrado. Quando Ana buscou a coordenação, foi desestimulada a denunciar, com a justificativa de que ela arruinaria a carreira do professor. E no segundo caso a aluna só consegue transferência de orientador com a condição de não denunciar o professor que a assediou moral e sexualmente.

Desafios no combate ao assédio

Para lidar com as diversas formas de assédio e com as suas diferentes manifestações exigem-se ações coordenadas e abordagens multidisciplinares, que envolvam desde a conscientização e educação das pessoas até a implementação de políticas públicas e medidas jurídicas eficazes. É essencial discutir a cumplicidade institucional e o papel de professores, funcionários e colegas, bem como as barreiras culturais e estruturais que dificultam a denúncia. Este contexto, nos leva a uma análise crítica das políticas existentes, visando identificar suas limitações e buscar soluções mais eficazes para proteger e amparar aqueles que sofrem com o assédio.

Na pesquisa conduzida pelo PET História na UEPG em 2023, destaca-se que a maioria das vítimas são estudantes, como evidenciado na figura 2. Além disso, a análise revela que os agentes do assédio são principalmente docentes, seguidos de uma significativa proporção de discentes, como indicado na figura 3.



(figura 2)



(figura 3)

Um estudo realizado por Oliveira de Brito (2019) analisou as percepções de estudantes universitários sobre o assédio moral e sexual praticado por docentes no contexto acadêmico, demonstrando que esse tipo de caso é o mais prevalente, como evidenciado na figura 3 (relacionando-a com a figura 2). Os autores identificaram que os principais fatores que contribuem para este contexto de assédio são: a relação de poder e autoridade entre docentes e estudantes, a falta de preparo e ética dos docentes, a cultura machista e patriarcal da sociedade, a vulnerabilidade e dependência dos estudantes, a ausência de políticas e mecanismos de prevenção e combate ao assédio nas instituições de ensino, e o medo e a vergonha das vítimas em denunciar os casos.

Segundo Damasceno, Alexandre e Andriola (2012), assim como Garcia e Silva Jr. (2016) e Moreira (2016), há casos em que professores abusam de sua autoridade para assediar alunos, e também o oposto, em que alunos se aproveitam da relação em sala de aula para obter benefícios. O assédio implica em uma relação de poder entre agressor e vítima, sendo esse poder não necessariamente vinculado à hierarquia institucional. Pode-se observar, por exemplo, uma alta incidência de casos em que estudantes assediam seus pares ou em que docentes assediam seus companheiros de profissão. Isso demonstra não apenas uma hierarquia baseada em cargos, mas também em aspectos sociais, de classe e de gênero.

Posener (2009) argumenta que, quando as instituições de ensino superior são afetadas pela violência do assédio e abuso, os professores negligenciam seu papel pedagógico e psicopedagógico, o que leva a um desenvolvimento lento e silencioso da violência, muitas vezes imperceptível pelas vítimas até causar danos físicos, cognitivos e psicológicos.

Vozes em silêncio: as complexidades da busca de auxílio por vítimas de assédio

A pesquisa de Field (2004) sugere que vítimas de agressão passam por sete estágios ao lidar com a situação. Começando com o “impacto inicial”, onde percebem a injustiça da situação e o agressor, passando pelo confronto, busca de apoio, desconfiança em relação aos outros, aceitação da experiência,

processo de luto e, por fim, aceitação como sobrevivente e reconstrução da vida. Esses estágios geralmente envolvem reações passivas, seguidas de tentativas de resolução, e, se falham, voltam à passividade.

Os casos de assédio frequentemente se manifestam de maneira sutil e simbólica, o que contribui para a tolerância social diante dessa injustiça, muitas vezes privando as vítimas de assistência ou amparo. Diante desse cenário, surge a necessidade de questionarmos não apenas a frequência com que as vítimas buscam ajuda, mas também os resultados dessa busca. Para enfim entender os desafios enfrentados pelas vítimas ao procurar auxílio e como essas interações influenciam seu bem-estar e sua capacidade de lidar com a situação de assédio.



(figura 4)



(figura 5)

Vítimas de assédio muitas vezes duvidam de sua percepção e reagem com medo e submissão, em vários casos sentem-se envergonhadas. Reconhecer a violência implícita pode ser desafiador, especialmente quando o assédio é mascarado sob a aparência de comportamento romântico, e ainda mais quando o assediador ocupa uma posição de poder, conforme ilustrado na figura 3. Diante dessas circunstâncias, muitas vítimas optam por não buscar ajuda, como indicado na figura 4, o que pode agravar ainda mais o impacto do assédio em suas vidas.

Os altos índices de não resolução de casos de assédio, conforme mostrado na figura 5, são frequentemente atribuídos à falta de treinamento adequado dos membros da comunidade acadêmica para reconhecer e lidar com o assédio,

bem como à ausência de políticas claras e procedimentos eficazes para lidar com essas situações. Isso resulta em respostas inadequadas ou insensíveis às vítimas, desencorajando muitas delas de denunciar o assédio. Bradaschia (2007) destaca que o silêncio diante das agressões pode intensificar os efeitos traumatizantes, enfatizando a importância de falar sobre o assunto e de ter pessoas que acreditem na vítima. A falta de reação dos supervisores muitas vezes impede as vítimas de denunciarem.

Além da falta de conhecimento da vítima sobre como reagir diante da violência, a omissão de auxílio institucional pode ocorrer para evitar danos à reputação da instituição e ao curso. Esse comportamento muitas vezes resulta na vítima sendo ouvida, mas não recebendo o apoio necessário, como demonstrado ainda na figura 5. As testemunhas também podem se sentir ameaçadas, com medo da reação do agressor ou simplesmente descrentes da vítima. Dejours (2001) descreve o assédio como uma técnica planejada, não um ato isolado, e explica que o agressor pode atacar a vítima na presença de outras pessoas que, mesmo sendo testemunhas oculares, permanecem em silêncio por medo do poder demonstrado pelo agressor.

O assédio e o abuso evoluíram socialmente, destacando a necessidade de discutir amplamente questões de gênero, hierarquia e violência. É essencial promover debates, palestras e pesquisas sobre assédio e abuso, especialmente na educação, para que os educadores possam identificar e lidar com mudanças de comportamento dos alunos e sintomas psíquicos decorrentes. Além disso, é importante capacitar supervisores para lidar adequadamente com denúncias, garantindo que as vítimas se sintam seguras ao denunciar.

Pró-Reitora da UEPG, Destaca Importância da Diversidade e Combate ao Assédio na Universidade

A professora e pró-reitora de Assuntos Estudantis da UEPG, Ione da Silva Jovino, comentou no Instagram sobre a pesquisa realizada na UEPG pelo PET História: “Muito interessante saber dos casos em que apontam ter procurado ajuda e não ter sido ouvido/a, onde buscou ajuda. Saber quando foi também seria um dado relevante. Nossa, várias perguntas eu teria a fazer! Muito intrigante!”

A professora já participou e promoveu eventos contra o assédio na universidade. “O respeito às diversidades é um fundamento para relações humanas e sociais justas que garantam a liberdade de expressão, gênero e de identidade. A universidade deve ser este espaço propagador de uma cultura de respeito e de reconhecimento das diversidades humanas”, afirma a Pró-reitora Ione Jovino. “O assédio é uma prática repudiada pela UEPG. Nesse sentido, lançamos a campanha que representa esta postura de reprovação a toda e qualquer forma de assédio no ambiente universitário”, complementa Jovino.

De acordo com a professora doutora Ione, a ideia é facilitar o acesso ao serviço oferecido pela Pró-Reitoria através de campanhas. “O objetivo é atender aos alunos e alunas e também coordenações de colegiado, professoras e professores que possam ter alguma questão de demanda social ou pedagógica e que precisem de orientação ou encaminhamento”, destacou a docente.

Desta forma, concluímos que, embora ainda ocorram casos de assédio a UEPG vem trabalhando constantemente em diferentes frentes para combatê-los, assim como acolher as vítimas.

Referências

BRADASCHIA, Carisa Almeida. Assédio moral no trabalho: a sistematização dos estudos sobre um campo em construção. 2007. 230f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Assédio e abuso no Ensino Superior. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

BRITO, Ivanise Oliveira de. ASSEDIO MORAL: consequências na saúde física e psicológica do servidor da UnB. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1312/1/2010>>. Acesso em: 06 fevereiro 2024.

DALHIS UEPG. “EXISTO PORQUE RESISTO...” Ponta Grossa, 28 abr. 2023. Instagram: @uepgdalhis. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Crlrgc9uqql/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 19 março 2024.

DALHIS UEPG. “Registros do Ato contra assédio...” Ponta Grossa, 10 maio 2023. Instagram @uepgdalhis. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CsE4AEvuSoZ/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 19 março 2024.

DAMASCENO, Thalita Natasha Ferreira; ALEXANDRE, Joao Welliandre Carneiro; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. O conceito de assédio moral em instituições de ensino superior (IES) sob a ótica dos servidores públicos: o caso dos técnicos administrativos da Universidade Federal do Ceará. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção. 32. 2012, Bento Gonçalves. Anais. Bento Gonçalves: Abepro, 2012. p. 1-14. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STO_163_949_20436.pdf>. Acesso em: 06 fevereiro 2024.

DEJOURS, Chistophe. Le travail entre banalisation du mal et emancipation. 2001. Disponível em: <<https://clinicamuncii.files.wordpress.com/2010/06/le-travail-entre-banalization-du-mal-et-emancipation1.pdf>>. Acesso em: 06 fevereiro 2024.

FIELD, Evelyn. M. “The victim’s journey”. In: The fourth international conference on harassment and workplace. Proceedings: Bergen, Norway, 2004, p. 50-51.

Navarro, Luciane Pereira da Silva. PRAE realiza painel de lançamento da campanha Assédios Plurais. 22 maio 2019. Disponível em: <https://www2.uepg.br/prae/prae-realiza-painel-de-lancamento-da-campanha-assedios-plurais/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

PET História - UEPG. “Mapeando o assédio na UEPG...” Ponta Grossa, 28 nov. 2023. Instagram: @pethistoriauepg. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C0Mjz6sripw/?img_index=1. Acesso em: 06 fev. 2024.

POSENER, Helena Cristina. O assédio moral no âmbito acadêmico e suas implicações legais. 2009. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-assedio-moral-no-ambito-academico-e-suas-implicacoes-legais/15345/>>. Acesso em: 06 fevereiro 2024.

SARTORI, Millena; MACHADO, Rafael. Professor da UEPG é demitido após enviar mensagens com conteúdo sexual para aluna. G1 PR, Ponta Grossa, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2023/08/21/professor-da-uepg-e-demitido-apos-enviar-mensagens-com-conteudo-sexual-para-aluna.ghtml>. Acesso em: 19 março 2024.

ZANELLO, Valeska; RICHWIN, Iara. ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise sociogendrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. In: ALMEIDA, Tânia M. C. de; ZANELLO, Valeska. **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília - DF: OAB Editora, 2022. p. 291-324.

CAPÍTULO 3

A INFLUÊNCIA FEMININA DE PONTA GROSSA: UMA ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO “MULHERES DE PONTA GROSSA - 200 ANOS”

Camille Machado Bahri
Jeferson Osni de Souza Junior
Sara Bomfim Cinque
Doi: 10.48209/978-65-5417-458-2

Introdução

Este capítulo tem como objetivo detalhar minuciosamente a metodologia de curadoria das seleções das mulheres, em conjunto com o diálogo estabelecido com a historiografia local, além de abordar as diversas fontes, ideias e propostas que embasam a exposição “Mulheres em Ponta Grossa, 200 anos”.

É relevante ressaltar que a organização, concepção e planejamento da exposição bicentenária foram conduzidos pelo grupo Programa de Educação Tutorial (PET) de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), composto por alunos dos cursos de bacharelado e licenciatura em História, junto com duas tutoras que também fazem parte do departamento de docentes, Georgiane Garabely Heil Vázquez e Angela Ribeiro Ferreira, desses respectivos cursos da instituição.

Este projeto da exposição utilizou os três pilares fundamentais de uma universidade: pesquisa, ensino e extensão. No âmbito da pesquisa, os integrantes do PET-História realizaram levantamentos de dados e informações sobre as mulheres selecionadas, enquanto o ensino se entrelaçou com a exposição de maneira geral, utilizando-a como objeto de estudo. A extensão desempenhou um papel crucial ao levar a exposição a diversos ambientes além dos círculos acadêmicos, ampliando seu alcance e impacto na sociedade, com o objetivo de apresentar à sociedade e à cidade quem são e foram essas mulheres, bem como

suas contribuições, destacando que elas também são importantes para a comunidade local.

Diante dessa reflexão, a exposição nos incita a pensar sobre o papel do historiador e suas práticas. Muitos pesquisadores, sejam eles historiadores ou não, frequentemente defendem a importância da ciência e da produção científica, lamentando a falta de reconhecimento por parte da sociedade em relação às suas contribuições e argumentações. No entanto, é pertinente refletir sobre o tipo de produção que estamos realizando, para qual público estamos nos dirigindo e com que linguagem estamos nos comunicando. Muitas vezes, há uma falta de preocupação por parte dos pesquisadores em transformar suas produções em uma linguagem mais acessível, optando por utilizar uma linguagem técnica repleta de normas que não são compreendidas pela população em geral. Isso pode resultar na perpetuação de uma divisão entre pesquisadores e sociedade, contribuindo para a criação de uma estrutura hierárquica na qual os pesquisadores ocupam uma posição de superioridade em relação ao público leigo.

Considerando esse cenário, o projeto foi concebido com o intuito de apresentar à sociedade essas mulheres e transmitir a ideia de que todos são sujeitos históricos e têm o direito de ocupar esses espaços. A exposição surge como uma resposta a essa necessidade, fornecendo uma plataforma através da qual as histórias e contribuições dessas mulheres podem ser compartilhadas e valorizadas. Um dos objetivos é não apenas documentar suas vidas, mas também criar uma narrativa inclusiva que reconheça e celebre a diversidade de experiências e perspectivas na história da comunidade. Dessa forma, a exposição se torna um instrumento poderoso para promover a conscientização, a empatia e a compreensão mútua entre diferentes grupos sociais, incentivando o reconhecimento e o respeito pela multiplicidade de vozes e trajetórias dentro da sociedade.

Nesse contexto, foi considerada a necessidade de problematizar inicialmente a historiografia da cidade, como documentado por Zulian (2009), caracterizada por uma abordagem tradicional na qual predominavam figuras masculinas. Diante desse panorama, surgiu a necessidade de destacar a presença das mulheres nesse período de produção historiográfica. No entanto, ao analisar a exposição, percebeu-se que, embora houvesse uma intenção inicial de incluir

as mulheres na narrativa histórica da cidade, a representação ainda se limitava predominantemente a figuras femininas pertencentes à elite social e econômica.

Essa descoberta ressaltou a necessidade de uma reflexão mais crítica e uma abordagem mais inclusiva na curadoria da exposição. Tornou-se claro que a exposição ainda refletia certos privilégios sociais e não conseguia capturar plenamente a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres em Ponta Grossa, especialmente daquelas pertencentes a grupos marginalizados.

Assim, diante da decisão dos membros do PET-História, optou-se por incluir mulheres comuns na exposição, buscando ampliar a diversidade e oferecer uma representação mais abrangente e diversificada da história local. Essa escolha não apenas reconhece a contribuição das mulheres de diferentes origens e contextos sociais, mas também visa enriquecer a narrativa histórica, evidenciando que todos são sujeitos históricos e dignos de serem considerados nas produções acadêmicas.

Portanto, este capítulo busca refletir sobre a emergência da Nova História e como ela possibilitou apresentar essas vivências, permitindo que eles contassem suas próprias histórias. Além disso, examina como a exposição foi concebida e explorada para destacar a importância das mulheres na história local. Essa reflexão também aborda a integração da história do presente com a história pública e como esses aspectos estão imbricados ligados à exposição.

Onde estão as mulheres comuns na história?

Quando consideramos quem é representado e quem está envolvido na produção e pensamento histórico, frequentemente pensamos em homens. É importante lembrar que esses homens geralmente são cisgêneros, brancos e pertencentes à elite. Como resultado, na narrativa histórica, são esses sujeitos que geralmente recebem destaque. Aqueles que não se enquadram nesse padrão muitas vezes enfrentam marginalização e são relegados a papéis secundários, ou até mesmo ignorados por completo. Nesse sentido a historiografia tradicional tendia a destacar grandes feitos, especialmente feitos políticos e eventos históricos, refletindo assim uma abordagem predominantemente centrada na

história política e em uma história política que muitas vezes exclui as experiências e contribuições de grupos marginalizados (Almeida, 2016).

No século XX, a abordagem histórica conhecida como história política começou a enfrentar críticas substanciais, particularmente com o advento da Escola dos Annales. Essas críticas foram motivadas pela percepção de que a história política, caracterizada por sua ênfase em indivíduos proeminentes, narrativa factual circunstancial e idealização de eventos, era inerentemente elitista, psicologizante e subjetivista (Almeida, 2016). Essa abordagem foi considerada superficial, incapaz de proporcionar uma compreensão aprofundada das causas e implicações dos eventos históricos. Como resposta a essas críticas, houve uma crescente valorização da história econômica e social, que passou a ocupar um lugar central nas pesquisas. Essa mudança de paradigma incentivou uma abordagem mais holística e contextualizada, reconhecendo a interconexão entre os aspectos econômicos, sociais e políticos na análise histórica (Almeida, 2016).

Nesse sentido, o declínio da história política marca o surgimento de uma nova conjuntura histórica, na qual há uma mudança de foco em direção aos grupos marginalizados e à massa popular (Almeida, 2016). Com a crescente crítica à abordagem histórica tradicional, que privilegiava elites e eventos políticos, surge uma consciência da importância de examinar as experiências e perspectivas das camadas sociais menos favorecidas.

A Nova História emergiu revitalizada com novas abordagens metodológicas, com conceitos e técnicas de pesquisa renovados. Conforme Guy Bourdieu e Hervé Martin, o termo “História Nova” ou “Nova História” foi introduzido em 1978 por alguns membros do grupo conhecido como Annales. De acordo com Peter Burke, essa tendência teórica surgiu em conjunto com a criação da revista *Annales*, que foi estabelecida com o objetivo de promover uma abordagem renovada da História (Burke, 1997). Ela se caracteriza por uma amplitude de perspectivas, voltando-se para uma análise abrangente da sociedade global, incorporando todos os atores e aspectos da vida coletiva. Além disso, destaca-se pela aplicação de métodos quantitativos, utilizando dados numéricos para enriquecer as investigações históricas (Almeida,

2016). Uma das características distintivas dessa abordagem é sua pluralidade temporal, permitindo a análise de eventos de curta, média, longa e até mesmo de longuíssima duração, o que proporciona uma compreensão mais completa e contextualizada da história (Almeida, 2016).

Na valorização da história nova, a pluridisciplinaridade ganha proeminência, estabelecendo conexões com uma variedade de campos do conhecimento. O historiador encontra-se imerso em um diálogo fértil com disciplinas como direito público, cartografia, informática, antropologia, linguística, estatística, matemática, psicologia, filosofia e sociologia. Essa interação entre diferentes áreas proporciona ao historiador uma ampliação dos saberes disponíveis, abrindo caminho para uma compreensão mais abrangente e contextualizada de seu objeto de pesquisa histórica (Almeida, 2016).

Outro fator, que na história tradicional, os documentos oficiais são considerados as principais fontes documentais, pois são vistos como a prova da informação contida e da verdade histórica. No entanto, a Nova História questiona essa visão, argumentando que a oficialidade de um documento não garante sua veracidade. O foco principal é a crítica profunda dos documentos: quem os produziu, com que intenção, quem os preservou e por quê. Nesse contexto, a Nova História amplia a noção de fontes históricas para além dos documentos oficiais, incluindo iconografia, imprensa, relatos orais, dados quantitativos e documentos de diversos tipos. O importante é submeter todas essas fontes ao escrutínio da crítica histórica profunda (Vieira, 2020).

A história tradicional, ao focar apenas os grandes personagens e eventos importantes como temas históricos, nos afasta do verdadeiro processo histórico. Ela nos coloca na posição de meros espectadores da história, sem qualquer envolvimento ativo. Por outro lado, a nova história amplia a ideia de que todos podem ser considerados um sujeito histórico, reconhecendo que independentemente de nossa posição social, somos agentes no processo histórico. Essa perspectiva nos coloca como participantes ativos na construção da história, mesmo que não tenhamos plena consciência disso. Assim, a consciência desse papel nos leva a um nível mais elevado de engajamento social e participação ativa na sociedade (Vieira, 2020).

Portanto, nesse sentido os “novos” sujeitos são pensados, como agentes históricos ativos e fundamentais. Em vez de serem relegados à margem ou ignorados nas narrativas históricas convencionais, esses grupos são colocados no centro da análise histórica. Suas experiências, perspectivas e contribuições são consideradas essenciais para a compreensão completa e contextualizada da história. Os historiadores buscam dar espaço aos sujeitos subalternos, explorando suas vidas, lutas, resistências e realizações de maneira mais profunda e significativa. Essa abordagem visa desafiar e superar a marginalização histórica desses grupos, permitindo uma narrativa mais inclusiva e abrangente da história.

Nesse contexto, o grupo PET História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) concebeu uma exposição que não apenas busca apresentar e traçar uma historiografia das mulheres importantes de Ponta Grossa, mas também incluir as mulheres comuns que também desempenham papéis na história da cidade. Alinhado com os princípios da nova história, que reconhece todos como sujeitos históricos, o projeto incorpora também a história do tempo presente como uma ferramenta para examinar e refletir sobre as contribuições das mulheres comuns.

A história pública é frequentemente utilizada por muitos pesquisadores ao abordar sujeitos considerados comuns, buscando integrá-los em suas investigações. Nesse contexto, a nova história está estreitamente relacionada ao crescente destaque da história do presente e à sua conexão com a memória. Essa trilogia - história política, história do presente e memória - tem sido amplamente adotada por pesquisadores e está ganhando destaque na historiografia contemporânea (Almeida, 2016). Apesar das críticas direcionadas à história do presente, devido à falta de distanciamento do historiador em relação aos eventos estudados, o que pode resultar em uma visão limitada, há um grande número de pesquisadores que defendem a prática da escrita da história contemporânea (Almeida, 2016).

No entanto, durante a pesquisa com algumas das mulheres ainda vivas hoje, recorreu-se à história do tempo presente como uma ferramenta essencial. Por meio de fontes orais, foram conduzidas entrevistas com essas mulheres, o que se revelou de extrema importância, pois permitiu que elas próprias moldassem suas narrativas. Essa abordagem possibilitou que as mulheres expressas-

sem suas próprias experiências e perspectivas, transmitindo o que desejavam comunicar à comunidade.

Nesse contexto, a história oral, aliada à memória, revelou-se de suma importância para a exposição. Almeida (2016) fornecerá uma análise esclarecedora sobre como os historiadores podem se valer da história do tempo presente como um recurso essencial em suas pesquisas. Ela destaca como esse enfoque permite aos pesquisadores acessar fontes contemporâneas e utilizar métodos como entrevistas e fontes orais para enriquecer suas análises históricas. Segundo Almeida:

Os historiadores do imediato ou do presente, têm ao seu alcance a oportunidade de recolher e utilizar fontes orais para a construção de seu trabalho. A memória enquanto depoimentos e testemunhos orais é um privilégio do historiador do presente, que deve saber confrontar, analisar e filtrar as memórias recolhidas. É preciso ter a compreensão que tanto as fontes orais quanto as escritas e documentais, são construídas, e cabe ao historiador analisar o que há de representativo em sua fonte. (DINORÁH, 2016, p. 359).

Rioux (1999), também nos traz panoramas sobre a utilização de testemunhas vivas para as produções historiográficas. Ele destaca a importância dessas testemunhas como fontes primárias de informações sobre eventos históricos, enfatizando sua capacidade de oferecer perspectivas únicas e detalhes que podem enriquecer a compreensão do passado. Ele afirma que:

Essa história [do presente], de fato, pode ser feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes, porque é levada a desconstruir o fato histórico sob a pressão dos meios de comunicação, porque globaliza e unifica sob o fogo das representações tanto quanto das ações, pode ajudar a distinguir talvez de forma mais útil do que nunca o verdadeiro do falso. Pois se ela tem como missão; como toda história digna deste nome, mostrar a evidência científica das verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico [...], ela sem dúvida está mais apta a explicar do que a verdade estatística da enumeração, da qual somos todos apreciadores; ela não evita ver em ação a verdade psicológica da intenção, a humildade verdadeira do plausível, a força da questão da memória sobre o curso do tempo. (Rioux, 1999, p. 49).

O autor destaca que a história do presente, por ser feita com testemunhas vivas e fontes variadas, permite a desconstrução dos fatos históricos diante da influência dos meios de comunicação e da globalização. Essa abordagem

possibilita discernir entre o verdadeiro e o falso de maneira mais eficaz do que nunca. Enquanto a missão da história é evidenciar as verdades materiais diante do esquecimento, da amnésia ou do delírio ideológico, a história do presente, em particular, é capaz de explicar a verdade psicológica das intenções, a plausibilidade humilde e a influência da memória ao longo do tempo. Em resumo, ele sugere que a história do presente tem o potencial de oferecer uma compreensão mais profunda e multifacetada dos eventos contemporâneos, indo além da mera enumeração estatística.

Além disso, cabe destacar que ao investigarmos os sujeitos da história na contemporaneidade, é essencial considerarmos também o papel do cotidiano. Refletir sobre a vida cotidiana não apenas nos permite compreender os aspectos práticos e mundanos da existência, mas também nos leva a uma análise mais profunda dos indivíduos que a vivenciam. Essas reflexões nos confrontam com questões fundamentais sobre quem são os agentes históricos e como suas experiências moldam e são moldadas pelos eventos do presente. Nesse sentido, a análise do cotidiano se torna um ponto de partida essencial para explorarmos a dinâmica complexa das narrativas históricas contemporâneas (Tourinho, 2000).

Ao introduzir o cotidiano como um elemento na investigação histórica, surge a oportunidade de considerar os indivíduos comuns como agentes significativos no desenvolvimento das narrativas históricas contemporâneas. Ao incorporar o cotidiano, a história contemporânea amplia sua arquitetura conceitual, reconhecendo a importância das experiências e perspectivas dos indivíduos comuns na construção do tecido histórico (Tourinho, 2000).

Assim, a exposição foi concebida com a intenção de destacar a importância das mulheres cujas rotinas cotidianas são frequentemente consideradas triviais. Reconhecer que mesmo as atividades mais simples, como as de uma dona de casa, possuem relevância histórica é fundamental, pois são elas que vivem essas experiências em primeira mão. Muitas vezes, por serem rotineiras, tais atividades são subestimadas ou negligenciadas, embora desempenhem um papel crucial na formação da sociedade e na transmissão de valores e tradições ao longo do tempo.

Essa abordagem busca promover um profundo senso de pertencimento na comunidade, incentivando os indivíduos a reconhecerem e valorizarem suas próprias histórias e experiências cotidianas. Ao destacar a importância das rotinas e vivências das mulheres comuns em uma exposição ou na historiografia local, a comunidade é convidada a se identificar como sujeitos dignos de terem suas histórias contadas e preservadas para as gerações futuras.

Essa iniciativa não apenas valida as contribuições e vivências das mulheres comuns, mas também amplia o entendimento coletivo sobre o que constitui a história e a identidade de uma comunidade. Ao verem suas próprias experiências refletidas em uma exposição ou em registros históricos, os membros da comunidade são capacitados a se reconhecerem como agentes ativos na construção e preservação da história local e estadual.

Essa abordagem inclusiva e participativa não só fortalece os laços comunitários, mas também promove uma narrativa mais abrangente e precisa da história, enriquecendo o entendimento coletivo sobre o passado e o presente. Ao se verem representados e valorizados nas narrativas históricas, os indivíduos são incentivados a se engajarem ativamente na preservação e promoção de sua própria herança cultural e social.

Criando uma exposição em Ponta Grossa

A cidade, localizada nos Campos Gerais, possui um discurso histórico vinculado ao agronegócio local desde sua formação inicial. Uma das fontes antigas, o relato de Saint-Hillaire, que passou pela região entre 1816 e 1822, conta sobre esse cotidiano na fazenda antes da emancipação do bairro de Ponta Grossa, que continha conflitos, por exemplo, com os indígenas locais (Perreira, Iegeski, 2002). Zulian (2009) comenta que antes da chegada de outros povos imigrantes, a região era explorada majoritariamente por portugueses, como os bandeirantes paulistas, curitibanos e parnanguaras, que se comunicavam com o resto do território brasileiro. Segundo a autora, é possível notar a mitificação na narrativa histórica da cidade, uma construção comum na posterioridade de eventos históricos que são transmitidos com significados. A província do Para-

na foi criada em 1855, e a liderança escolhida pela coroa era de origem campeira, é possível notar que a mitificação da história ponta-grossense provém dessa ligação com esse início, enfatizando essas famílias vistas como tradicionais, que propagavam essas ideias de um estado branco e patriarcal. Zulian (2009) então, debate que mesmo que a historiografia local tenha pautado outras vivências com o passar dos anos, estigmas prevaleceram no imaginário.

Com isso, os pesquisadores do PET História em Ponta Grossa buscaram diversificar a narrativa sobre a composição da cidade, enfocando no bicentenário. Propuseram incluir o debate de gênero e valorizar as histórias das mulheres como protagonistas, com ênfase na temática “Educação e Diversidade” de 2022 a 2023. As professoras Ângela e Georgiane, do departamento de História da UEPG, ambas especialistas em estudos de gênero, atuaram como tutoras. Foi sob a orientação delas que surgiu a ideia inicial da exposição, desenvolvida em colaboração com os graduandos.

A exposição entra no campo de atividade do historiador conhecido como “História Pública” tem sido explorado para comunicar as produções acadêmicas fora deste ambiente. É necessária uma devolução do profissional das ciências humanas a população, pois esta é parte de seus estudos, e a área prática dos resultados. Portanto, esse ramo de atividade acontece nessa divulgação histórica, pode acontecer de forma midiática, como na internet, televisão, na arte entre outras formas que incluam o público. O trabalho historiográfico deve circular a memória, assim como aquele já promovido por diferentes esferas além da universidade. O aspecto mnemônico conduz identidade, como citado anteriormente, com isso, é possível problematizar e diversificar essa memória citandina, uma preocupação da exposição.

Mas o que seria uma exposição? A organização de objetos, artes ou documentos a divulgar e comunicar algo promovido pelos artistas, pesquisadores, comunicadores e curadores que a montam. Rupp (2011) comenta diferentes visões sobre esse elemento para estudiosos:

Por exemplo, Davallon (1989 apud BLANCO, 1999) chama atenção para um aspecto importante das exposições, elas podem informar ou comunicar. Sendo que o documento involuntário, que informa apenas para os iniciados, e expor um objeto estudado e interpretado, contendo a intenção de comunicar a mensagem a qualquer observador. (Rupp, 2011, p.133)

Logo, unindo o conceito de história pública a uma amostra pode ser utilizado para passar uma mensagem, comemorar um feito e problematiza-lo historicamente, como os 200 anos de uma cidade com ideias hegemônicas. Aqueles enfatizados na história citadina, como alguns sujeitos lembrados tradicionalmente, os “tropeiros”, “mineradores”, “fazendeiros” e “trabalhadores”, que poderiam omitir o papel feminino. Santos (2009) ao analisar fotografias de famílias de Ponta Grossa entre 1910 a 1940, considera que é notável a centralidade da mulher nos cuidados do lar, representado em fontes como as imagéticas. Portanto o papel feminino prevaleceu nos séculos XIX e XX numa visão patriarcal de forma nacional e internacional, o homem como provedor a mulher sua submissa esposa e cuidadora familiar. Maluf e Mott comentam esses estigmas durante os séculos XIX e XX:

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (Maluf, Mott, p.374, 1998)

Entretanto, mesmo que o discurso patriarcal predominava, podia ser contestado no cotidiano. Havia formas sutis e outras evidentes de contestação. Com isso, considerando que as mulheres são de diferentes realidades, marcadas por suas cores, classes sociais, entre outros aspectos, suas situações nem sempre condiziam com a ideia de que a mulher pertencia ao espaço doméstico, enquanto ao homem cabia o espaço público. Pois aquelas que enfrentavam anseios e necessidades distintas buscavam refúgio fora do lar. Ampliando a visão sobre elas e buscando promover essas diferenças encontradas no “ser mulher”, o PET então, decidiu recorrer a uma exposição que demonstrasse essa diversidade.

A montagem consistiu em buscar personagens já enraizados na memória originária da cidade, como as primeiras a chegarem ao espaço citadino, ou a realizarem um feito, atravessando aquelas que também seriam expostas realizando algo a cidade no momento bicentenário. Foi a combinação de elementos tradicionais com a história do tempo presente. Preocupou-se em encontrar

mulheres que circularam diferentes espaços. Em 2023 foram incluídas no projeto 30 mulheres: Alcidina Ayres Rodrigues, Anita Branco Philipovsky, Cândida Mendez Braz, Catarina Maia, Corina Portugal, Debora Lee, Dirce Maria Alves, Elza do Prado Brandt, Elzira Correia de Sá, Ellen Biora, Hercília Rolim, Ione da Silva Jovino, Ivete Pais de Souza, Joseane Tereza de Paula, Julia Wanderley, Laura dos Santos, Leide Mara Schmidt, Leontina Carlos da Cruz Barros, Ledy Ribas Lomba, Lucélia Clarindo, Luciana Hilgenberg, Marileide Aparecida Mazeika Pinheiro, Michella França, Olga Thomé Fachin, Regina Kosi dos Santos, Selma Maria Schons, Vera Maria Silvestre, Wanda Horta, Zélia Maria Fernandes de Lima. Suas áreas de atuação variam entre: educação, saúde, entretenimento, artes, trabalhos informais, política, moradia, religiões, movimentos sociais e agricultura familiar. Algumas serão aprofundadas durante o capítulo.

Se formos levar em conta aquelas que possuem fontes mais antigas Corina e Anita são pessoas do século XIX. As primeiras a atuarem no século XX são Julia, Elzira, Hercília, Wanda e Cândida. Mesmo que possa haver um pré-julgamento que como “pioneiras” sejam consolidadas na memória local, algumas são lembradas, mas não é o que ocorre na totalidade. (PET História UEPG, 2022-2023)

É só museu que se interessa por passado?

Os usos do passado podem ser diversos, pois cada narrativa impõe a identidade buscada. A relação das mulheres do presente com aquelas que viraram mártires ou figuras notórias pode explicar um pouco desse aspecto. Em 1888, uma carioca chamada Corina Portugal chegou à cidade de Ponta Grossa, acompanhada de seu companheiro farmacêutico, que era 11 anos mais velho que ela. Infelizmente, os relatos de agressão do marido à esposa não foram ouvidos e ela não foi protegida. Durante 1889, o agressor a acusou de adultério com um médico local próximo ao casal e a assassinou com 32 facadas. Naquele período, a traição era considerada ilegal, o que tornou o assassinato um motivo plausível perante o Estado. Como resultado, o assassino foi absolvido do crime. (Petruski, 2015)

Corina é um exemplo de mártir, sua trajetória está na lembrança das mulheres da cidade, pelas semelhanças e diferenças encontradas na realidade dos séculos posteriores a tragédia. Petruski (2015) relata como é passado aos cidadãos em que momento ocorreu a canonização popular da falecida:

A ponta-grossense de nome Maria foi quem abriu o caminho para que Corina passasse a ser venerada por outras pessoas. Como Maria também sofria de violência doméstica por parte de seu marido, foi rezar no túmulo de Corina em prol de sua vida conjugal, pedindo sua intercessão para que seu marido mudasse de comportamento. No dia seguinte a sua visita ao campo santo, seu marido parou de beber e tornou-se um homem bom. A partir da divulgação desse fato e com as declarações em torno da mudança de comportamento de seu marido, várias mulheres que passavam por situações semelhantes começaram a visitar esse túmulo em busca de ajuda. (Petruski, 2015, p. 165)

A santificação para os moradores da cidade também inclui histórias da transferência do túmulo do cemitério São João ao que em 2023 compõem os restos mortais de Corina. Popularmente é contado que nesse momento de transferência ao abrir o sepulcro o corpo da mulher encontrava-se totalmente preservado, o que ampliou a visão dela como uma santa (Petruski, 2015, p. 165). Com isso, Corina é alguém do passado que atua no presente, nas preces das mulheres que precisam de sua proteção, das pessoas que rezam pelas almas das vítimas de feminicídio, entre outros devotos católicos, mesmo que sua canonização não seja efetivada pelas ordens eclesiais fora da cidade. Sua inclusão na exposição foi necessária, pois além do mártir que se tornou, a complexidade de sua história nos demonstra uma realidade conjuntural do patriarcado.

Anita também é lembrada na identidade ponta-grossense pela sua relação com o território. Neta de José Joaquim Pereira Branco, proprietário de terras na região de Ponta Grossa, sua família foi vista como uma das tradicionais na área. De classe alta, a poetisa foi educada em casa ao final do século XIX, época em que as escolas não estavam presentes na região, e a educação era vista como objetivo masculino, além de desafiar os padrões e opressões da época ao não se casar nem ter filhos (Martiniak, Oliveira, 2019). A cidade a homenageia com a designação de espaços, como a rua Anita Philipovsky no bairro Contorno em Ponta Grossa, mas sua contribuição para a identidade da

cidade está também presente em seu poema “Poentes da Minha Terra”, citado na exposição. Julia e Elzira são notadas pelo campo de educação, Wanda já possuiu exposições ao seu nome no meio da enfermagem (PET História UEPG, 2022-2023). Mas será que todas as mulheres dos séculos anteriores, XIX e início do XX, citadas na exposição, são homenageadas e lembradas pela cidade?

Os ícones e cânones de uma cidade são convocados por interesses, como Corina por interesse popular, Anita pela elite e identidade concisa buscada pela administração local. Porém, algumas acabam sendo silenciadas por possuir quebras de padrões ou não serem ligadas a esses interesses, um exemplo é Hercília, conhecida como “rainha da noite”, dona da Boate Chuva de Ouro. Apesar de seus feitos nas periferias a prostitutas e órfãos, ela não recebe homenagens em ruas e eventos. Entretanto, as homenagens em nomenclaturas não são o suficiente para compor como um todo a memória da cidade. (Ferreira, 2022)

Cândida é um caso interessante de como uma nomenclatura pode ser vazia se não houver preocupação em homenagear de fato. O primeiro registro de participação feminina no Poder Legislativo de Ponta Grossa foi em 1951 com a vereadora Sra. Candida Mendez Braz. Sua atividade profissional foi caracterizada como “do lar” e os registros do partido político do qual fazia parte não foram encontrados na Câmara Municipal. Sua representação foi duradoura, pois permaneceu no poder entre 1951 até 1959. (Nabozny, 2007)

Sendo então, a primeira mulher a integrar cargos políticos municipais, a vereadora fez um papel significativo de representação. Porém havia ainda sim padrões que determinam o imaginário social local da época, pois era uma mulher branca de características aprovadas pelo “ser mulher” da época, já destacado por Maluf e Mott (1998), como a vivência de uma figura “do lar”. Contando sobre como a citação do nome da vereadora surgiu em uma rua pontagrossense, Gabriel Lacerda de Souza escreve no texto exposto durante o bicentenário: “Em abril de 1995 foi decretada uma lei que dá o seu nome para uma avenida na cidade. A até então Avenida n.º1, do Jardim Barreto, passou a se chamar Avenida Vereadora Cândida Mendes Braz em sua homenagem.” (Souza, 2022).

A homenagem foi feita, e é notório que ela deu o primeiro passo, local onde depois várias outras mulheres ocupariam cargos públicos na região. Selma, que também está na exposição, é uma delas. No entanto, a dificuldade de descobrir quem foi Cândida demonstra essa conjuntura em que, mesmo sendo uma política homenageada como vários outros, inclusive homens, sua personalidade não é lembrada, seu nome pode então ter sido negligenciado nesse processo. Na Câmara Municipal, entre outros vereadores, mesmo que haja seu nome, não há sua imagem, a busca teve que ser feita de forma digital com Luciana Justus, do site “Maria Pauteita”.

Contudo seu feito não foi completamente esquecido, além de Selma, que foi vereadora em Ponta Grossa em 1996 e 2001, a política percorre a cidade e as trajetórias femininas. Na busca de mulheres do tempo presente encontramos esses assuntos em movimento sócias, em luta e vivências. Cândida pode ser vista como uma primeira vereadora, mas nem todas as profissões é possível chegar a uma “pioneira”, pela falta de informações deixadas, as fontes históricas.

Mas existe um limiar entre esse passado e presente; mesmo que 200 anos representem uma trajetória marcante para Ponta Grossa, alguns feitos só ocorreram em tempos mais próximos de 2023, seu ano bicentenário. Uma pessoa que personifica esse limite é Olga Thomé Fachin, cujos primeiros registros como médica mulher na cidade datam de um período posterior ao século XIX ou início do século XX, ao contrário de algumas citadas. Formou-se 1952 e exerceu a profissão em Ponta Grossa, durante 18 anos foi a única mulher a realizar isso. Sua trajetória é limiar, pois ela é uma mulher recente, atuou anos em medicina no trabalho e ginecologia, além de lecionar na UEPG, mas ainda se encontra como uma das primeiras a seu feito na cidade (Bahri, 2022).

Olga traz uma realidade de buscar seu próprio espaço, buscando sua independência na década de 1950, no meio da medicina, um campo que privilegiava o olhar masculino. O trabalho doméstico, relacionado historicamente as mulheres tem sua importância e impacto econômico, mas foi negligenciado, o que fez algumas mulheres buscarem uma vida econômica no espaço público:

Além disso, ocultou a importância social e econômica do trabalho prestado pelas mulheres dentro de casa; tornou invisível não apenas o trabalho produtivo realizado pelas mulheres como também o das crianças; camuflou a dureza e a dificuldade do serviço doméstico, o cansaço e o desgaste físico; limitou as atividades consideradas legítimas exercidas pelas mulheres; levou o trabalho feminino a ser visto como acessório, temporário; justificou o ganho diferenciado entre homens e mulheres, e abafou o grito doloroso daquelas que ousaram denunciar as iniquidades que sofriam. (Maluf, Mott, 1998 p.419)

Com isso, o trabalho externo, visto como privilégios por algumas, mas às menos privilegiadas sempre foi condicional. Um dos motivos a essa exteriorização do trabalho feminino foi dependência feminina sob os homens as impactava:

Apesar da importância social do trabalho realizado pelas mulheres dentro de casa, enquanto produtoras e reprodutoras da mão-de-obra, e não obstante ser gratuito o trabalho prestado à família, outra imagem frequentemente associada à rainha do lar é a de perdulária. O papel do marido de provedor da família, com o direito a autorizar ou não o trabalho da mulher fora do lar, conforme determinavam as leis vigentes no começo do século, levou a dependência econômica da esposa a ser não apenas estimulada, mas sobretudo bem-vista. Esse “privilégio”, porém, nem sempre significou alegria ou felicidade para muitas mulheres. Por trás de frases como “ela é feliz, não lhe falta nada” ou “o que mais ela deseja, se o marido lhe dá tudo?”, é possível enxergar um ambiente de extrema insatisfação e desconforto, que levava não só algumas mulheres a tomar empréstimos sem autorização do marido, trabalhar escondido e até mesmo a “roubar” o próprio cônjuge. (Maluf, Mott, 1998 p. 415)

O ambiente então buscado por Olga na medicina era visto como espaço masculino, Rago (2000) comenta sobre trajetórias das pioneiras na medicina no Brasil, que sofreram com o olhar do que é profissão de mulher e de homem, um discurso discriminatório na saúde. Algumas mulheres, segundo Rago (2000), durante o século XIX e XX eram obrigadas a cursar o magistério, acreditando que tal especialização as prepararia a uma vida de esposa e mãe, o qual a medicina não se responsabilizaria. Porém, a perspectiva do cuidado era um ambiente feminino, visto nas mães, enfermeiras e aquelas que exerciam medicina popular. Apenas no século XX, a medicina erudita ascendeu em Ponta Grossa, provocando um confronto com as práticas de cura popular já estabelecidas na

região. Embate que era incomum no século XIX, no âmbito local, discorrido por Molar (2012):

Particularmente, houve um breve período do século XIX em que médicos e curandeiros trabalharam “lado a lado”, com a consolidação da “Fisicatura-Mor”. Isto é, uma instituição que vigorou de 1810 a 1830 e que representava/aglutinava os membros do exercício da função médica. (Molar, 2012, p.307)

Nesse contexto, tradicionalmente considerado masculino, a medicina institucional não era amplamente procurada pela população, incluindo as mulheres pacientes. Em contraste, a busca cotidiana por benzedeadas era mais comum, especialmente em casos menos graves, o que estabeleceu uma hierarquia que influenciou a dinâmica entre a medicina institucional e a medicina popular (Molar, 2012). Olga, uma médica engajada na ginecológica dedicou-se à prevenção de casos de câncer ginecológico e contribuiu para a formação de parte dos profissionais de saúde graduados pela universidade local (Valentim, 2011). Seu falecimento ocorreu em 07 de novembro de 2023, aos 94 anos de idade. Uma história que se contrapõe de uma mulher do presente, referência nos cuidados da saúde num ambiente popular e cultural, Nhá Zeca, ou melhor, Elza.

Mas o que tem haver o presente com história?

Podemos considerar 21 mulheres do tempo presente das 30 escolhidas, pensando que Dra. Olga se coloca entre os dois espaços, uma pioneira, mas atual pela sua atividade. Muitas delas possuem histórias e profissões semelhantes aquelas que vieram antes. Em contraste com a medicina erudita, há curas populares, e Elza do Prado Brandt representa esse meio na exposição, sendo uma benzedead. Em 2016 na cidade a administração local iniciou o projeto “Benzedeadas de Ponta Grossa”, liderado pela Fundação Municipal da Cultura, reconhecendo-as como patrimônio imaterial da cultura local.

Abrangendo a saúde, sendo a exposição uma produção de 2022 a 2023, com possíveis alterações posteriores, considera-se a conjuntura onde foi produzida. Após a Pandemia do Covid-19, área da saúde passou por momentos de trabalhos essenciais e recebeu sua homenagem. Joseane, enfermeira da linha de

frente contra Corona vírus durante 2020 e 2021, uma das primeiras a tomarem a vacina em Ponta Grossa (Paula, 2022). Em suas especificidades essas profissionais atuam, como a enfermeira e militante Debora Lee, onde desempenha seu papel na ONG criada pela mesma em 2000, “Renascer”, onde prezam pela saúde e proteção ao povo LGBTQIAP+ (Oliveira, 2022).

Além da saúde, um pilar importante da exposição foi a educação, da básica ao ensino superior. Em 2023, 72,5% das matrículas em cursos de licenciaturas foram de mulheres (MEC, 2023), notoriamente isso ocorre pela relação da mulher a algumas tarefas como a do cuidado e a delicadeza que devia ser natural ao papel feminino, também ao papel do professor pelo senso comum.

As ofertas disponíveis, em geral, estavam próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições das mulheres: professora,” enfermeira, datilógrafa,” taquígrafa, secretária, telefonista, operária das indústrias têxtil, de confecções e alimentícia. As mulheres casadas, de acordo com o Código Civil, precisavam da autorização do marido para exercer qualquer profissão fora do lar - atividade que só era considerada legítima quando necessária para o sustento da família, raramente para realização pessoal (Maluf, Mott, 1998, p.402)

Essa ideia do que é natural da docência foi construída. Não há como ser professor sem aprender a sê-lo. Freire (1997) diz:

A prática educativa, pelo contrário, é algo muito sério. Lida-mos com gente, com crianças, adolescentes ou adultos. Participamos de sua formação. Ajudamo-los ou os prejudicamos nesta busca. Estamos intrinsecamente a eles ligados no seu processo de conhecimento. Podemos concorrer com nossa incompetência, má preparação, irresponsabilidade, para o seu fracasso. Mas podemos, também, com nossa responsabilidade, preparo científico e gosto do ensino, com nossa seriedade e testemunho de luta contra as injustiças, contribuir para que os educandos vão se tornando presenças marcantes no mundo. (Freire, 1997, p.32)

Por isso trazemos mulheres de diferentes espaços educacionais, cargos administrativos, como Leide Mara Schmidt, primeira mulher a ocupar o cargo de Vice-Reitora na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em 2022 e 2023, Ione da Silva Jovino, pró-reitora de Assuntos Estudantis na UEPG e ativista, foi reconhecida, mostrando um importante passo em direção à diversidade e inclusão, além daquelas de outras funções como Luciana Hilgenberg na

educação infantil e Ivete Pais de Souza como merendeira. Na exposição, as mulheres pesquisadas representam o compromisso com a educação. Elas não apenas contribuem para a história da cidade, mas também desempenham papéis fundamentais na formação dos cidadãos, incluindo aquelas que fazem parte da universidade que hospeda os cursos dos petianos.

Outras contribuem para a memória do presente por meio de outras atuações, como educação artística com artes plásticas, Ellen Biora, contagem de histórias, Lucélia Clarindo, interpretando no teatro e no audiovisual, Michella França, e entretenimento, incluindo o rádio, Alcidina Ayres Rodrigues. E o que Dirce Maria Alves é faz parte da cena performática na história de Ponta Grossa, pela sua diversão e personalidade que marcaram as ruas da cidade. “Xuxa” como foi apelidada por suas performances foi uma personagem que convocou público a amostra, com a aparição de seu stand expositivo na Rede Massa, durante o programa Destaque da emissora, em 7 de julho de 2023¹.

Mas também há enfoque sobre os embates por moradia e liberdade religiosa. Como exemplo Ilse Odila Sandri Munhoz, tendo sido dona de pensonato participou ativamente da trajetória de estudantes locais e a luta por habitação, Catarina Maia, residente da ocupação urbana Ericson Jonhson Duarte e Leontina Carlos da Cruz Barros, participante da comunidade Emiliano Zapata, vinculada ao MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra).

No caso de Ledy Ribas Lomba participa de outra realidade em Ponta Grossa, de famílias ligadas a profissional de transporte de carga, como seu marido. Foi migrante assim como várias citadas, mas fez sua vida na cidade. Trabalhos informais também a ajudaram a sustentar a família, realidade que faz parte da vida de algumas mulheres trabalhadoras. Entre essas tarefas, estava a costura, também experiência de Zélia Maria Fernandes de Lima. Sobre a inserção de mulheres do lar no mercado de trabalho Maluf e Mott (1998) comentam:

Algumas autoras têm chamado a atenção para os poderes, as compensações e as possibilidades de ação das donas de casa. Pode-se dizer que esses espaços de liberdade e ação foram identificados no que se refere à execução dos trabalhos manuais, sobretudo de agulha, como a costura, a tapeçaria, o bordado, a renda, o crochê e o tricô. (Maluf, Mott, 1998, p.418)

¹ A reportagem está disponível em: <<<https://www.redemassa.com.br/parana/destaque-edicao-completa-18-07-2023/>>>

As representações buscadas deveriam acessar diferentes públicos, que envolvem empregos distintos, realidades diferentes, etnias e classes. Com isso além da santa católica e as benzedeadas, as religiões de matrizes africanas não poderiam ficar de fora. Laura dos Santos conta sobre ser umbandista, Marileide Aparecida Mazeika Pinheiro aborda o que a levou a ser mãe de santo em templo de culto do candomblé.

Essas preocupações em buscar uma memória diversa são comuns em uma nova historiografia, democratizar debates acadêmicos é parte do trabalho do historiador do século XXI. Regina Kosi dos Santos é mulher indígena e formada em Licenciatura em História, denuncia as discriminações da academia. Graduada pela UEPG fez parte de sua trajetória na cidade. Lucas Gabriel Silva e Gustavo de Jesus Silva foram responsáveis para chegar às informações sobre a professora e historiadora, descobrindo durante a fala de Regina que:

No final de 2016, ouviu de um professor que mestrado é difícil e “não é para índio”. Em 2020 entrou no Mestrado em Estudos da Linguagem-UEPG, pelas cotas para estudantes indígenas. Defendeu a dissertação sobre a Lei 11.645 que trata do ensino de história indígena nas escolas. É professora de História no Colégio Estadual Indígena Sérgio Krigrivaja Lucas, na comunidade Indígena de Faxinal em Cândido de Abreu-PR. (Silva, Silva, 2023)

Mas quais fontes utilizaram? As orais foram principais nos casos de Regina, entre outras. Como foram organizadas as informações sobre todas as 31 mulheres? O material de pesquisa do historiador encontra-se abaixo.

Como as fontes históricas se integram às narrativas historiográficas?

A História, assim como qualquer ciência, possuiu sua matéria de trabalho metodologia. Essa matéria, onde se acessa as interpretações é chamada de “fonte histórica”, o que está abrangendo não necessariamente envolve verdade ou mentira, mas compõem uma perspectiva, que a partir do olhar do historiador receberá indagações. Um dos marcos que coloca como objeto a história uma gama considerável de fontes foi a escola dos Annales, grupos de 3 gerações de historiadores nos séculos XX, como transcorrido no início do texto.

Das fontes documentais estatais e eruditas, a historiografia também adotou a História Oral, uma das contribuições da Nova História como fonte e método de pesquisa. Das 21 entrevistas contemporâneas que enriqueceram a exposição, essa abordagem democrática permite que uma variedade de indivíduos compartilhe suas perspectivas sobre suas próprias experiências, conforme discutido por Pollak (1998) sobre a historicidade das entrevistas de história de vida: “Essas características de todas as histórias de vida surgem que estas últimas devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição reconstrução a posteriori, a história de vida ordena acontecimentos que balizam uma existência.” (Pollak, 1998, p.14)

Também foram utilizadas fontes tridimensionais, como monumentos no caso de Corina. O tumulo da santa popular, no Cemitério São José em Ponta Grossa, tornou-se um local de adoração e nele são deixadas orações como a presente na exposição:

“Bem aventurada CORINA PORTUGAL, que foste martirizada e difamada, que tombaste no santo recesso do lar pelas trinta punhaladas pelo perverso que te escravizava e humilhava, tenha compaixão de mim e dos angustiantes problemas que hoje atormentam a minha vida, fazendo-me enxergar somente escuridão e desespero. Guardiã das mães aflitas pelos filhos que caminham na perigosa trilha das drogas, do álcool. Auxiliadora das esposas que não são aceitas ou compreendidas pelos maridos; sentinela das tragédias que podem ocorrer entre noivos e noivas, namoradas e namorados; alma cândida e limpa, alvejada do mar de sangue que há mais de um século ainda mancha a cidade – ouvi meu pedido, levando-o até Nossa Senhora e seu filho Divino: (fazer o pedido). Com as mesmas mãos retalhadas com as quais tentastes defender-te da fúria assassina de teu carasco, seguras as minhas, sustentando-me para que eu levante do chão de amargura. Auxiliai-me a vencer todos os obstáculos, protegei a mim e a minha família, dai-nos a todos serenidade, paz, trabalho, amor e compreensão. Ensina-nos que a vida é um dom de Deus e todas as chances nos são devolvidas nesse eterno recomeço”.

A imagem utilizada provém de seu sepulcro, único local onde encontra sua representação imagética. Conduzindo as imagens para a exposição, seus acessos variaram, entre acervos mandados pelas entrevistadas, registros nos meios digitais ou coleções museais, como a imagem de Wanda Horta, primeira enfermeira da cidade, encontrou-se no museu local “Museu Campos Gerais”

em 2022. Encontrar a representação de Cândida foi desafiador, embora seu registro e nome constem na Câmara Municipal de Vereadores, sua foto só foi localizada em um blog digital, e suas informações foram obtidas principalmente de fontes jornalísticas.

Figura 1 - Imagem de Wanda Horta



Fonte: Acervo do Museu Campos Gerais, 2022.

Figura 2 - Imagem de Cândida Mendes Braz



Fonte: Blog “Maria Pouteira”. Acervo digital de Luciana Justus.

Também um meio importante de uso como fonte foi o nato-digital, como de fontes dessa natureza exemplifica-se: mensagens eletrônicas, fotografias digitais, sites, bancos de dados, entre outros.

O site como fonte digital também constitui um objeto histórico-social, em que é possível compreender muitas das expressões políticas, sociais, econômicas e culturais da sociedade. As redes sociais e os blogs, no que lhes concerne, cobrem um amplo registro, que vai desde a divulgação de eventos públicos, comentários de notícias, conversas entre amigos até o ato de partilhar experiências pessoais, assim como, são usados por muitos políticos, outras figuras públicas e instituições. (Frigo, 2022, p.45)

Os usos dessas fontes na exposição foram em casos como de Olga. Mesmo em contato com a Santa Casa de Ponta Grossa, hospital tradicional da região, não se encontrou registros em quem foi a primeira médica. Em sites do Instituto Unimed, dessa forma, foi encontrado relatos sobre as ações da doutora, descobrindo-se então quem na memória popular é vista como a primeira médica da região. Além desse contato, sites da Universidade Estadual de Ponta Grossa e conversas com Diana Fachin, filha da médica, contribuíram com a homenagem na exposição.

Como acessar o público?

Sendo uma exposição itinerante, sua organização e distribuição fizeram partes das preocupações da curadoria. Rupp comenta da autoria do curador:

“Heinich (1996) complementa que não é a mera realização de uma tarefa que torna o curador autor, e sim, a singularidade de sua produção que irá torna-lo autor. Desta forma, o aumento do número de exposições temporárias, apresentando mostras monográficas, históricas (abrangendo um período), geográficas (de uma região ou país) e temáticas ou multidisciplinares (agrupando várias categorias – artes visuais, arquitetura, literatura, musica, sobre determinado assunto), reforçou o papel e a especificidade da curadoria no sentido como autor. (HEINICH, 1996, p.236) 6. ” (Rupp, 2011, p.136)

Os principais responsáveis por esta organização foram as professoras e os petianos, também escritores dos textos informativos. As cores colocadas nos cartazes remetem ao logo do PET de 2022. A distribuição variou ao decorrer dos espaços em que a exposição circulou.

Em novembro de 2022 foi a estreia anterior a finalização da primeira fase de pesquisa no evento institucional da UEPG “Campus Parque”, dia 4 de dezembro de 2022, onde o PET atuou além da exposição com atração musical, com 11 mulheres expostas. (UEPG, 2022)

Figura 3 – PET História UEPG no “Campus Parque” 2022.



Fonte: PET História UEPG, 4 de dezembro de 2022.

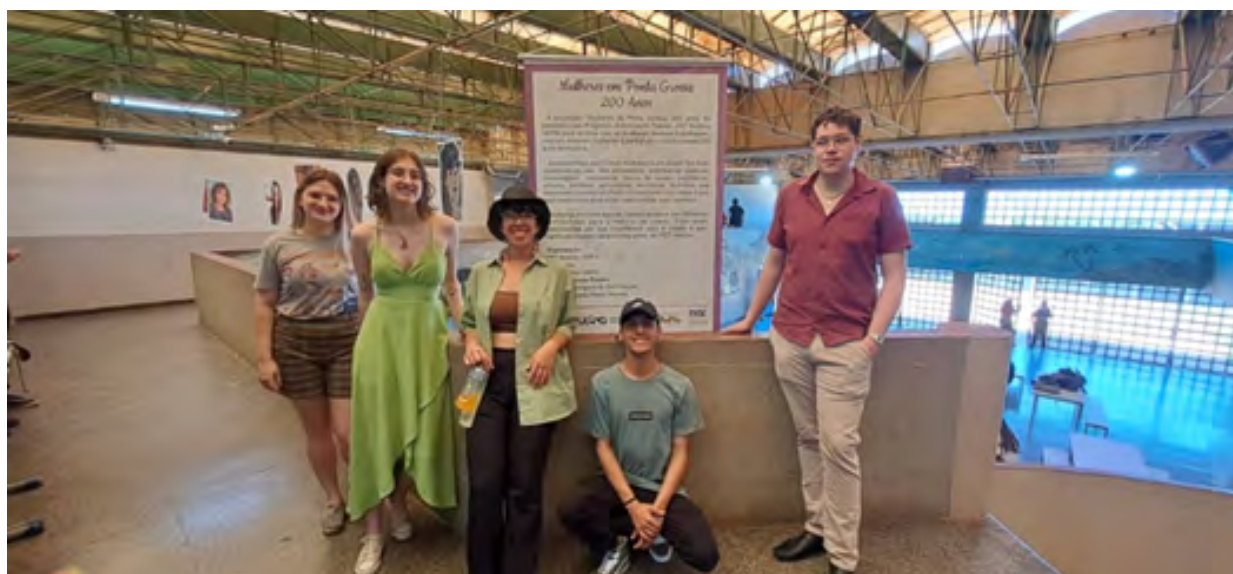
Em 2023 ocorreu também divulgação no Interpet de Ponta Grossa na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Entretanto a estreia oficial foram 15 dias expostas na Central de Salas da UEPG, setor onde abriga-se o departamento de História, na semana de 11 a 18 julho de 2023. Circularam centenas de pessoas, além das divulgações digitais pela universidade, PET e jornais locais. Responsável pela disseminação televisa ficou a Rede Massa, filial local da emissora SBT, a aparição da exposição no canal atraiu diversas pessoas, incluindo o filho de Dirce “Xuxa”, “André”, o que gerou uma entrevista ao programa Destaque. Outro capítulo presente no livro comenta sobre o caso.

A distribuição no espaço do campus foi feita em meio ao corredor para fácil acesso e conduzir o público a incomodar-se e não conseguir deixar de ver uma história que foi silenciada. Que a cidade de Ponta Grossa foi feita também

de suas mulheres, que passaram por diferentes caminhos durante suas vidas. Além de, durante a exposição elas são colocadas juntas, não categorizadas, pois não há uma hierarquia, já que todas contribuíram a história local.

Além do mais, com um intuito educativo a exposição aconteceu em duas escolas públicas de Ponta Grossa, como o Colégio Estadual Prof. João Ricardo von Borell du Vernay e Colégio Estadual Linda S Bacila.

Figura 4 - Exposição “Mulher de Ponta Grossa – 200 anos” no Colégio Estadual Prof. João Ricardo von Borell du Vernay



Fonte: PET História UEPG, outubro de 2023.

Figura 5 – Exposição “Mulher de Ponta Grossa – 200 anos” no Colégio Estadual Linda S Bacila.



Fonte: PET História UEPG, novembro de 2023.

O trabalho feminino

A exclusão sistemática das mulheres da narrativa histórica oficial durante séculos relegou-as à margem da sociedade e da memória coletiva. A história de gênero surge como uma ferramenta para resgatar e dar voz às experiências das mulheres, revelando suas realizações, resistências e contribuições que muitas vezes foram apagadas ou minimizadas ao longo do tempo.

Ao historicizar as relações de gênero procuram-se compreender e explicar como se formaram as relações de poder que perpetuam os discursos, símbolos e representações que constituem as estruturas normativas, estabelecem um imaginário coletivo e moldam comportamentos.

Na perspectiva da força de trabalho, a presença feminina continua em ascensão, porém o capital integra essa participação baseando-se nas normas de gênero e nos sistemas de poder patriarcais já existentes, gerando assim uma desvalorização do trabalho feminino

Historicamente, o trabalho feminino tem sido associado a atividades domésticas e cuidados familiares, consideradas de menor importância e, portanto, menos valorizadas em comparação com o trabalho remunerado realizado pelos homens. Esse viés cultural contribui para a perpetuação de desigualdades salariais e oportunidades de emprego entre os gêneros, além de limitar as escolhas profissionais das mulheres e reforçar estereótipos de gênero.

Além disso, a desvalorização do trabalho feminino está intrinsecamente ligada à ideia de que as habilidades e contribuições das mulheres são naturais e inerentes, enquanto as dos homens são consideradas como resultado de esforço e mérito. Essa percepção errônea contribui para a marginalização das mulheres em campos profissionais considerados mais prestigiosos ou intelectualmente exigentes.

Consequentemente, o trabalho feminino se concentra nas áreas de serviços pessoais, domésticos, administração pública, saúde, ensino, serviços comunitários, entre outros, como já comentado acima com os exemplos da exposição.

Apesar do aumento da representação feminina no setor formal e em áreas tradicionalmente dominadas por homens, a participação das mulheres na

economia informal continua significativa. Um contingente consideravelmente maior de mulheres do que de homens está envolvido em atividades laborais realizadas em casa. Dentro desse grupo de mulheres que trabalham em domicílio, encontram-se tanto as empregadas domésticas quanto as trabalhadoras autônomas ou subcontratadas para a indústria, que desempenham diversas tarefas informais, como costura e produção de alimentos, contribuindo assim para a renda e o sustento familiar.

Para além disso, há o trabalho invisível, ou seja, o trabalho doméstico. Em sua maioria as mulheres são as responsáveis pelos cuidados com a casa e os filhos, que como as autoras Diogo e Coutinho comentam é:

‘Contudo, é uma atividade indispensável para a manutenção da formação social e integridade familiar, dado que o trabalho doméstico é responsável pela produção de valores de uso para o consumo dos membros da família, produção esta que contribui para a reprodução da força de trabalho. Depreciá-lo é uma forma de perpetuar discursos de desigualdade nas relações sociais sexuais e manter a assimetria e a submissão do feminino pelo masculino’ (Diogo e Coutinho, 2006, p. 132)

Dessa forma, as mulheres enfrentam limitações significativas em sua inserção no setor produtivo devido às responsabilidades domésticas e familiares que recaem sobre elas, fazendo-as, muitas vezes, a buscarem trabalhos parciais não qualificados, cujos salários são menores em posições pouco automatizadas e com poucos componentes tecnológicos. Esses postos tendem a ser os primeiros a desaparecer quando novas tecnologias surgem ou quando ocorrem mudanças nas estratégias organizacionais.

O novo paradigma de flexibilização do trabalho, especialmente para as mulheres, está associado à adoção de formas de emprego precárias, como contratos de curta duração, empregos de meio período e/ou trabalho em domicílio. Um aspecto desse fenômeno é a concentração da mão de obra feminina em empresas vinculadas aos novos encadeamentos produtivos, caracterizadas pelo trabalho instável, de baixa qualificação e baixa remuneração, em contraste com as empresas que lideram tais encadeamentos, onde predominam trabalhos mais qualificados, estáveis e bem remunerados. Nogueira afirma que:

‘A feminização do mundo trabalho é por certo positiva, uma vez que permite avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Mas é também marcada por forte negatividade, pois ela vem agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora’ (Nogueira, 200 p, 5).

Superar a desvalorização cultural do trabalho feminino requer uma mudança fundamental nas normas e valores sociais, bem como políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero e reconheçam plenamente as contribuições das mulheres em todas as esferas da vida. Isso envolve o combate aos estereótipos de gênero, a promoção da educação e capacitação das mulheres, e a implementação de políticas de igualdade salarial e oportunidades de emprego justas e inclusivas.

Conclusão

Este capítulo apresentou a meticulosa metodologia de curadoria das seleções das mulheres para a exposição “Mulheres em Ponta Grossa, 200 anos”, destacando o papel fundamental do grupo PET História- História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e suas tutoras. O projeto, fundamentado nos pilares de pesquisa, ensino e extensão universitária, visa não apenas expor a contribuição das mulheres para a comunidade local, mas também promover a conscientização e a inclusão social. Ao incorporar o cotidiano e as experiências das mulheres comuns em uma exposição, o projeto visa validar suas contribuições, fortalecer os laços comunitários e promover uma compreensão mais rica e inclusiva da história local. Ao reconhecer e valorizar suas próprias histórias, os membros da comunidade são incentivados a participar ativamente da preservação de sua herança cultural e social.

A pesquisa cuidadosa das fontes orais, como entrevistas, revelou aspectos desconhecidos da vida cotidiana das classes não hegemônicas. Além disso, fontes digitais, como sites e redes sociais, foram exploradas para resgatar informações sobre figuras importantes da história local, além do uso de fontes jornalísticas e pesquisas já feitas. Em especial, além do agradecimento a essas mulheres e seus feitos, devemos notar o trabalho das tutoras e dos alunos ao

buscar as informações. Georgiane e Ângela como instrutoras, junto aos graduandos e pesquisadores, responsáveis pelo levantamento, realização dos textos e organização: Ana Luiza Rosa Severo, Brayan Gaudêncio Rocha, Camille Machado Bahri, Eduardo Jose Vieira Cesto, Emeli Catrine de Oliveira Gebiluca, Emilly Aparecida de Deus, Emanuelle Dal Santo da Silva, Felipe Lomba Ferreira, Gabriel Lacerda de Souza, Gustavo de Jesus Silva, Herick Domingues Lichtenberg, Jeferson Osni de Souza Junior, Lucas Faria Schiniegoski, Lucas Gabriel Silva, Manuela de Oliveira Marcondes, Maria Gabriela Drapalski, Millena Borcoski, Sara Bomfim Cinque e Thais Ribeiro Pinheiro.

Referências

ALICE. Wanda Horta: A enfermeira que revolucionou o cuidado em saúde. Disponível em <https://alice.com.br/blog/pessoas/wanda-horta-enfermeira-cuidado-saude>. Acesso em: 2022.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A narrativa da nova história política: representações dos subterrâneos da historiografia. Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST, p. (354- 369), 2016.

BAHRI, Camille Machado. Joseane Tereza de Paula. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

BAHRI, Camille Machado. Olga Thomé Fachin. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

BIORA, Ellen. Entrevista concedida a Souza Junior, Jeferson. 10 de maio de 2022.

BORCOSKI, Millena. Elzira Correia de Sá. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

BORCOSKI, Millena. Ilse Odila Sandri Munhoz. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, PET História UEPG, Ponta Grossa – PR, 2022

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

CAVAGNARI, Luzia Borsato. Grupo escolar General Osório: nos primórdios dos anos de 1930 à direção de Elzira Correia de Sá. Ponta Grossa: Estudo Texto, 2019.

CESTO, Eduardo Jose Vieira; MARCONDES, Manuela de Oliveira. Lucélia Clarindo. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

CINQUE, Sara Bomfim. Zélia Maria Fernandes de Lima. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

Curitiba Space. Quem foi Júlia Wanderley. Disponível em: <https://curitibaspace.com.br/quem-foi-julia-wanderley/>. Acesso em: 15 set. 2022.

Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (COREN-SP). Wanda de Aguiar Horta. Disponível em <https://portal.coren-sp.gov.br/wanda-de-aguiar-horta/> Acesso em: 2022.

DEUS, Emilly Aparecida de. Ione da Silva Jovino. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2022, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

DEUS, Emilly Aparecida de. Laura dos Santos. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

DEUS, Emilly Aparecida de. Leontina Carlos da Cruz de Barros. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

DEUS, Emilly Aparecida de. Marileide Aparecida Mazeika Pinheiro. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino Interações, vol. XI, núm. 21, enero-junio, 2006, pp. 121-142 Universidade São Marcos São Paulo, Brasil

FERREIRA, Felipe Lomba. Hercília Rolim. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2022, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

FERREIRA, Felipe Lomba. Ledy Ribas Lomba. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

FERREIRA, Gisele. Prostituição e criminalidade: Cotidiano e conflitos nos bordéis pontagrossenses na década de 1930-1940. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p.83, 2006.

FERREIRA, Gisele. Sociabilidades e Conflitos: O cotidiano da Boate Chuva de Ouro. Trabalho de conclusão de Curso (Especialista em História, Arte e Cultura)- Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p.153. 2008.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1997.

FRIGO, Denise. O legado digital na pesquisa histórica: reflexões sobre fontes digitais. Aedos, v. 13, n. 30, p. 42-53, jan. – jun., 2022.

GEBILUCA, Emeli Catrine de Oliveira. Debora Lee. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

GEBILUCA, Emeli Catrine de Oliveira. Ivete Pais de Souza. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

GONÇALVES, R. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. Lutas Sociais, [S. l.], n. 9/10, p. 125–132, 2005. DOI: 10.23925/ls.v0i9/10.25776. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25776>

JULISKA RAGO, E. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 15, p. 199–225, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635577>. Acesso em: 15 fev. 2024.

LICHTENBERG, Herick Domingues. Catarina Maia. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

LICHTENBERG, Herick Domingues. Corina Portugal. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

LIMA, Zélia Maria Fernandes de. Entrevista concedida a Sara Bomfim Cinque. 16 de setembro de 2022.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). Fontes históricas. 2.ed., 1a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Neomil. Comunidade universitária lamenta falecimento do Dr. Enny Fachin. Portal UEPG, 2015. Disponível em: <https://portal.uepg.br/noticias.php?id=7222>. Acesso em: 11 set. 2022.

MACHADO, Debora Lee Comassetto. Entrevista concedida a Emeli Catrine de Oliveira. 02 de outubro de 2022.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) História da Vida Privada no Brasil – República: da Belleépoque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, v. 3, p. 368-421, 1998.

Ministério da Educação (MEC). Dia da Mulher: mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20%E2%80%93%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20mais,das%20matr%C3%ADculas%20s%C3%A3o%20de%20mulheres>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2024.

MOLAR, Jonathan. de O. Feiticeiros ou “médicos” populares? - casos de curandeirismo em Ponta Grossa durante a década de 1950. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.17i1.0012. Revista de História Regional, [S. l.], v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2388>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MUNHOZ, Márcia Sarai. Entrevista concedida a Millena Borcoski via mensagem. 12 de setembro de 2022.

Museu Campos Gerais. Figura 1: Imagem de Wanda Horta. Ponta Grossa, 2022.

NABOZNY, A. Uma discussão sobre gênero e acesso ao espaço urbano: o paradoxo da participação política cívica e da participação no estado. Revista de História Regional, [S. l.], v. 11, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2221>. Acesso em: 02 fev. 2024.

Nogueira, Claudia Maria Franca Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. 2003. 170 f. - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lucia. A escritora Anita Philipovsky: contribuições da literatura para a educação feminina nos Campos Gerais, PR. 2019.

PAULA, Joseane Tereza de. Entrevista concedida a Camille Machado Bahri. 16 de setembro de 2022.

PEREIRA, Marco A. M.; IEGELSKI, Francine. O Paraíso Terrestre no Brasil: Os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire. *Revista de História Regional*, 7(1), 47-72. 2002

PET História UEPG. Figura 3 – PET História UEPG no “Campus Parque” 2022. Ponta Grossa, 4 de dezembro de 2022.

PET História UEPG. Figura 4 - Exposição “Mulher de Ponta Grossa – 200 anos” no Colégio Estadual Prof. João Ricardo von Borell du Vernay. Ponta Grossa, outubro de 2023.

PET História UEPG. Figura 5: Exposição “Mulher de Ponta Grossa – 200 anos” no Colégio Estadual Linda S Bacila. Ponta Grossa, novembro de 2023.

PET História UEPG, Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2022-2023, Ponta Grossa – PR

PETRUSKI, Maura. R. EU ORO, TU ORAS, ELES ORAM PARA CORINA PORTUGAL. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 4, n. 12, 11.

PINHEIRO, Thais Ribeiro. Anita Branco Philipovsky. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

PINHEIRO, Thais Ribeiro. Michella França. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. São Paulo: Proj. História, 1997.

Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Coro Cidade de Ponta Grossa é destaque internacional em festival na Índia. Disponível em: <https://pontagrossa.pr.gov.br/node/47316>. Acesso em: 09 de fev. 2024.

Rede Massa. Destaque 18 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.rede-massa.com.br/destaque-pontagrossa/destaque-edicao-completa-18-07-2023/>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2024.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU Agnès & TÉTARD, Philippe. *Questões para a História do Presente*. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 39-50.

RUPP, Bettina. O curador como autor de exposições. Revista Valise, n. 1, jul. 2011.

SANTOS, Francieli Lunelli. A mulher nas fotografias de grupos familiares na cidade de Ponta Grossa, 1910-1940. Revista de História Regional, v. 14, n. 1, p. 146-167, Verão, 2009.

SCHINIEGOSKI, Lucas Faria. Dirce Maria Alves - Xuxa. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SCHINIEGOSKI, Lucas Faria. Elza do Prado Brandt. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SCHINIEGOSKI, Lucas Faria. Selma Maria Schons. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SEVERO, Ana Luiza Rosa. Alcidina Ayres Rodrigues. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SILVA, Emanuelle Dal Santo da. Julia Wanderley. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SILVA, Emanuelle Dal Santo da. Leide Mara Schmidt. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SILVA, Emanuelle Dal Santo da. Luciana Hilgenberg. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SILVA, Gustavo de Jesus; SILVA, Lucas Gabriel. Regina Kosi dos Santos. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2022, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SOUZA, Gabriel Lacerda de. Cândida Mendez Braz. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SOUZA, Ivete Pais de. Entrevista concedida à Emeli Catrine de Oliveira. 07 de outubro de 2022.

SOUZA JUNIOR, Jeferson Osni de. Ellen Biora. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

SOUZA JUNIOR, Jeferson Osni de. Wanda Horta. In: Mulheres de Ponta Grossa - 200 anos, 2023, PET História UEPG, Ponta Grossa - PR.

Secretaria Municipal da Cultura de Ponta Grossa. Benzedeadas. Disponível em: <https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/benzedeadas/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

Sou Enfermagem. Wanda Aguiar Horta. Disponível de <https://www.souenfermagem.com.br/fundamentos/wanda-aguiar-horta/>. Acesso em: 2022.

TOURINHO, M. A. de C. Os sujeitos históricos e o ensino de História: Os heróis precisam ser banidos?. Tempos Históricos, [S. l.], v. 12, n. 1, p. p. 57–79, 2000. DOI: 10.36449/rth.v12i1.1944. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1944>. Acesso em: 16 fev. 2024.

Turistoria. A trajetória de Júlia Wanderley. Disponível em: <https://www.turistoria.com.br/a-trajetoria-de-julia-wanderley>. Acesso em: 16 set. 2022.

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). UEPG lamenta falecimento de duas servidoras aposentadas. Disponível de <https://www.uepg.br/olga-thome-fachin/>. Acesso em: 02 de fev. 2024

VALENTIM, Thalita. Enny e Olga Fachin. Portal Unimed, 2011. Disponível em: http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=49146&cd_secao=-1&cd_materia=315145. Acesso em: 11 set. 2022.

VIEIRA, R. de L. Reescrever a história para a dignidade humana. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 8, n. 2, p. 203–215, 2020. DOI: 10.5016/ridh.v8i2.28. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/28>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ZULIAN, Rosângela. W. “A semente de uma grande cidade”: uma leitura dos discursos construídos sobre a fundação da cidade de Ponta Grossa (PR). DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.14i2.104126. Revista de História Regional, v. 14, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2354>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CAPÍTULO 4

PESSOAS COMUNS, HISTÓRIAS MARCANTES: O CASO INSPIRADOR DE DIRCE MARIA ALVES, A XUXA DO CALÇADÃO, NA EXPOSIÇÃO DO PET HISTÓRIA

Jeferson Osni de Souza Junior

Sara Bomfim Cinque

Doi: 10.48209/978-65-5417-458-3

Introdução

A exposição sobre diferentes mulheres de Ponta Grossa foi concebida e organizada pelo grupo PET (Programa de Educação Tutorial) de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com o objetivo de celebrar o bicentenário da cidade, cujo aniversário estava sendo comemorado em 2023. No entanto, ao examinar a historiografia local, notou-se uma predominância de grandes nomes, especialmente homens brancos. Inicialmente, a intenção era criar uma exposição composta exclusivamente por mulheres de diversas áreas e atuações.

Cada integrante do grupo PET realizou pesquisas e apresentou as escolhidas para compor a exposição. Contudo, ao analisar o conjunto da exposição, percebeu-se que ela ainda refletia uma certa rigidez, destacando principalmente mulheres brancas da elite local. Diante disso, foi decidido incluir mulheres consideradas “comuns”, o que se mostrou de extrema importância para evidenciar que todos são sujeitos históricos e podem ocupar lugares muitas vezes reservados a homens brancos da elite.

A exposição buscou, portanto, integrar diversas áreas, reconhecendo a necessidade de uma análise mais aprofundada, considerando a percepção da comunidade em relação a como as pessoas que visitam a exposição se sentem representadas. No processo final, emergiram questões relacionadas aos destinos apropriados para a exposição, bem como estratégias para ampliar a visibili-

dade das mulheres destacadas, as quais, frequentemente, foram historicamente e socialmente negligenciadas.

Este capítulo se dedica a abordar essas indagações, explorando se as pessoas que visitam a exposição experimentam uma sensação de representatividade. Além disso, questionar sobre o acesso a exposições. O capítulo exemplifica, assim, a importância de considerar essas questões no contexto da exposição, refletindo sobre estratégias que promovam uma representação mais inclusiva e uma disseminação mais abrangente das classes populares.

Adicionalmente, este estudo aborda um caso específico envolvendo uma das participantes da exposição, Dirce Maria Alves, conhecida pelo apelido XUXA, destacando a importância da inclusão desses indivíduos que, ao longo de muitas décadas, não foram reconhecidos como sujeitos históricos e culturalmente significativos, especialmente nos âmbitos culturais e acadêmicos. A presença da família durante o evento de divulgação da exposição revelou uma emoção palpável ao presenciar a mãe/avó sendo reconhecida e incluída nesse contexto, destacando a importância do reconhecimento e da representação em espaços de grande significância cultural e social.

Assim, mediante uma abordagem decolonial sobre museus e exposições, aliada aos princípios da nova história e da história de vida como metodologia, foi possível explorar diversos aspectos, proporcionando uma visão mais inclusiva e representativa na exposição.

Acesso Cultural: Um Direito ou um Privilégio?

No capítulo anterior, discutimos a relação entre a montagem e a estrutura da exposição, destacando para qual público essa exposição estava destinada. Surgiu a indagação sobre os espaços nos quais essa exposição circularia, uma vez que se tratava de uma exposição informativa com o propósito de informar e promover o acesso à cultura e às produções acadêmicas para todos os cidadãos.

No cenário brasileiro, é crucial destacar que somente com a promulgação da Constituição de 1988 a cultura foi oficialmente reconhecida não apenas como um encargo do Estado, mas, fundamentalmente, como um direito es-

sencial de todos os cidadãos (Natarelli, 2012). Nesse âmbito, atribuiu-se uma importância sem precedentes à cultura, integrando-a de maneira intrínseca aos direitos fundamentais, representando um marco significativo na compreensão e promoção da diversidade cultural no país (Natarelli, 2012).

Do ponto de vista constitucional, todos os cidadãos detêm o direito à cultura e à participação em ambientes culturais. No entanto, é válido questionar se essa prerrogativa se estende verdadeiramente a toda a população na prática. O artigo 215 da Constituição Federal de 1988 assevera que o acesso à cultura é um direito fundamental (Brasil, 2012). O direito ao acesso também está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, mais especificamente no Artigo 27, que afirma que “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (Natarelli, 2012).

Entretanto, a realidade social apresenta contradições notáveis a essa declaração. Conforme evidenciado por uma pesquisa recente conduzida pelo Ministério da Cultura em colaboração com o IBGE, constatou-se que menos de 20% dos brasileiros estão engajados em atividades de consumo e desenvolvimento cultural.¹ Dessa forma, pode-se inferir que aproximadamente 80% da população não participa ativamente desse processo. Esses dados indicam que, na prática, o acesso à cultura no Brasil é restrito a uma parcela bastante limitada da sociedade, tornando-se assim um privilégio para quem tem esse acesso.

Ao longo da nossa história, a relação entre cultura e Estado tem sido caracterizada pela predominância de uma perspectiva elitista, que direciona sua atenção a um público restrito composto pelas elites nacionais (Lacerda, 2010). Esse paradigma contribuiu e contribui para uma definição restritiva de cultura, na qual apenas elementos eruditos são considerados legítimos, enquanto as expressões culturais associadas à classe popular são frequentemente rotuladas como “acultural” ou desconsideradas como não merecedoras de reconhecimento cultural (Lacerda, 2010). Essa concepção reflete uma ideologia colonizadora que estabeleceu a superioridade de um grupo sobre outro, associando o detentor do conhecimento à cultura dominante, enquanto relega a classe popular a uma posição subordinada, considerada inferior em sua expressão cultural.

¹ Conforme evidenciado em uma matéria disponível em: <<<https://www.camara.leg.br/radio/programas/324632-inclusao-social-pela-arte-os-numeros-alarmantes-da-exclusao-0721/>>>

Contudo, cria-se um abismo entre a cultura erudita e a classe popular se revela como uma disparidade profunda, refletindo não apenas diferentes formas de expressão artística, mas também um acesso desigual aos recursos culturais.

Essa exclusividade cultural contribui para a marginalização da classe popular, que enfrenta barreiras significativas para participar ativamente desse cenário cultural mais elevado. A falta de acesso a instituições culturais, como teatros, museus e centros de arte, aliada à ausência de representatividade de suas próprias vivências nas expressões culturais eruditas, amplia ainda mais a lacuna entre essas duas esferas. Porto, (2007) afirma que:

Uma política cultural que não tem como principais destinatários artistas e produtores, mas o povo. Não para entrete-lo, mas para criar oportunidades reais de enriquecimento humano, de acesso ao conhecimento produzido pela enorme diversidade cultural e ambiental do planeta, do reconhecimento da nossa e de outras identidades culturais, de experiências culturais que emocionem, que modifiquem a nossa maneira de ver e estar no mundo. E que nos habilitem, se assim desejarmos, a ser ativos participantes das escolhas sobre nosso presente e nosso futuro. Uma política cultural voltada para as pessoas, de braços dados com a ética que valoriza a vida, a justiça e o reconhecimento da diversidade. Capaz de promover públicos leitores, de estimular a curiosidade sobre si e sobre os outros, de expandir as experiências culturais e com elas a vontade de se relacionar com o diferente sem que ele represente uma ameaça. Ou seja, uma política cultural voltada para a formação cultural das pessoas, de ampliação dos imaginários e das sensibilidades, para tornar a vida àquilo que ela deveria ser por princípio: mais humana (PORTO, 2007, p.174-175).

Atualmente, diversas instituições culturais buscam implementar estratégias para democratizar o acesso aos seus espaços, como a oferta de dias com entrada gratuita, especialmente observada em museus. Contudo, ao analisarmos mais profundamente, observamos que essas iniciativas muitas vezes ocorrem em dias úteis, criando um desafio significativo para aqueles que estão empregados e não podem prescindir de suas responsabilidades profissionais para desfrutar desses espaços culturais. Mesmo quando se opta por oferecer ingressos mais acessíveis, essa medida, de certa forma, ainda impõe limitações ao acesso (Lacerda, 2010).

Botelho (2001) destaca que essa prática pode resultar em uma falsa democratização, pois fundamenta-se na crença equivocada de que os indivíduos

têm uma aptidão natural para reconhecer “o belo” e “a verdade” simplesmente pelo acesso às instituições que promovem a cultura erudita. Dessa forma, torna-se evidente que a eficácia dessas iniciativas em verdadeiramente democratizar o acesso à cultura é questionável, uma vez que não aborda integralmente as barreiras socioeconômicas e estruturais que ainda persistem.

Bourdieu (2007) também argumenta que a iniciativa de reduzir as barreiras físicas entre a cultura erudita e as classes populares, através do estímulo à visitação em museus por meio de políticas como gratuidade ou redução de preços de ingressos, não lograva efetivamente superar a substancial disparidade existente entre esses dois estratos sociais.

O aspecto mencionado revela-se de extrema importância ao avaliarmos se as exposições de fato retratam de maneira autêntica a realidade da classe popular. Surge, assim, a necessidade de questionar quais representações esses espaços estão difundindo e se conseguem oferecer uma visão genuína dessa parcela da sociedade.

No contexto específico da exposição PET História, durante o processo de seleção das mulheres que comporiam a exposição, uma decisão significativa foi tomada ao optar por incluir mulheres consideradas populares, mas que, de alguma forma, integram a cultura de Ponta Grossa. Além disso, a abordagem escolhida foi permitir que essas mulheres falassem por si mesmas. Consequentemente, aquelas que puderam foram entrevistadas, dando-lhes a oportunidade de construir suas próprias narrativas. Nesse sentido, a exposição foi concebida de modo a valorizar autenticamente as representações dessas mulheres, proporcionando uma visão que não é mediada por terceiros, mas sim expressa por elas próprias. Este enfoque contribui para a construção de uma exposição que genuinamente respeita e destaca as vozes e perspectivas da classe popular, evitando assim uma representação distorcida ou filtrada por interpretações externas.

Além disso, a decisão tomada foi de montar as exposições em espaços variados, que, de certa forma, não são tradicionalmente considerados adequados ou plausíveis para exposições, como museus ou teatros. No entanto, a questão central reside em entender o propósito do grupo com essa exposição e como garantir que ela seja acessível ao público. Para alcançar essa acessibilidade e visibilidade, foi decidido dispersar a exposição em diferentes locais.

A exposição foi instalada inicialmente no Campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e itinerada por aproximadamente quatro escolas estaduais. Essa abordagem buscou proporcionar acesso direto à exposição a um público mais amplo, incluindo alunos, pais e funcionários. O objetivo foi de criar uma atmosfera na qual a população se sentisse à vontade para visitar a exposição, garantindo assim uma maior democratização do acesso às representações culturais apresentadas. Essa estratégia não apenas ampliou a visibilidade da exposição, mas também promoveu um ambiente mais inclusivo e participativo, alinhado com os objetivos de tornar a cultura acessível a diversos segmentos da sociedade.

Essas abordagens mostraram-se fundamentais para conferir visibilidade à exposição na comunidade e para disseminar informações relevantes sobre a história da cidade. Observamos isso no caso de Cândida Mendes Braz, que se tornou a primeira vereadora de Ponta Grossa/ PR . Notavelmente, a Câmara Municipal da cidade e tivemos dificuldades para encontrar uma imagem dela, visto que nem mesmo a câmara municipal possuía um retrato.

Outra situação que causou notável impacto foi a de Dirce Maria Alves, conhecida como “Xuxa”. Diversas pessoas a identificaram e ficaram surpresas ao vê-la sendo enfatizada na exposição. Esses casos destacam como a iniciativa não apenas revela figuras relevantes, frequentemente esquecidas na história local, mas também suscita o reconhecimento e a surpresa da comunidade ao deparar-se com essas narrativas em um contexto expositivo.

No tópico a seguir, será detalhadamente abordado o caso de Dirce, e o impacto significativo que ela gerou. Isso se deve ao fato de que a sociedade muitas vezes tem a tendência de achar que apenas os nomes mais proeminentes localmente, devem ser associados à preservação histórica de suas trajetórias. Entretanto, a intenção é explorar a ideia de que todos nós somos sujeitos históricos e detemos o direito de ter nossas histórias preservadas e reconhecidas.

Uma abordagem mais inclusiva

O presente capítulo destaca a relevância fundamental da Nova História que se desenvolveu em oposição à abordagem convencional utilizada na historiografia. Enquanto a abordagem tradicional, de uma herança historiográfica rankiana, concebia a História de forma objetiva, com o objetivo principal de simplesmente relatar os eventos conforme ocorreram, buscando a verdade histórica e se restringindo principalmente a documentos e fontes oficiais, a Nova História propôs uma perspectiva mais abrangente e complexa (Almeida, 2016).

A visão histórica tradicional estava majoritariamente focada em grandes eventos políticos e econômicos, além de destacar personalidades proeminentes, resultando em uma narrativa predominantemente política, econômica, militar e, ocasionalmente, eclesiástica. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente com o surgimento da Escola dos Annales, uma nova historiografia começou a ganhar reconhecimento, promovendo uma abordagem mais inclusiva (Almeida, 2016).

Essa nova abordagem histórica passou a dar ênfase à “História vista de baixo”, que reconhece que todas as atividades humanas têm relevância histórica, não se limitando apenas aos acontecimentos, mas também às estruturas sociais, culturais e cotidianas. Essa mudança de perspectiva permitiu uma ampliação significativa das fontes e dos recortes históricos, bem como das narrativas possíveis, abrindo espaço para a interdisciplinaridade (Burke, 1992).

Como resultado, surgiram diversos campos de estudo dentro da História, que agora não se restringem mais apenas a uma narrativa política ou econômica. A Nova História proporcionou uma compreensão mais rica e diversificada do passado, incorporando diferentes pontos de vista e experiências, e enriquecendo assim a disciplina histórica como um todo.

Segundo as autoras Juniele e Marta, ao introduzirem História Pública, as oportunidades da interdisciplinaridade e de variadas fontes históricas, é possível a abertura de:

‘(...) um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente’ (Almeida e Rovai, 2013, p. 3)

Assim sendo, começa a fazer parte da História grupos e indivíduos que antes eram vistos como dispensáveis, tais como as experiências cotidianas de pessoas comuns, grupos marginalizados, minorias étnicas, mulheres, crianças, trabalhadores, entre outros. Ao se destacar uma gama mais ampla de sujeitos históricos, a História promove uma compreensão mais abrangente e inclusiva do passado, reconhecendo a complexidade e a diversidade das sociedades ao longo do tempo.

Isso permite que os indivíduos que antes eram vistos apenas como sujeitos secundários da História, quando não excluídos completamente, se enxerguem como agentes ativos da construção histórica e possibilita o pertencimento, seja de um indivíduo ou de uma comunidade, em uma determinada cultura e tempo, proporcionando uma identidade cultural e um contexto acerca de suas raízes.

Essa abordagem se faz particularmente presente ao examinarmos a figura emblemática de Xuxa, cuja notoriedade em Ponta Grossa/ PR, transcende o convencional.

Dirce Maria Alves, comumente conhecida como “Xuxa do Calçadão”, é uma figura que se destacou na comunidade de Ponta Grossa ganhando uma popularidade notável. Atraiu a atenção e o carinho dos habitantes locais, elevando-a a um status de ícone na cidade. Sua trajetória como figura pública se desdobrou principalmente durante as décadas de 1990 e 2000, quando, em meio ao cenário do calçadão local, ela se tornou conhecida por sua caracterização distintiva, remanescente de sua musa inspiradora, Xuxa Meneghel, a renomada apresentadora infantil.

Exibindo vestimentas vistosas e evocativas da estética da mencionada personalidade televisiva, Dirce Maria Alves, apelidada de “Xuxa do Calçadão”, ganhou notoriedade por suas performances energéticas, dançando ao som de hits como “Ilariê” e outros sucessos da apresentadora. Sua presença constante no espaço público do calçadão, frequentemente posicionada em frente às lojas

locais, foi marcada por um carisma singular; sua aura de autenticidade e simplicidade parecia encarnar um certo senso de liberdade, pois afirmava que suas ações eram conduzidas por sua livre e espontânea vontade.

Entretanto, devido ao Mal de Alzheimer, uma enfermidade degenerativa que afeta as funções intelectuais, em 21 de setembro de 2014, Dirce Maria Alves veio a falecer aos 65 anos de idade, deixando para trás um legado de afeto e admiração entre os moradores de Ponta Grossa. (Lucas Faria Schiniegoski, 2022)

Sua presença, inicialmente considerada trivial, e cuja relevância histórica não era prontamente reconhecida devido à tendência da sociedade em dar destaque apenas aos nomes mais proeminentes, negligenciando assim a valorização de figuras que não se encaixavam nesse padrão estabelecido, adquire destaque tanto na exposição quanto no capítulo específico. Na fotografia abaixo podemos ver a sua imagem.

Figura 1- Dirce Maria Alves



Fonte: *Internet*, 2024. ²

² Disponível em: <<<https://twitter.com/xuxadocalcadao>>>

A presença de uma figura cotidiana como Dirce, assim como de outras mulheres também apresentadas na exposição, busca ilustrar como o cotidiano pode estar presente na construção histórica de uma localidade e contribuir para uma formação de uma consciência histórica que possibilite uma maior inclusão de sujeitos históricos.

É por meio da memória, tanto de pessoas comuns, como Dirce, quanto de acontecimentos aparentemente indistintos e corriqueiros que é “pelo reconhecimento das similitudes e das diferenças, por meio do afloramento de lembranças e da construção das representações sobre o passado” (Neves, 2000, p.110) que se desenvolve o pertencimento ou o não-pertencimento a comunidades, grupos, instituições, regiões, países, entre outros.

Segundo uma narrativa histórica mais tradicional, apenas indivíduos ou grupos específicos contribuem significativamente para a construção da sociedade, e, portanto, merecem ser homenageados e narrados pela História. Como coloca a autora Maria Tourinho:

‘(...) de um lado, temos uma esfera de produção, acumulação e transformação, um lugar onde se concentra tudo o que faz a história; de outro lado, temos uma esfera de “reprodução”, um lugar de conservação, de permanências culturais e de rituais, um lugar do “privado”. Nesta perspectiva, todo o indivíduo que age na primeira esfera, vê-se constituído como ator potencial da história e todo o indivíduo inserido na segunda acha-se à margem do controle sobre as mudanças sociais e da participação no movimento da História (...). (Tourinho, 2018, p. 60).

Ao buscar incorporar uma narrativa histórica que permita às pessoas identificarem-se e situá-las em um contexto familiar, expressa-se a ideia de que a História não é um domínio inacessível ou distante, mas sim um aspecto integral e representativo da vida cotidiana. Tal abordagem possibilita às pessoas reconhecerem a si mesmas, suas experiências e identidades dentro do tempo e do espaço, promovendo assim uma conexão mais profunda com o passado e com o mundo ao seu redor. Essa valorização do reconhecimento na História não diminui a importância da narrativa histórica, pelo contrário, ressalta sua relevância e significado em um nível pessoal e coletivo.

Portanto, a visibilidade alcançada por Xuxa na exposição não se limita ao âmbito local; a mídia local também se interessou por sua história intrigante.

A presença da mídia na exposição, bem como o testemunho do filho e neto de Dirce, acrescenta uma camada adicional à narrativa. Sua visita e entrevista à televisão local ressaltam a potência da história pessoal e a influência da exposição na preservação e reconhecimento das trajetórias individuais, mesmo daqueles inicialmente considerados “simples” ou “sem história”. Este episódio revela como a Nova História desafia as noções tradicionais, proporcionando uma visão mais inclusiva e diversificada na história coletiva.

Em uma das ocasiões em que a mídia visitava a exposição, um dos filhos de Dirce estava presente e foi convidado a participar de uma entrevista.³ Ele Diz:

Eu gostei muito da homenagem da mãe, por ela ser uma pessoa fora do contexto, assim..., tipo assim... a respeito de uma sociedade [...], foi legal eles terem feito essa homenagem. Eu acabei vendo nas redes sociais e acabei vindo prestigiar essa homenagem muito bacana para mim como filho dele. Eu sou o filho caçula dela de três filhos. Então a mãe ela foi uma pessoa simples que não precisava fazer o que ela fazia. Algumas pessoas gostam dela, outras têm pensamentos maldosos dela, mas a respeito disso eu não me preocupo, eu me preocupo assim... em lutar pelo meu espaço. (DESTAQUE, 2023).

O relato emocional de André, filho de Dirce, impactou profundamente nosso grupo. Isso ressalta, conforme discutido no tópico anterior sobre a democratização do acesso à cultura, a importância fundamental desses espaços de amplo acesso e o papel vital das redes de comunicação para garantir a circulação em diversos meios.

André compartilhou detalhes adicionais sobre sua mãe, revelando aspectos comoventes de sua vida, chegando a emocionar-se ao compartilhar conosco. Ele também trouxe o neto de Xuxa para testemunhar a homenagem à sua avó na exposição.

Esse episódio destaca a necessidade de valorizar e incentivar mais exposições a adotarem uma abordagem inclusiva, reconhecendo o orgulho e a gratificação que os familiares experimentam ao verem seus entes queridos celebrados em um ambiente expositivo. Este engajamento emocional reforça a importância de iniciativas que promovam a preservação e celebração das histórias individuais ou coletivas dentro de um contexto cultural mais amplo.

3 A reportagem está disponível em: <<<https://www.redemassa.com.br/parana/destaque-edicao-completa-18-07-2023/>>>

Ao explorarmos a narrativa envolvendo Xuxa, a exposição e os relatos emocionados de André, filho de Dirce, somos confrontados com a poderosa ressonância que as histórias individuais têm em nossa sociedade. Este capítulo destaca a importância crítica de espaços expositivos adotarem uma abordagem inclusiva, reconhecendo e celebrando a diversidade de histórias que compõem o tecido social.

A democratização do acesso à cultura, promovida por exposições de amplo alcance, permite que experiências antes consideradas comuns ou desvalorizadas ocupem um espaço significativo. A participação da mídia local e a comoção gerada por um simples encontro na exposição evidenciam a necessidade de disseminar essas histórias além dos limites geográficos, transformando-as em narrativas coletivas.

O relato emocional de André ressalta a importância de não apenas preservar as histórias individuais, mas também de reconhecê-las como elementos fundamentais na construção de nossa herança cultural. Este episódio sublinha a necessidade contínua de iniciativas que estimulem a preservação e celebração dessas narrativas, contribuindo para uma compreensão mais rica e inclusiva de nossa história compartilhada. Assim, ao reconhecermos a singularidade de cada trajetória, reafirmamos o direito de todos serem protagonistas na tessitura da narrativa coletiva que molda nossa identidade cultural.

Conclusões

Nesse sentido, a exposição PET História foi muito mais do que um simples evento cultural; ela foi um reflexo do compromisso com a inclusão e representatividade nas narrativas históricas. Ao destacar a diversidade da comunidade, a exposição não apenas informou, mas também inspirou, promovendo uma maior conexão entre as pessoas e sua história compartilhada.

A itinerância da exposição por diferentes espaços, como escolas e universidades, foi fundamental para democratizar o acesso à cultura. Essa abordagem não apenas ampliou o alcance da exposição, mas também criou um ambiente mais inclusivo e participativo, onde pessoas de todos os segmentos da sociedade puderam se sentir representadas.

Ao promover a inclusão e representatividade, enriquecemos nossa herança cultural e contribuímos para uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo a diversidade de experiências que compõem nossa história.

Referências

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A narrativa da nova história política: representações dos subterrâneos da historiografia. Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST, p. (354- 369), 2016.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. ROVAI, Marta Gouveia De Oliveira. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. In. XXVII Simpósio Nacional De História, Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, RN, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 27.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001

BOURDIEU, Pierre. O amor pela arte. Os museus de arte na Europa e seu público. 2a. edição, Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, Zouk , Porto Alegre, 2007.

Burke, Peter. A nova História, seu passado e seu futuro. In.: A escrita da História: novas perspectivas / Peter Burke (org.); trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP. 1992

LACERDA, Alice Pires. Democratização da cultura x democracia cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. In: Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis, 2010, Rio de Janeiro. Anais do Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis, 2010. v. 1. p. 1-13.

NATARELLI, Talita. A cultura do povo e para o povo: direito fundamental eradicado. Cadernos de Campo. Araraquara n. 16, 2012. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/issue/view/508/91>. Acesso em 11 set. 2023.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, [S. l.], v. 3, 2009. DOI: 10.51880/ho.v3i0.25. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25>.

PORTO, M. Cultura para a Política Cultural. In: RUBIM, A. A. C. (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007. p. 156-179

TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. Os sujeitos históricos e o ensino de História: Os heróis precisam ser banidos?. **Tempos Históricos**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. p. 57–79, 2000. DOI: 10.36449/rth.v12i1.1944. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1944>.

CAPÍTULO 5

CINE DIVERSIDADE: PET HISTÓRIA (UEPG) E A ABORDAGEM DA DIVERSIDADE POR MEIO DO CINEMA

Lucas Gabriel Silva
Jeferson Osni de Souza Junior
Doi: 10.48209/978-65-5417-458-4

*A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita.
Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica,
tudo que toca pode e deve informar sobre ele
(Marc Bloch, p. 79)*

Introdução

O Cine Diversidade - Antes conhecido como Cine PET é um projeto cadastrado no SigPet como extensão e herdado da antiga gestão do grupo, que busca colaborar com discussões sobre determinados assuntos em pauta no PET (Programa de Educação Tutoria), utilizando o cinema como fonte e palco para debates, indo além do conhecimento estritamente acadêmico. Ressaltando o ponto da diversidade, fugindo da hegemonia cultural do Cinema popular de Hollywood e buscando filmes e documentários que trazem cosmovisões diferentes, sobre determinada discussão.

O Cine Diversidade normalmente ocorre entre os membros do PET, sendo também aberto ao público. Os filmes são geralmente exibidos em conjunto ou após um aprofundamento teórico sobre um tema com o intuito de trazer uma visão diferente que apenas o cinema consegue proporcionar. Após assistirmos ao filme em conjunto, discutimos sobre o mesmo entre todos os membros, ressaltando opiniões e observações, buscando traçar linhas com o conteúdo teórico trabalhado.

Neste capítulo são apresentados o cinema como fonte histórica, três documentários e dois filmes exibidos nos Cine Diversidade que ocorreram no ano

de 2023, dialogando sobre os motivos de sua escolha para o projeto de extensão, seu enredo e as discussões emergidas sobre os mesmos, sua respectiva importância para a pauta do PET durante sua exibição no programa de extensão.

Cinema como fonte histórica

A citação atribuída a Marc Bloch, que sugere que tudo pode ser considerado uma fonte histórica, implica que o historiador possui a latitude de utilizar uma ampla variedade de elementos como fontes para a reconstrução do passado. Nesse contexto, o cinema não se afasta dessa abordagem, sendo percebido como uma fonte legítima e relevante para a prática histórica. A ideia subjacente é que a diversidade de testemunhos históricos é vasta, abrangendo não apenas documentos escritos tradicionais, mas também manifestações culturais contemporâneas, como o cinema, que oferecem insights valiosos para a compreensão das complexidades históricas. Essa perspectiva destaca a flexibilidade do historiador em incorporar diversas formas de expressão e mídia na construção do conhecimento histórico, ampliando assim as fontes potenciais disponíveis para análise e interpretação.

O reconhecimento do cinema como uma fonte histórica consolidou-se notadamente a partir da terceira geração da Escola dos Annales, destacando Marc Ferro¹ como uma figura central nesse processo, conforme sublinhado por Davson (2018). Nesse contexto, é fundamental situar essa evolução no âmbito da abordagem historiográfica característica dessa escola. A participação de Marc Bloch, pertencente à primeira geração dos Annales, revelou-se de importância significativa na redefinição das fontes historicamente utilizadas.

Com as inovações introduzidas por essa abordagem, os historiadores passaram a contar com novas propostas, possibilitando a adoção de abordagens e métodos inovadores, o que resultou na expansão do escopo de suas investigações. Essas transformações não apenas proporcionaram uma ampliação no campo de estudo, mas também conferiram destaque à história cultural (Davson, 2018).

¹ Marc Ferro emerge como uma figura de destaque na terceira geração da “Escola dos Annales”. Ele ganha notoriedade por ser um precursor no campo historiográfico ao teorizar e aplicar o estudo da interconexão entre cinema e história (Davson, 2018).

Ferro (1976) argumentou que, em períodos anteriores, as práticas historiográficas fundamentavam-se no emprego exclusivo de fontes tidas como oficiais. Dessa maneira, qualquer material que não ostentasse a chancela de oficialidade era desconsiderado. O cinema, por sua vez, era percebido como um objeto passível de manipulação, onde a seleção de partes específicas para exibição era interpretada como um potencial meio de falsificação. Consequentemente, pesquisadores e historiadores, guiados por essa perspectiva, não reconheciam o cinema como uma fonte legítima para a construção do conhecimento histórico.

Com o surgimento da abordagem da “Nova História”, essas perspectivas começaram a ceder espaço, conquistando aceitação tanto entre os pesquisadores quanto na sociedade em geral. O cinema passou a ser reconhecido não apenas como uma expressão artística, meio de entretenimento ou forma de lazer, mas também como uma fonte legítima para a investigação histórica (DAVSON, 2018). Essa transformação representa um deslocamento significativo na apreciação do cinema, elevando sua relevância para além das esferas tradicionais de apreciação cultural.

Conforme afirmado por Ferro (1976), “O filme é abordado não como uma obra de arte, mas como um produto, uma imagem-objeto, cujas significâncias não são somente cinematográficas” (Ferro, 1976, p. 203). Dessa forma, ele lança luz sobre uma perspectiva crítica em relação à maneira como o cinema é tratado em determinados contextos. Ferro (1976) sugere que, em algumas instâncias, os filmes não são primariamente considerados como expressões artísticas, mas sim como produtos comerciais, sendo percebidos como “imagem-objetos”. Ao mencionar “significâncias não cinematográficas”, Ferro ressalta que os filmes carregam camadas de significado que transcendem os elementos estritamente cinematográficos. Essas camadas podem abranger considerações sociais, culturais, políticas e comerciais, contribuindo para a complexidade da interpretação cinematográfica.

Segundo Cardoso (2013), a década de 1970 marca um período em que novos trabalhos começam a ser produzidos, direcionados para a perspectiva do cinema como uma valiosa fonte histórica, a maneira que ia se expandindo no-

vas correntes cinematográficas começam a ganhar proeminência, estimulando o surgimento de novos estudos. Entre essas correntes, destacam-se o Neorealismo Italiano, o Expressionismo Alemão, o Cinema Novo, entre outros, desencadeando o desenvolvimento de cursos e pesquisas na área cinematográfica (DAVSON, 2018). Essa dinâmica reflete uma crescente valorização do cinema como uma fonte enriquecedora e multifacetada para a análise histórica.

Dentro desse enfoque, André Bazin concebe o cinema como um mecanismo de reprodução de imagens, uma forma de “fotografias em movimento” que se originou no século XIX, evoluindo a partir de outros dispositivos óticos aperfeiçoados, como o Praxinoscópio e o Zootropo (ROSENFELD, 2002).

Nesse sentido, ao considerarmos o cinema como fonte histórica, é essencial ter a consciência de que ele representa um poderoso instrumento de influência tanto individual quanto coletiva. O cinema desempenha uma função social significativa dentro do amplo campo das manifestações da atividade humana (MEIRELLES, 2002). Essa compreensão ressalta não apenas o seu papel como meio de registro histórico, mas também a sua capacidade de moldar e refletir as complexidades da sociedade ao longo do tempo.

Ao projetar uma imagem que aparenta fidelidade aos fatos, o filme se revela como um espelho e produto das ações e manifestações do pensamento humano. Nesse contexto, ele não se desvincula das influências da sociedade, surgindo como uma expressão intrínseca desse meio social. O filme incorpora todos os elementos que compõem a sociedade, sejam eles evidentes ou velados, conscientes ou inconscientes. Essa interconexão profunda entre a produção cinematográfica e a sociedade destaca a natureza complexa e reflexiva do cinema como uma forma de expressão artística e cultural.

Portanto, ao registrar a realidade ou construir narrativas fictícias, configura-se como uma janela por meio da qual se contemplam não apenas eventos específicos, mas também os valores, crenças e nuances culturais inerentes à sociedade. Nesse contexto, o filme transcende sua função aparente como mero entretenimento visual, revelando-se como um documento dinâmico que reflete e molda as complexidades do contexto social em que é concebido. A habilidade do cinema de ser simultaneamente reflexo e agente formador da sociedade

destaca sua relevância como uma expressão cultural e histórica significativa.

Examinar o cinema a partir de uma perspectiva histórica implica, acima de tudo, analisar a forma como a humanidade concebe sua própria identidade e como retrata, por meio de representações visuais, sua realidade. Assim como a análise do romance em relação ao discurso social, os filmes de ficção, que constituem a verdadeira essência do cinema, revelam-se como testemunhos inestimáveis para os historiadores compreenderem a complexidade da sociedade (MEIRELLES, 2002). Essa abordagem proporciona uma visão enriquecedora sobre como as representações cinematográficas não apenas refletem, mas também contribuem para moldar as narrativas históricas e sociais ao longo do tempo.

Os filmes, independentemente de serem de ficção ou não, ao apresentarem narrativas imaginárias, desempenham não apenas um papel de entretenimento, mas também uma função crucial ao capturar e reinterpretar os valores, preocupações e dinâmicas culturais de uma determinada época. Tornam-se registros visuais que vão além da simples representação de eventos, oferecendo uma perspectiva singular das percepções coletivas e das representações simbólicas que permeiam a sociedade. Essa abordagem proporciona uma compreensão mais profunda das complexidades culturais e históricas, enriquecendo a análise e interpretação dessas produções cinematográficas no contexto mais amplo da evolução social.

Conforme observado por Meirelles (2002), a consideração do filme, inclusive os documentários, não deve ser negligenciada devido à natureza da montagem de imagens, tampouco desqualificada por alegações de que possa “falsificar” uma realidade específica. Ao invés de desacreditar o uso de filmes nas pesquisas históricas devido à sua natureza construída, é mais produtivo reconhecer as potencialidades cinematográficas.

Dessa forma, podemos considerar o cinema não apenas como uma fonte da qual o historiador pode extrair informações, mas também como um recurso didático valioso no ensino de história.

Ao utilizar o cinema como instrumento pedagógico, podemos proporcionar aos alunos uma experiência de aprendizado mais eficaz, facilitando o

desenvolvimento de habilidades críticas diante de distintos meios, tanto visuais quanto escritos. Conforme enfatizado por Napolitano: “A utilização do cinema na escola pode ser inserida em linhas gerais, num grande campo de atuação pedagógica; onde o cinema motiva o aprendizado” (Napolitano, 2006, p. 12). Contudo, a integração do cinema na sala de aula pode ser compreendida de maneira abrangente dentro do vasto campo de atuação pedagógica, onde o cinema desempenha um papel motivador no processo educacional. Essa abordagem não apenas enriquece o ambiente de aprendizagem, mas também estimula a capacidade dos alunos de analisar criticamente informações provenientes de diversas formas de expressão. A utilização do cinema como recurso pedagógico não só promove uma compreensão mais profunda dos conteúdos históricos, mas também fomenta o desenvolvimento de habilidades analíticas e interpretativas essenciais para a formação educacional e crítica dos estudantes.

Assim, ao considerarmos o cinema como uma expressão cultural, perceberemos que ele transcende a simples representação visual, transformando-se em um artefato histórico capaz de capturar e interpretar a essência de uma sociedade. A linguagem cinematográfica, composta por elementos visuais, sonoros e narrativos, proporciona uma abordagem única para compreender as complexidades das interações humanas e das dinâmicas sociais. Desse modo, contribui significativamente para a vasta gama de testemunhos históricos disponíveis para os pesquisadores.

Além de seu papel como ferramenta valiosa em sala de aula, oferecendo aos educadores uma abordagem dinâmica e envolvente para transmitir conhecimentos históricos, o uso de filmes como recursos didáticos assume um papel crucial na ilustração, contextualização e enriquecimento do aprendizado dos estudantes. Essa integração visa não apenas proporcionar uma experiência educacional mais vívida e estimulante, mas também fomentar o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Ao serem expostos a narrativas cinematográficas, os estudantes são desafiados a pensar, analisar, criticar e desenvolver um senso crítico que os capacita a refletir de maneira mais profunda sobre os eventos e contextos históricos apresentados.

Sobre vivências travestis: Documentário

Dentre os diversos filmes e documentários abordados no Programa de Educação Tutorial (PET), um documentário em particular se destacou ao apresentar a vida e a realidade das travestis em Ponta Grossa- PR, produzido pelo projeto de extensão Elos – Jornalismo, Direitos Humanos e Formação Cidadã, do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em parceria com a ONG Renascer. Este documentário proporcionou uma visão mais realista para os participantes do PET, revelando aspectos muitas vezes negligenciados, não por falta de interesse, mas devido à omissão acadêmica na produção e discussão de tópicos como esse. Quando se trata de travestis, frequentemente as imagens evocadas são de marginalização e presença nas ruas, refletindo a forma como a sociedade as estigmatiza.

O documentário aborda a vida de duas travestis da cidade de Ponta Grossa, PR, explorando desde suas infâncias até questões mais delicadas sobre suas vidas. Além de expor a realidade das travestis, o documentário instigou debates relevantes sobre como nós, pesquisadores(as), construímos a imagem do outro em nossos trabalhos, especialmente no que diz respeito às travestis. Adicionalmente, trouxe à tona aspectos preocupantes da realidade local, com as entrevistas denunciando a cidade como um local perigoso.

Outro ponto de suma importância é a relação direta entre o sujeito e sua própria narrativa, como evidenciado no documentário, assume um papel fundamental ao oferecer um espaço autêntico a elas. Essa abordagem proporciona não apenas um relato mais genuíno, mas também permite uma compreensão mais profunda e empática das múltiplas realidades enfrentadas por essas mulheres.

Assim, a valorização da voz própria das travestis não apenas enriquece o entendimento da diversidade de experiências, mas também reforça a necessidade de promover narrativas inclusivas e respeitosas. O documentário destaca-se como uma ferramenta poderosa não apenas para informar, mas também para sensibilizar, gerando reflexões críticas sobre a responsabilidade de pesquisadores e da sociedade em geral na construção de narrativas mais justas e empáticas.

Figura 1- Sobre Vivências Travestis



Fonte: Youtube, 2023.²

Jogo de imitação:

O longa-metragem “*Jogo de Imitação*” estreou no dia 28 de setembro de 2024, sendo dirigido pelo norueguês Morten Tyldum e com o roteiro por Graham Moore. Sendo uma biografia do matemático, cientista da computação, criptoanalista, filósofo e biólogo teórico inglês Alan Turing, interpretado pelo ator Benedict Cumberbatch, este sobre uma ótica mais crítica traz questões, pensamentos e reflexões ainda existentes na nossa sociedade, sobre o entendimento do homossexual e homossexualidade.

Apesar de ter um caráter biográfico, o filme toma grandes liberdades poéticas para dramatizar a vida de Turing. Abordando o envolvimento do matemático com o MI6 (Serviço Secreto Britânico), durante a Segunda Guerra Mundial, quando Alan criou uma máquina capaz de decodificar as mensagens da *Enigma* — máquina utilizada pelo exército alemão durante a Segunda Guerra para criptografar suas mensagens —, o filme busca trazer uma imagem de Alan como uma pessoa isolada, com alguns transtornos obsessivos compulsivos e autista. Porém, factualmente, tal autismo não tem legitimidade e nem comprovação; não há insinuação na realidade de que Turing possuía alguma neurodivergência.

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YA7TRjbdAKc>>

Outro destaque no filme, o ponto-chave para sua seleção no PET, foi a prisão de Alan Turing devido à sua sexualidade: a relação sexual entre dois homens, mesmo em ambiente privado, era considerado crime na Inglaterra até 1967, somente após, com algumas restrições, uma relação homossexual deixava de ser crime em âmbito privado: “O Ato de Delitos Sexuais de 1967 abriu as primeiras brechas para descriminalizar o sexo homossexual masculino desde que a sodomia foi considerada um delito capital sob o reinado de Henrique VIII.” (GLEESON K, 2008, p393. Tradução nossa)

Alan Turing seria então condenado pela lei de Lebouchere em 1952, sendo-lhe oferecido um tratamento hormonal que levava a castração química como opção a cumprir sua pena na prisão, uma tida “cura gay” experimental de sua época. Turing se suicidou dois anos mais tarde, em 1954, por envenenamento com cianureto, enquanto ainda estava em tratamento com a suposta cura. Tal tratamento por hormônios acarretava diversos efeitos colaterais que impossibilitavam de resolver até mesmo uma simples palavra cruzada³, cena presente no filme.

Sendo hoje considerado o pai da computação, ele teorizou computadores utilizados atualmente, deixando seu legado no desenvolvimento tecnológico, tendo seu prestígio degradado por anos devido à homofobia.

Em 2009, o governo britânico viria a se desculpar pelo tratamento para com Alan Turing e por sua prisão, em dezembro de 2013, onze meses antes do lançamento do filme; Turing foi perdoado postumamente pelo seu “crime”⁴ — o mesmo que, ainda hoje em dia, segue de base para tantos ataques de ódio realizados contra a comunidade LGBTQI+, o crime de ser você mesmo -

O filme surgiu no PET justamente com o contexto de discussão sobre a infame “cura gay”, discutida por políticos conservadores no Brasil. Desde 1999, a terapia de reorientação sexual é proibida nacionalmente — algo que a bancada conservadora e religiosa tentaria mudar. Observado como no dia 15 de setembro de 2017, quando o juiz federal da 14ª Vara do Distrito Federal, Walde-
mar Cláudio de Carvalho, concedeu liminar buscando a suspensão dos efeitos

3 [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(14\)61854-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(14)61854-7/fulltext)

4 <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/12/pai-da-computacao-turing-recebe-o-perdao-real-59-anos-apos-morrer.html>

da resolução 001/1999, a qual estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação às questões relacionadas a orientação sexual, impedindo tratamentos que busquem uma cura para a homossexualidade⁵.

Isso se tornou uma pauta combustível para a propaganda eleitoral no contexto de guerra cultural no Brasil, entre conservadores e progressistas, durante o processo de polarização e a chamada famigerada “caça às bruxas” ao petismo, seguida pela ascensão da extrema-direita reacionária; uma verdadeira cruzada da bancada evangélica aos movimentos LBGTSQL+ e seus membros, que supostamente está corrompendo a família tradicional brasileira.⁶

A dita cura gay, mesmo que proibida dentro do âmbito médico/psicológico, ainda vem como tratamento em muitas igrejas pelo Brasil, e a sua liberação como prática psicológica ainda volta momento ou outro dentro da política.⁷ “Apesar de o Conselho Federal de Medicina afirmar que não é doença, eu acredito que o homossexualismo seja doença. [...] A Bíblia Sagrada, que é o livro dos livros e o livro por excelência, condena radicalmente esse ato” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1993, n.p. *apud* QUINTÃO, G, 2017 p.6).

A FPE defende os interesses da comunidade evangélica, fazendo oposição à aprovação de projetos que ferem os preceitos bíblicos, o que significa que a oficialização do homossexualismo deveria ser combatida e, portanto, não receber o apoio sob a forma da lei, por ser nociva à sociedade, à moral e aos bons costumes. (QUINTÃO. G, 2017 p6)

Alan Turing como uma vítima de um destes tratamentos é um símbolo relevante a ser lembrado, uma história que não deve ser esquecida, não somente por sua participação contra o Nazismo e importância dentro da computação, mas também, e principalmente, em respeito a sua individualidade e sobre sua sexualidade que lhe foi negada, sendo uma vítima da homofobia — como foi e é a muitos outros ao longo do tempo, relevante trazer sua memória no mundo de cura gay e outros negacionismos.

⁵https://cchn.ufes.br/sites/cchn.ufes.br/files/field/anexo/notaderecusa_cursodepsicologia_ufes_2017_1.pdf

⁶<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/ao-declarar-guerra-a-ideologia-de-genero-bolsonaro-elege-inimigo-que-nao-existe>

⁷ <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/entenda-o-projeto-da-cura-gay/376191509>

Figura 2: Jogo de Imitação



Fonte: Netflix, 2024.

O silêncio dos homens:

O Silêncio dos Homens é um documentário produzido pelo Instituto PdH - Papo de Homem - e publicado no canal da iniciativa de mesmo nome em 29 de agosto de 2019. Dirigido por Leite Castro e Luíza Castro, o documentário aborda a negligência masculina em relação aos seus problemas emocionais, resultado dos preceitos patriarcais presentes em nossa sociedade.⁸

Como se nota na pesquisa de Rafael Pereira Silva e Eduardo Alvez Melo 2021, sobre a relação dos homens sobre a saúde mental:

Os pesquisadores observaram que os homens consideravam invariavelmente o efeito que as questões psicológicas podem ter sobre a masculinidade. Percebeu-se que normas culturais como conter emoções e manter a “firmeza” frente à adversidade estavam muito presentes entre os participantes. Reconhecer ou admitir o problema foi visto como o primeiro passo mais difícil. (SILVA, 2021, n.p)

O filme explora a ideia de que os homens são ensinados a serem fortes, a não expressarem suas emoções, a evitar demonstrações de afeto e a não reclamarem. Estatisticamente, isso acarreta diversos problemas, não apenas a toxicidade normalizada nas relações com parceiras e filhos, mas também danos ao

⁸<https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2016/12/nao-sao-so-as-mulheres-pesquisa-mostra-que-homens-tambem-sofrem-com-machismo-cjpl9279x00elndcnfv249ltd.html>

próprio homem, como taxas mais elevadas de criminalidade⁹ e suicídio.¹⁰

Outro ponto importante abordado pelo documentário é a natureza dos círculos de amizade masculinos, que na maioria das vezes são tóxicos, onde por mais que exista uma amizade, não é um lugar de segurança; sobretudo, é mostrado que tais lugares podem ser uma fonte de apoio e conforto entre os homens.

Como resposta a esta falta de um lugar acolhedor e seguro, têm surgido diversos grupos compostos por homens que adotam uma abordagem desconstruída da masculinidade tóxica, ouvindo, entendendo e se acolhendo mutuamente — sendo estes apresentados no documentário, é realizada entrevistas de membros destes, como, por exemplo, Bruno Cabral, que dá palestras sobre o combate a violência de gênero e abuso de drogas. Bruno começou a participar de um desses grupos como parte da sua pena após ser condenado por agressão contra sua ex-esposa, onde encontrou um espaço de desconstrução.

Outra entrevista, feita com Sandro Cipriano, que é um educador social dentro do SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), em Glória do Goitá, Pernambuco; Cipriano ministra um processo de desconstrução com os homens de uma comunidade rural, Sandro releva muito sobre a aversão ao toque que a maioria dos homens têm com os outros. É apresentado também KDU dos Anjos, que gere um centro cultural chamado *Lá da Favelinha*, em uma favela de Belo Horizonte. Ele apresenta a falta de figura paterna, que é muito comum em crianças da comunidade, e também como o projeto é importante para idealizar uma ideia de masculinidade para os meninos, uma que não é tóxica e é desconstruída. Ambos os cenários pegos do documentário são muito diferentes um do outro e dão perspectivas distintas destas comunidades que surgem para desconstruir a masculinidade tóxica impregnada em nossa sociedade.

O documentário traz várias reflexões sobre o patriarcado, demonstrando que os homens, mesmo que de forma menos impactante, também são vítimas do machismo e devem ser peças essenciais no processo progressista de supe-

9 <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/qual-e-a-populacao-carceraria-quantos-homens-e-quantas-mulheres-estao-presos-quantos-dos-detentos-estudam-quais-os-crimes-que-mais-pendem-vamos-aos-numeros/207122678>

10 <https://www.scielo.br/j/rsp/a/dfBLtNKcWH5zNmK9dLS7FCH/>

ração da mentalidade patriarcal. Homens se encontram isolados em silêncio sobre suas emoções.

Durante a discussão que tivemos sobre o documentário, abordamos como o patriarcado afeta os próprios homens e a importância de desconstruir os círculos de amizade masculinos. Os homens praticamente não têm um porto seguro onde se sintam verdadeiramente seguros para se abrir, pois foram ensinados a não fazê-lo, mantendo suas angústias para si. Muitos, inclusive, acabam se radicalizando dentro de movimentos como o *MGTOW*¹¹ e *Redpill*¹², que propagam ódio contra a suposta sociedade “ginocêntrica”, se tornando antros de misoginia onde ou objetificam mulheres, as tratando como “artigo de luxo”, ou espalham ódio contra o feminino; em consequência disso, a mulher é tida como interesseira, vazia, fútil, que prefere a figura do *badboy* e uma vida sem esforços, apenas se aproveitando dos privilégios adjacentes. Infelizmente, é uma imagem que continua a se propagar, especialmente na internet.

No cenário atual, em razão do sistema igualitário de gênero indelneável, constata-se a criação de ações afirmativas que buscam inserção e equilíbrio das mulheres no cenário político, como a criação de cotas para registro de candidatura dos partidos políticos. No entanto, apresenta-se como uma ação dotada de sofisma dada a violência política contra as mulheres, corroborando para a falaciosa igualdade de gênero e apontando sua intangibilidade. Na imprecisa percepção, insurge o “Red Pill”, conturbado e preocupante movimento patriarcal, machista, masculinizado e misógino, que prega falaciosamente a inferiorização das mulheres (PASCHOAL, 2023, p.12)

Diante deste cenário, se dá a importância do foco em grupos masculinos voltados à desconstrução e visão crítica do patriarcado, não os que abraçam a natureza tóxica do mesmo e fomentam o ódio ao gênero oposto, culpando a mulher pela desunião dos homens.

11 O movimento *MGTOW* (Men Going Their Own Way) é uma comunidade de homens que optam por se afastar de relacionamentos românticos e compromissos com mulheres; normalmente esses grupos são carregados de misógina.

12 Movimento que se propõe a ter uma visão mais supostamente cética e realista da sociedade, onde o homem branco hétero seria a única vítima desprivilegiada.

Figura 3: O Silêncio dos Homens.



Fonte: Youtube, 2020.¹³

A lição de Moremi:

A Lição de Moremi é um longa-metragem nigeriano lançado em 2020 com o nome original em inglês Citatiom. Foi dirigido por Kunle Afoyalan e distribuído pela Netflix. O filme conta a história de Moremi, interpretada pela atriz Temi Otadela, uma estudante de pós-graduação assediada por seu professor e orientador, o professor Lucien N'Dyare, interpretado por Jimmy Jean-Louis, em diversos momentos ao longo do filme. A trama é contada como memórias de Moremi e seus relatos diante do julgamento interno da universidade ao qual o professor é submetido.

Durante o filme, o professor assedia Moremi inicialmente de forma sutil e indireta, o que cresce para um assédio direto que culmina em uma tentativa de estupro, da qual ela consegue escapar e, assim, abrindo uma denúncia contra o antagonista. Ao longo da história, Moremi enfrenta repúdio de alguns estudantes, mas também encontra apoio. Ela se incomoda com o fato de seu caso estar sendo usado como plataforma política de uma ONG em vez de buscar justiça por si só.

No desfecho do filme, o professor é expulso da universidade e o caso é repassado às autoridades além da instituição acadêmica. Moremi continua seus estudos enquanto lida com as consequências do ocorrido.

13 Disponível em: <<https://youtu.be/NRom49UVXCE?si=J7t91de6ecS73L5I>>

O longa-metragem aborda o tema do assédio no ambiente universitário, destacando especialmente o assédio proveniente de uma hierarquização universitária distante. Esse tema surgiu no contexto do PET durante discussões sobre assédio, o que levou ao projeto *Mapeando o Assédio na UEPG*. Durante nossas discussões, também foi debatido o texto “Assédio Sexual no Ensino Superior Brasileiro: uma análise sociogendrada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores”, de autoria da doutora em psicologia Valeska Zanella e Iara Richwin, em 2022.

O artigo apresenta três relatos de assédio no mundo acadêmico sofrido por três entrevistadas que estudaram em uma universidade federal. Por base de análise dos casos, se é traçado um certo padrão e repetições apontados no texto; estes padrões conversam com o longa – que é baseado em fatos reais – em diversos momentos durante a trama.

O ato de insistir, conforme analisado no relato de Ana no texto: “Ele insistiu; e essa insistência é calcada numa forte pedagogia afetiva do tornar-se homem na nossa cultura: a de que um NÃO talvez possa se transformar em um SIM.” (ZANELLO; RICHWIN, 2022, p. 303)

Logo de começo, se nota a diferença de idade entre assediador e assediada, diferença de hierarquia, quem não cria uma relação horizontal, mas uma submissão pela diferença, ocasionando em um temor pela retaliação e não ficar em olhos ruins diante o assediador, não é uma relação justa e plena.

Alguns dos padrões que podem ser percebidos, tanto no filme como texto, são: a vítima sendo a mais jovem, o orientador sendo o assediador, a manipulação que coloca a culpa na vítima por se aproximar do assediador, os avanços em momentos de fragilidade, a vítima se culpando e, por último, a sabotagem na vida acadêmica da protagonista devido à rejeição do assediador.

Outro padrão que se repete nos relatos e que se relaciona com o filme é que os assediadores frequentemente possuem outras vítimas, sendo raramente a primeira aluna assediada por eles. No enredo, diferentes vítimas de assédio que denunciam o antagonista se mostram de grande importância para a sua condenação. Outra característica que se dá como presente no longa é uma espécie de hombridade criada entre assediadores ou colega masculinos que diminuem o

peso do assédio ou negam por completo, dando ênfase ao suposto caráter elevado do assediador.

No filme, Moremi volta para uma das universidades que visitou como o seu assediador, enquanto ainda era orientada dele e entra em contato com um professor próximo de Lucien, que se recusa a auxiliar Moremi e a descredibilizou, dando um porto seguro ao assediador. “A reação do grupo foi rir, estabelecendo-se, via transferência grupal, uma cumplicidade omissa perante a violência. Não se tratava de que César fosse assediador, mas de que esse seria seu “jeitão”. (ZANELLO; RICHWIN, 2022, p.310)

Moremi, no longa, encontra uma rede de apoio que a auxilia judicialmente contra seu assediador. Porém, sabemos que isto infelizmente não é o padrão que acontece neste tipo de caso. Desde a descredibilização da vítima, até a falta de apoio, muitos casos são apenas sufocados ou esquecidos, nem mesmo chegando ao conhecimento geral.

Recentemente, houve um caso de assédio envolvendo um professor e aluna na UEPG¹⁴. Tal caso não se encaixa tanto com os relatos ou com o filme, pois o professor não foi “esperto” ou sutil com seu assédio, ele não criou estratégias ou manipulações para colocar a aluna sobre sua influência: simplesmente fez uma proposta indecente num aplicativo de mensagens, enviando fotos explícitas, criando provas contra si, que acabaram levando ao seu desligamento da universidade. O caso tomou grandes proporções, fazendo as devidas ações serem realizadas, porém, esse caso dito isolado não é de fato único: normalmente, professores assediadores são cautelosos e sutis em seus assédios, tendo o cuidado de não deixar provas contra si, enquanto se esgueirava dentro dos âmbitos legais dentro da instituição.

14 <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2023/08/22/professor-demitido-por-assedio-confessou-ter-oferecido-aumentar-nota-de-aluna-em-troca-de-favores-sexuais-diz-procuradoria-da-uepg.ghtml>

Figura 4: A lição de Moremi



Netflix, 2020.

Resistência por Dignidade: Os Primeiros 10 Anos do Pré-Assentamento Emiliano Zapata/MST

O documentário *Resistência por Dignidade: Os Primeiros 10 Anos do Pré-Assentamento Emiliano Zapata/MST*, produzido e dirigido por Hebe Gonçalves, pelo departamento de jornalismo da UEPG, retrata o acampamento Emiliano Zapata do MST na cidade de Ponta Grossa. O filme apresenta entrevistas com diversos membros da comunidade e mostra as instalações do acampamento. O destaque principal está nas perguntas sobre a origem do assentamento e sua atual existência.

Foi gravado em dezembro de 2012, mas exibido no nosso Cine Diversidade em 17 de novembro de 2023, 11 anos depois. É importante ressaltar, que ocorreram muitas mudanças no assentamento desde que o filme foi produzido, como a chegada da eletricidade no acampamento, a modernização da agricultura e um aumento na representatividade feminina nas lideranças — este último que não se observa muito no documentário.

Um dos pontos-chave discutidos no documentário foi a importância de permitir que os membros do grupo se expressem por meio do filme, em vez de

ter um terceiro a relatar sobre a comunidade. Isso se assemelha ao documentário sobre as travestis em Ponta Grossa: o próprio membro do MST conta sua própria trajetória, com próprias opiniões, vivências e cosmovisão, criando uma certa intimidade do espectador com as pessoas representadas no documentário, superando a formalidade de um artigo e entrando em uma conversa mais informal, se relacionando com a história oral sobre o assentamento, tendo como fonte os próprios moradores.

A discussão resultou na discussão sobre a importância do MST como movimento de resistência, uma análise sobre as leis de distribuição de terras dentro do Brasil e sobre a violência no campo dentro de Ponta Grossa e região, também certo foco na importância da história oral.

Figura 5: Resistência por Dignidade: Os Primeiros 10 Anos do Pré-Assentamento Emiliano Zapata/MST



Fonte: Youtube, 2012.¹⁵

Considerações Finais

Notamos a importância de mídias para ter uma compreensão sobre uma diferente ótica sobre os diversos temas propostos, uma forma de expressão além dos textos acadêmicos não só quebra a visão de cima da torre marfim acadêmica e abre um canal mais amplo para conhecimento externo como permite

15 Disponível em: <https://youtu.be/hMxWuFZwIgA?si=zYXL1RL0AMZU-u_W>

uma visão mais “humana” sobre temas humanos, de certo modo dando espaço para interpretações próprias e observações únicas só possíveis pelo aparato audiovisual de um documentário ou filme. Como dado de exemplo o documentário *Resistência por Dignidade: Os Primeiros 10 Anos do Pré-Assentamento Emiliano Zapata/MST* Observamos a falta de figuras femininas na liderança pelo documentário, ou *A lição de Moremi* que segue os padrões de assédio observados nos textos – talvez por implicar em um caso real – o cine diversidade se apresenta como essa ferramenta para criação de debates dentro do PET, uma mais ampla diversidade através do cinema.

Também é relevante nossas escolhas de filmes que sempre tentam fugir da homogeneidade cultural de Hollywood trazendo filmes fora desse âmbito da narrativa comum.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 79.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. ROSA, Claudia Beltrão. **Semiótica do espetáculo: um método para a História**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

DAVSON, Felipe Pereira da Silva. O cinema como fonte histórica e como representação social: alguns apontamentos. **HISTÓRIA UNICAP**, Recife, PE, Brasil, v. 4, n. 8, p. 263–273, 2018. DOI: 10.25247/hu.2017.v4n8.p263-273. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/961..> Acesso em: 28 jan. 2024.

DUTRA, Gabrielle Scola; PASCHOAL, Bruna Conceição Gonçalves. O contexto histórico do protagonismo das mulheres na sociedade: uma análise do movimento “Red pill” sob a ótica do direito fraterno. **Salão do conhecimento**, v. 9, n. 9, 2023. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaokonhecimento/article/view/24419>>

FERRO, MARC. **O filme uma contra-análise da sociedade?** In: LE Goff, J.; NORA, P. (Orgs). *História: novos objetos*. Trad.: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 199- 215.

GLEESON, Kate. Freudian slips and coteries of vice: The Sexual Offences Act of 1967. **Parliamentary History**, v. 27, n. 3, p. 393-409, 2008. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1750-0206.2008.00046.x>>

MEIRELLES, W.R. **O cinema como fonte para o estudo da história**. História & Ensino, [S. l.], v. 8, p. 155–167, 2002. DOI: 10.5433/2238-3018.2002v8n0p155. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12164>. Acesso em: 28 jan. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. 2 ed. São Paulo; Contexto, 2000.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. **Estudos de Sociologia**, v. 22, n. 42, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/9431>>

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: arte e indústria**. São Paulo. Editora Perspectiva S.A. 2002.

SILVA, Rafael Pereira; MELO, Eduardo Alves. Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4613-4622, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n10/4613-4622/>>

ZANELLO, Vaneska. **ASSÉDIO SEXUAL NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: uma análise sociogenderada das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores**. Brasília; 2022.

CAPÍTULO 6

UM EXERCÍCIO DE GARANTIA DA DIGNIDADE MENSTRUAL: O PROJETO “ABSORVA ESSA IDEIA” NA UEPG

Lorenzo Prioto dos Santos

Ana Luiza Rosa Severo

Doi: 10.48209/978-65-5417-458-5

Introdução

A reflexão que segue tem como horizonte introduzir-nos por meio de levantamento de material bibliográfico especializado, discussões relacionadas à dignidade menstrual, pobreza menstrual, seus impactos, maneiras de enfrentamento efetivo, tal como uma pequena vista sobre as principais políticas públicas relacionadas ao tema, além de contextualizar e fazer balanceamento dos benefícios e ajustes possíveis ao projeto “Absorva essa ideia”. Este projeto, elaborado pelo Programa de Educação Tutorial de História (PET/História) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) durante o ano letivo de 2023. Tinha como objetivo a garantia da dignidade menstrual das pessoas menstruantes dentro do ambiente universitário a partir da distribuição gratuita de absorventes. A arrecadação dos produtos partia dos próprios frequentadores do bloco Central de Salas, no Campus Uvaranas, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, com incentivo dos acadêmicos do PET/História. Feita esta arrecadação, os mesmos eram distribuídos regularmente e repostos periodicamente nos banheiros do bloco, com finalidade de serem utilizados por quem tivesse necessidade.

Com a reflexão que segue, vale salientar, não objetivamos um tratamento total, seja isso possível, do tema, mas pretendemos utilizar este espaço como forma de compreender a atualidade e importância do projeto realizado, a fim de estabelecê-lo dentro de um contexto importante e atual como a dignidade menstrual se apresenta hoje. Por fim, usamos este espaço como um balanço

deste projeto, reconhecendo seus limites, objetivos alcançados e o que pretendemos levar ou não para o próximo ano.

O que é “pobreza menstrual”?

Apesar de se tratar de um fenômeno natural para bilhões de pessoas no mundo, a menstruação continua sendo, desde tempos imemoráveis até hoje, uma questão pouco ou mal discutida. Isto se expressa, por exemplo, na maneira como nos referimos a ela: seja por meio de expressões cravadas no meio popular, como “estar de chico” - termo que deriva de chiqueiro - ou ainda “estar naqueles dias”. Demonstra-se com isso toda a dificuldade existente em abordar a menstruação, renegando-lhe uma posição de vergonha. Assim, tratar com essa atitude um fenômeno tão natural e presente em tantas vidas, faz apenas com que aumente-se o constrangimento e o estigma em torno das pessoas que passam por isso recorrentemente (Xavier, 2022, p.8).

A menstruação é um sangramento mensal que dá início ao ciclo reprodutivo feminino, estando intimamente ligado, portanto, com a fertilidade das pessoas com útero. Todavia, a estigmatização e o medo de tornar este assunto público é algo milenar, tendo sido visto como nojento, errado e mesmo repugnante por muito tempo. Exemplo disso é a Bíblia, texto fundador da sociedade ocidental: no livro sagrado, a menstruação consta como uma das consequências das punições infligidas à Eva pelo “pecado original” (*ibidem*, p. 10). Além da Bíblia, outros livros históricos tratam desse tópico com igual tom pejorativo: na “História Natural”, espécie de enciclopédia latina, escrita por Plínio em 73 a.C., consta a afirmação de que o simples contato com a menstruação tinha o poder de azedar vinhos, devastar colheitas, secar jardins, entre outros; tendo, além disso, este sangue poder para matar insetos e ser fatal para quem tivesse relação sexual com a mulher durante o período de sangramento (*ibidem*, p. 12). Este preconceito vai perpassar ainda a Idade Média e a Modernidade, tendo ainda amplo espaço entre nós. Contudo, felizmente, desde o século XX, este estigma tem sofrido mudanças cada vez mais importantes e estruturalmente relevantes.

Com inovações tecnológicas e avanços em relação a esta discussão no âmbito da sociedade civil, a menstruação vem cada vez mais tomando o lugar que sempre deveria ter possuído: como algo natural, parte essencial da vida das pessoas com útero. E isso tem ocorrido principalmente devido ao impacto dos movimentos feministas, que vem reivindicando o espaço da mulher na sociedade, o seu reconhecimento enquanto sujeitos de direito e, fruto disto, a realização de políticas públicas que não tomam mais o homem branco cisheteronormativo como parâmetro fundamental (*ibidem*, p. 25). Um marco deste desenvolvimento em relação aos tópicos em volta da menstruação, é a criação de produtos de higiene menstrual mais sustentáveis, confortáveis e baratos. Contudo, ainda vemos uma enorme inacessibilidade a estes recursos essenciais: seja pela falta de informação, manejo e cuidado na hora de usá-los, seja pela falta de acesso, impossibilitado por questões financeiras, geográficas, etc. (*ibidem*, p. 15). Vemos, dessa forma, que apesar da variedade de produtos menstruais disponíveis, ainda existe uma grande quantidade de pessoas que dependem deles sem, no entanto, poder usufruí-los. Neste contexto, entra a problemática da pobreza menstrual.

De acordo com o relatório “Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos”, publicado pela UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, em maio de 2021, “pobreza menstrual” é pensada como

um conceito que reúne em duas palavras um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, vivenciado por meninas e mulheres devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação (UNICEF, 2021, p. 5).

Estar exposta a precariedade dos meios de bem manejar a menstruação tem impactos não apenas físicos - como irritações, alergias e doenças - mas emocionais - como ansiedade, insegurança e estresse -, podendo, inclusive, privar essas pessoas de bom e adequado acesso à escola e à socialização. A dificuldade de bem usufruir do espaço escolar, a impossibilidade de participar de atividades esportivas e da livre convivência com os amigos representa, sem dúvida, uma grande barreira para o desenvolvimento completo do indivíduo que menstrua.

O relatório da UNICEF ainda traz como pilares que estruturam este conceito: a falta de espaços adequados ao manejo do mêsruo, como banheiros seguros, com água limpa e corrente, lixeiras e sabão; inexistência ou insuficiência de questões estruturais como saneamento básico, com coleta regular de lixo e esgotamento sanitário; escassez de medicamentos e serviços médicos; insuficiência de informações seguras sobre saúde menstrual; a tributação dos artigos menstruais e a mercantilização dos tabus sobre o assunto “com finalidade de vender produtos desnecessários e que podem fazer mal à saúde” (*ibidem*, p. 11).

Este problema, como dito anteriormente, deve ser encarado e enfrentado de maneira multidisciplinar devido à sua própria natureza: indo desde a estruturação adequada de banheiros acessíveis a estas pessoas, compreendo junto discussões acerca da tributação dos produtos, chegando a ações direcionadas à educação menstrual abrangente e assegurada em fatos científicos. Dessarte, fica claro como a pobreza menstrual é uma questão de extrema importância para a efetiva cidadania das pessoas que menstruam, que perpassa diversos aspectos da vida destes indivíduos e pede um enfrentamento em suas diversas frentes.

Políticas públicas relacionadas à luta contra pobreza menstrual.

Com a discussão acerca da pobreza menstrual tão ativa e tomando cada vez mais os holofotes, inúmeras instituições públicas ao redor do mundo começaram a implementar resoluções, leis e projetos relacionados ao enfrentamento deste problema de caráter urgente.

Como apontado por Xavier (2022), no âmbito internacional, países africanos, como Quênia, em 2004, foi o primeiro a retirar completamente a tributação incidente sobre os absorventes - projeto seguido também pela África do Sul em 2018 (*ibidem*, p. 32). Outros países, como Reino Unido, Canadá e Irlanda, por exemplo, também adotaram como medida de enfrentamento à precariedade menstrual a isenção tributária de produtos de higiene menstrual. Por fim, um país que optou pela distribuição gratuita de absorventes foi a Escócia, tornando-se o primeiro país no mundo a tornar universal e de forma gratuita o acesso

a todos os tipos de produtos menstruais, distribuídos em variados espaços públicos, como escolas, banheiros públicos, farmácias, entre outros (*ibidem*).

Especificamente no caso nacional, como foi denotado por Xavier (2022, p. 35), mesmo que embora não seja apontado pela Constituição Federal de 1988, a dignidade menstrual é fator basilar para a boa efetivação das liberdades e direitos individuais previstos pela Carta Magna brasileira:

Dos treze direitos elencados pelo referido artigo [artigo sexto], sete se relacionam com questões necessária para a dignidade menstrual, sendo a educação, saúde, trabalho, lazer, assistência aos desamparados, a alimentação e a moradia, pois para que se possa menstruar com dignidade faz-se necessário que se tenha acesso a banheiros em condição de uso, o que abarca não só a questão da saúde e educação, mas também da moradia digna e do saneamento básico (Xavier, 2022, p. 36)

Já no âmbito federal, a primeira vez que algum projeto relacionado a isso apareceu, foi em 2013, com o Projeto de Lei nº 15, de 2013 - instituído posteriormente como Lei Federal nº 12.839/2013 -, que dispunha “sobre a redução a zero de alguns impostos federais sobre produtos que compõem a cesta básica”, tendo, no entanto, sido vetado o inciso que incluía absorventes e tampões menstruais nessa lista de produtos isentos (*ibidem*, p. 37). Outra ação que traz em destaque a pauta de combate a pobreza menstrual apareceu em 2019, com o Projeto de Lei nº 4.968 que objetivava inicialmente instituir a distribuição de absorventes nas escolas públicas. No entanto, ao longo do debate legislativo, foi sendo somado por outros Projetos de Lei que tratavam sobre o mesmo tema de forma mais abrangente, enriquecendo-lhe, por fim (*ibidem*, p. 38). O PL de 2019 tornou-se, no final, a Lei nº 14.214/2021, que instituiu

o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino (Brasil, 2021).

Relacionado aos âmbitos municipais e estaduais, vale a pena citar a cidade do Rio de Janeiro, o primeiro município brasileiro a criar uma legislação so-

bre o combate da precariedade menstrual, que através da Lei nº 6.603, de 2019, determinou a distribuição de absorventes nas escolas públicas municipais da cidade (Xavier, 2022, p. 42). Em âmbito estadual, o estado carioca aprovou em julho de 2020, a Lei nº 8.924 que, mesmo não prevendo a distribuição gratuita de absorventes como sua capital fez, incluiu o absorvente menstrual enquanto item da cesta básica do estado do Rio de Janeiro (*ibidem*, p.42). Por fim, citando nosso estado, o Paraná, com sua Lei de nº 20.717/21, institui que o poder público receberá doações para, então, executar a distribuição de absorventes à população vulnerável, deixando, portanto, nas mãos da sociedade civil a efetividade da medida (*ibidem*, p. 45) - marca esta de uma gestão neoliberal que, retirando da responsabilidade do Estado e da máquina pública o dever da boa garantia dos direitos dos indivíduos, espera da sociedade civil a sua própria gestão e realização, o que “restringe o programa e certamente prejudica sua amplitude”, tal como afirma Xavier (*ibidem*, p. 45).

Recentemente também, vale destacar, houve uma ampliação do Programa de Promoção e Proteção à Dignidade Menstrual instituído pela supracitada Lei Federal nº 14.214/2021,

[...] aprovado por deputados e senadores em 2021. O então presidente, Jair Bolsonaro, sancionou a lei que criou o programa, mas vetou a distribuição de absorventes. No ano seguinte, o Congresso derrubou o veto e restaurou a iniciativa, promulgando a lei em 18 de março de 2022. Mas somente em 2023 veio o decreto que tratou do início, de fato, da execução do Programa, com a disponibilização de absorventes via SUS. Agora, em 2024, o Programa ganha o reforço da distribuição do item de higiene nas farmácias populares (Brasil, 2024d).

O projeto que hoje vigora, assim, traz em seu bojo a distribuição de absorventes e produtos menstruais às pessoas de baixa renda em idade entre 10 e 49 anos, considerado idade fértil, inscritas no CadÚnico que possuam renda mensal de até R\$218,00 por pessoa, ou ainda que seja estudante de baixa renda da rede pública ou esteja em condição de rua, sendo obrigatório estar em alguma das situações anteriormente citadas (Brasil, 2024c). A retirada dos absorventes pode ser feita nas farmácias credenciadas e a pessoa a retirar deve apresentar uma autorização emitida pelo aplicativo Meu SUS Digital com validade de 180, além de algum documento de identidade com foto, como CPF

ou RG (Brasil, 2024b). Cada pessoa tem direito a 40 unidades de absorventes higiênicos para utilizar durante dois ciclos menstruais, ou seja, a cada período de 56 dias e, por fim, a retirada para menores de 16 anos deve ser feita por seu responsável legal. (Brasil, 2024a).

Sobre menstruação no âmbito escolar e universitário

Como desenvolvido anteriormente, os produtos que vemos na atualidade começam a ganhar sua cara a partir do século XIX, com as empresas Johnson & Johnson nos Estados Unidos e Hartmann na Alemanha. Anos depois, em 1957, Mary Beatrice – uma mulher negra – criou um cinto para o que chamavam de guardanapos sanitários, um marco importante na história dos produtos menstruais (Gomes, 2020 *apud* Motta, 2021, p. 196). A criação de absorventes descartáveis no século XIX, junto ao forte tabu que a menstruação seria algo sujo, faz com que a ideia de absorventes reutilizáveis caísse por terra, dando início ao marketing que o produto daria liberdade e autonomia para a mulher contemporânea, com esse discurso iniciando a partir da década de 1970 e que persiste até hoje. Como consequência da criação de um produto descartável que a partir dali seria consumido de maneira massiva pelas mulheres, o descarte trouxe um problema socioambiental grave: estima-se que 20 bilhões de absorventes higiênicos, absorventes internos e aplicadores são lançados em aterros sanitários todos os anos somente nos Estados Unidos (Sharma, 2016 *apud* Motta, 2021, p. 198), com os mesmos demorando de 500 a 800 anos para se decompor totalmente.

Outro problema que surge com o consumismo exacerbado de absorventes menstruais descartáveis é o acesso em que classes sociais mais baixas têm em adquirir o produto. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) em uma pesquisa de 2014, cerca de 12% da população mundial se encontra em situação de pobreza menstrual (Tracanella; Ferrari; Vargas; Alves; Prado; Aguiar; Reis, 2020). A mesma, ainda em 2014 reconheceu como direito de todas as pessoas com útero, o acesso à higiene menstrual sendo de caráter da saúde pública e de direito humano. Contudo, aquilo que deveria ser direito em muitas das vezes passa a ser um luxo. Apesar da diversidade de produtos disponíveis ao mercado

consumidor, não é democratizado o acesso aos mesmos, aqui especialmente considerado no ambiente escolar, onde ganha tessitura o direito social à educação (Motta; Araújo; Silva; 2021). Em uma pesquisa realizada pela marca de absorventes “Sempre Livre”, em 2018, cerca de 22% de meninas na faixa de 12 a 14 anos e 26% na faixa de 15 a 17 anos não tem acesso a itens de higiene adequadas durante o período menstrual, ocasionando a perda de aproximadamente 45 dias de aula por ano, ou até mesmo uma semana de aula no mês, afetando o desempenho escolar das adolescentes. Em uma entrevista feita com Maira Mariano, professora da Escola Estadual Dr. Vital Fogaça de Almeida, na Zona Leste de São Paulo, ela comenta que:

As pessoas não têm noção do que não é ter dinheiro para comprar absorvente. Parece algo tão simples, tão da rotina da mulher, mas há muitas meninas da periferia que não tem como adquirir e não vão para a escola por causa disso. Afeta, com toda certeza, o rendimento escolar (Tracanella; Ferrari; Vargas; Alves; Prado; Aguiar; Reis, 2020).

Como supracitado, a pobreza menstrual não se limita à falta de acesso de absorventes: a condição social torna precário o seu bem-estar no período menstrual devido também à falta de medicamentos para sanar sintomas nesse período, como cólicas menstruais e dores de cabeça. Essa falta de acesso faz com que a ausência das pessoas que menstruam também esteja presente em universidades.

Em relação às pesquisas sobre pobreza e dignidade menstruais dentro das universidades, vemos uma enorme lacuna bibliográfica relacionada ao assunto. Referências achadas sobre o tema “dignidade menstrual nas universidades” referem-se muito mais a projetos, tais como o desenvolvido aqui, do que efetivamente pesquisas. Dessa forma, compreende-se que, mesmo havendo emergência desta discussão, o foco recai muito mais nas adolescentes e jovens, com especial enfoque no ensino fundamental e médio, em detrimento das universidades. Uma das possibilidades supostas aqui baseadas no levantamento bibliográfico realizado para essa reflexão, leva-nos a concluir que isso deve às dificuldades maiores encontrada por jovens, muitas vezes sem poder econômico e autonomia suficientes, em ultrapassar estados de pobreza menstrual - estados mais facilmente superados por pessoas que alcançaram o ambiente universitário.

rio. Assim, as pesquisas ajudariam a iluminar estas jovens menos autônomas. Aqui não pretende-se afirmar que pesquisas dessa natureza não possuem sua importância, mas reafirmar que devem-se realizar pesquisas, paralelas a essa, que compreendam como isso se dá dentro do ambiente universitário - levando, assim, uma maior consciência das manifestações que se dá à pobreza menstrual em diferentes espaços.

O projeto “Absorva essa ideia”

Realizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), o projeto “Absorva essa ideia” iniciou-se no ano letivo de 2023, quando os acadêmicos que integram ao programa junto às tutoras decidiram criar alguma maneira de combater a pobreza menstrual na instituição, garantindo a dignidade das pessoas que menstruam e frequentam o espaço da universidade. Sua gênese refere-se às várias situações relatadas por estudantes de diversos cursos, incluindo os próprios membros do Programa de Educação Tutorial.

Inicialmente, os alunos colaram cartazes e personalizaram uma caixa de papelão, para que nela fossem depositadas doações de pacotes de absorvente para, de início, a consolidação do projeto na Central de Salas de Aula, localizada no Campus Uvaranas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde encontra-se vários cursos incluindo os de História. Depois de algum tempo deixando a caixa em exposição na entrada do bloco, haviam vários pacotes de absorventes doados por alunos, professores e funcionários, que foram coletados pelo projeto. Após a coleta, os discentes do PET/História compraram pequenas cestas de plástico, anexaram a elas uma explicação do projeto, incluindo seu nome e para que se destinava aquelas cestas com absorventes, e distribuíram-lhes pelos banheiros do bloco carregados com os absorventes adquiridos.

Periodicamente, os produtos menstruais foram repostos, mostrando a nós, do projeto, e à própria comunidade que haviam pessoas que realmente precisavam daqueles absorventes, que lhes fizeram uso. Temos consciência que muitas das vezes os produtos disponibilizados não são utilizados unicamente por

aquelas que estão em situação de vulnerabilidade, mas também por acadêmicas que podem ter seu ciclo menstrual desregulado e/ou não estavam com o produto na bolsa. A iniciativa de disponibilizar os absorventes nos banheiros não se limitou apenas aos banheiros femininos da instituição, com alguns banheiros masculinos do bloco tendo acesso às cestas de auxílio, pois no bloco há homens transsexuais que também menstruam e podem passar pelo mesmo problema.

Infelizmente existem muitas dificuldades de manter o projeto ativo, tal como a dependência de doações realizadas pelos próprios acadêmicos, professores e outros frequentadores do bloco - sendo esse um dos motivos de nos restringirmos apenas ao bloco Central de Salas. Mesmo com uma amplitude reduzida, conseguimos perceber que o projeto foi muito bem recebido pelas pessoas, tendo chegado a nós relatos de quem necessitou e pode usufruir do projeto.

Dessarte, ficou demonstrado a importância de se ter produtos de higiene pessoal nos banheiros públicos, de maneira a facilitar o seu acesso em caso de emergências. Com isso em mente, por decisão das tutoras junto dos acadêmicos que, vendo a demanda das(os) acadêmicas(os) pelo projeto desenvolvido, têm como objetivo torná-lo permanente e até mesmo ampliá-lo.

Considerações Finais

Compreende-se, assim, que a pobreza menstrual é um tema de emergência muito atual, que vem sendo desenvolvido com a importância que se pede. Contudo, dentre a produção bibliográfica produzida, sente-se falta em pesquisas relacionadas ao tema no âmbito acadêmico e universitário.

Dito isso, entende-se o programa “Absorva essa ideia”, realizado pelo PET/História, no ano letivo de 2023, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, como uma tentativa de trazer essa discussão dentro do espaço em que se insere. E além de propor a discussão, efetivou uma intervenção ativa, com a distribuição gratuita dos absorventes aos acadêmicos. Por fim, entendemos essa reflexão como maneira de balanço e espaço de autocrítica ao projeto, compreendendo como pretendemos levá-lo daqui para frente.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021.** Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114214.htm>. Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa de Promoção e Proteção da Dignidade Menstrual garante absorventes a pessoas inscritas no Cadastro Único.** 01 de fevereiro de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-de-promocao-e-protecao-da-dignidade-menstrual-garante-absorventes-a-pessoas-inscritas-no-cadastro-unico>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024

BRASIL. Ministério da Saúde. **Como retirar absorventes gratuitos?** Janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2024/dignidade-menstrual/como-retirar-absorventes-gratuitos>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Quem tem acesso ao benefício?** Janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/campanhas-da-saude/2024/dignidade-menstrual/quem-tem-acesso>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Distribuição de absorventes via Farmácia Popular reforça programa aprovado pelo Congresso.** 23 de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/01/23/distribuicao-de-absorventes-via-farmacia-popular-reforca-programa-aprovado-pelo-congresso>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Pobreza menstrual no Brasil:** desigualdades e violações de direitos. Rio de Janeiro: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maio2021.pdf>. Acesso em: 19 de janeiro de 2024.

MOTTA, Ivan Dias da; ARAÚJO, Maria de Lourdes; SILVA, Marcos Alves Da. **Por uma política pública educacional nacional de fornecimento de produtos de higiene menstrual.** Revista Direito e Sexualidade, Salvador, v. 2, n. 2, 2021. DOI: 10.9771/revdirsex.v2i2.47217. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/47217>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

ASCOM Ufal. **Paespe constata que cerca de 20% de suas alunas vivenciam pobreza menstrual.** 15 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/noticias/2021/9/paespe-constata-que-cerca-de-20-das-alunas-vivenciam-pobreza-menstrual>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2023.

SEMPRE LIVRE. **Você sabe o que é Pobreza Menstrual?** S/d. Disponível em: <<https://www.semprelivre.com.br/tamo-juntas-milhares-de-pessoas-que-menstruam-estao-em-estado-de-vulnerabilidade>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

TRACANELLA, Bianca; FERRARI, Bruna; VARGAS, Carolina; ALVES, Denise; PRADO, Gleice; AGUIAR, Heloisa; REIS, Isabela. **Pobreza menstrual:** um problema que afeta desde presidiárias a estudantes. Ponte Jornalismo. 08 de julho de 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/pobreza-menstrual-um-problema-que-afeta-desde-presidiarias-a-estudantes/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

XAVIER, Gabriela Lima dos Anjos. **Da pobreza à dignidade menstrual:** uma análise da legislação e das políticas públicas no Brasil. Orientadora: Elaine Cristina Pimentel Costa. 2022. 58 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Direito) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Direito de Alagoas. Maceió, 2022.

CAPÍTULO 7

PET HISTÓRIA E O CLUBE DE LEITURA

Felipe Lomba Ferreira

Milena Borcoski

Doi: 10.48209/978-65-5417-458-6

O uso de símbolos que transmitem significados, a escrita, data de muito antes da invenção do papel ou da caneta. Antes dela, a jovem humanidade pintava seus feitos em paredes, marcava sua passagem com suas mãos cheias de tinta. Na mesopotâmia, por volta de 5 mil anos, a sistematização da escrita, que usava como suporte a argila, permitiu não apenas o registro mas o desenvolvimento de um complexo aparato legal, político e cultural.

Da escrita em barro para a escrita em cera e posteriormente papel, o ato de escrever esteve sempre atrelado a classe social ou casta política, ocupando toda uma camada na pirâmide social egípcia, por exemplo, os escribas. Já no Século III a circulação de livros e conhecimento foi tanta que Alexandria chegou a possuir uma biblioteca que serviu de alimento às chamas. Com a fragmentação romana e a isolamento medieval, a escrita e a leitura se perderam com o tempo e tornou-se um privilégio para ainda menos pessoas. Ainda na sociedade clerocêntrica, a Reforma Protestante de 1517 lutou contra o monopólio de leitura e interpretação da bíblia pela igreja, querendo para o povo o direito de poder ler por conta a Escritura em sua língua vernacular. Seguindo a Reforma o pensador da educação Comenius defendia, nos moldes protestantes, “ensinar tudo a todos” e seus métodos acabaram inspirando a obrigatoriedade da alfabetização na Suécia. Com a era Moderna e a ascensão do trabalho especializado, a alfabetização e educação se tornaram indispensáveis para o desenvolvimento econômico de um país e em resposta surgiram as Teorias Críticas da Educação, que associaram conhecimento ao poder e repensaram os 2 aspectos mencionados anteriormente como agora instrumentos para serem usados a favor da liberdade humana. Mas nem só a alfabetização e o uso das letras possuem fins

práticos e utilitários: a leitura, a escrita e o universo literário são para muitos espaços de escape da realidade, de exercer sua criatividade, puro e pleno lazer, podendo ser incorporados em diversos aspectos da vida cotidiana como por exemplo no simples ato de registrar uma viagem.

Ainda sobre relatos de viagem é de suma importância tomar em conta o papel da escrita e do hábito literário no oriente próximo. Enquanto o ocidente passava por dificuldades tentando manter a escrita viva através dos hábitos de monges copistas, no mundo muçulmano a palavra escrita transbordava nas casas e na vida cotidiana, incorporando rituais e doutrinas religiosas. Um grande exemplo da penetração do hábito da leitura dentro dos lares árabes é a existência de mercados literários e até mesmo gêneros literários como por exemplo a literatura de viagem, citando por exemplo Ahmad Ibn Fadlãn, autor de *Viagem ao Volga*, que escreveu relato de sua jornada até o norte dos reinos búlgaros

Com uma cultura que tanto valorizava as letras e o ato de viajar surgiu na civilização árabe textos sobre tais experiências. São registros e contos daqueles que viajavam em decorrência das mais distintas razões: comércio, religião, busca por conhecimento ou guiados pela própria curiosidade. (FERREIRA, F, L; LOPES, Bruna Alves, p. 22 2022).

Já no extremo oriente o complexo sistema burocrático chinês e o extensivo uso de pergaminhos acabou criando um espaço onde ler era essencial para o funcionamento da sociedade, entrelaçando de forma íntima com a política.

Bessone (p.100, 2009) mencionando as leituras populares em seu texto, chama atenção do leitor com a dúvida de “o que pode ser considerado leitura?”. A exclusão da leitura pública como uma forma de leitura excluiria a experiência de tantos que em séculos passados não tiveram a oportunidade de letrarem-se e trás junto com isso a relação complementar entre leitura e alfabetização, posteriormente levantando a outro debate: a relação entre leitura, literatura e classe. O acesso a leitura e mais especificamente a literatura esteve a tempos associado às classes mais abastadas e é com textos direcionados a tais classes que surgiram os tão aclamados clássicos da literatura como por exemplo *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, *Guerra e Paz*, de Liev Tolstói e *Frankenstein* de Mary Shelley. Essa mesma visão que pensa na literatura focada nas altas classes exclui a literatura de cordel que é popular do nordeste e seus derivados.

A leitura de palavras, pensando que é possível se ler outros objetos, porque associada a nosso sentido da visão é involuntária. Depois que se aprende a ler é impossível desassociar arranjos específicos de letras, vogais e consoantes, de significados a elas determinados, sugiro inclusive a atividade fomentadora de reflexão ao leitor: olhe para um rótulo e tente não ler seu nome, abra uma página e tente olhar para uma palavra mas sem lê-la, sem pensar em como ela soa. Ler para a sociedade de hoje, conectada 24 horas, é essencial.

Nick Sousanis, em sua obra *Desaplanar* (2015), discorre sobre a natureza dialética do conhecimento e sobre o papel da percepção na nossa concepção de mundo. Em seu texto o autor aponta a importância do que chama de pontos de vista e aponta como que ao desconsiderar sua pluralidade e a existência de outros pontos de vista, o que se tem é uma visão limitada do mundo. O outro, nessa concepção da construção do conhecimento é parte integral de um eu curioso, que busca sair de sua própria zona de conforto, estourando sua bolha e fornecendo não uma nova visão de mundo, mas agregando ao que já estava lá. Em nosso mundo globalizado onde a internet conecta das favelas até os mais altos apartamentos, estão expostos diversos estilos e concepções do que seria sucesso, trabalho, política, lazer e afins, que juntos com o algoritmo alcançam as telas de indivíduos como a única realidade possível. O que Ginzburg aponta em *O Queijo e os Vermes* (2020) enquanto conta ao leitor a história do moleiro italiano Menocchio é que a leitura que fazemos de livros e da realidade é particularmente nossa. Vivendo isoladamente, a leitura de mundo de Menocchio não foi apenas influenciada pelos contos familiares, mas também pelos livros que possuía. O contato com o outro, no caso do moleiro, se deu através das palavras escritas, livros que circularam pelas mãos de comerciantes e colegas e viajaram por terras longínquas, e o contato com seu conteúdo alterou para Menocchio o modo de que lia outros textos, como por exemplo a bíblia sagrada, escrita em sua língua vernacular, que possuía em casa. Sua leitura particular da Escritura, filtrada por sua realidade de trabalho manual e orientada pelos livros que leu ao longo da vida, acabou por não condizer com a narrativa da igreja, condenando o mesmo por heresia. Da mesma forma que Menocchio, do século XVI, lia seus livros à sua maneira, fazemos o mesmo com nossas leituras no século XXI, nossas realidades e experiências refletem o que extraímos de nossas leituras, em qual parágrafo prestamos atenção. A dialética souzaniana, o eu com o outro,

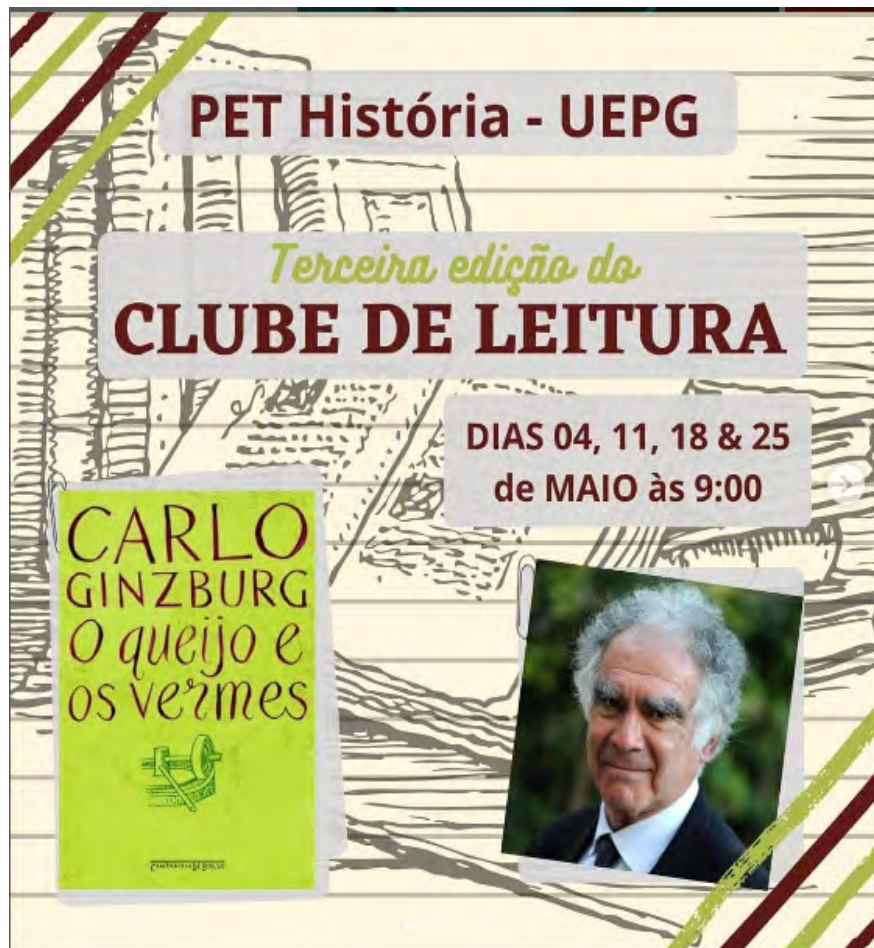
intermediado pela linguagem encontra espaço em grupos coletivos de leitura, onde juntam-se pessoas para compartilhar experiências de leitura, mas histórias de vida. Grupos de leitura, como veremos a seguir, são mais que apenas trocas de conhecimento, são espaço de socialização, de debate, de troca, reforçando a coletividade em uma sociedade cada vez mais individual como também reforçando a construção de um conhecimento observado por diversos ângulos

O ato de reunir-se para ouvir ou debater leituras, segundo Steven Roger Fischer (2003), é remoto à Grécia Antiga. Para os gregos, tanto a escrita quanto a leitura literal de textos era voltada para grupos pequenos, sendo eles as posições mais altas da hierarquia da sociedade. Entretanto, Fischer (2003) apresenta que a leitura não se limita apenas ao ato de ler; nas reuniões públicas em que ocorria a transmissão de histórias são, também, uma forma de leitura, pois há criação de sentido através da interpretação também se faz na mente dos que estão ouvindo. A formação de Clubes de Leitura intensificam as múltiplas interpretações que uma obra pode apresentar. Considerando as vivências particulares de cada indivíduo participante, a socialização promovida pelos clubes atua de forma positiva na troca de ideias, possibilitando a interação entre diferentes interpretações de uma mesma obra, servindo também como um incentivo ao ato de ler em si, obrigando-se pela obrigação social estabelecida quando se junta ao grupo. No presente artigo, busca-se expor o projeto “Clube de Leitura” do grupo PET História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, criado em 2021 que tornou-se um dos principais projetos do grupo, além de tentar elucidar discussões sobre temas e assuntos que entrelaçam-se com o intuito do projeto, buscando incorporar reflexões elaboradas por outros autores.

Durante a pandemia de coronavírus diversas universidades pararam suas atividades para posteriormente retomarem as aulas de forma remota e o medo, o contato com a morte e o isolamento social contribuíram, de acordo com Organização Pan-Americana da Saúde (2023), para o aumento drástico de diagnósticos de depressão e ansiedade. Foi nesse contexto que o PET HISTÓRIA UEPG iniciou seu projeto de instaurar um Clube de Leitura para que pudesse não somente auxiliar no estudo da produção de conhecimento historiográfico, mas também pensando em criar um espaço de socialização e amplo debate, o que acabou conectando pessoas de diversos lugares, do interior do Paraná até a Bahia, atingindo de alunos, até professores.

“Clubes de Livro”, como são costumeiramente chamados, por diversas vezes nascem com o intuito de criar um espaço de socialização e leitura de em si mas, diferenciando dessa parcela de grupos, a abordagem do Clube de Leitura PET HISTÓRIA UEPG foi pensar no cânone de obras acadêmicas que poderiam contribuir com a jornada do historiador ou recém chegado estudante de história. COSTA e NASCIMENTO (2022) ressaltam a importância de clubes dentro do contexto de isolamento social vivido por tantas famílias durante a crise de Covid-19 e o Clube de Leitura do PET História UEPG acabou colocando-se como um desses grupos que auxiliaram a passagem do tempo durante tão caótico período. A experiência do Clube do Livro de Ribeirão Neves, registrada por Silva de Sá, Barbosa e Ferreira (2019) resalta que a interação dentro de um clube não ocorre de forma espontânea, necessitando de mediação e é com isso, forjando um grupo, que os petianos do grupo incitavam debates e norteados discussões para que o público pudesse participar mais a vontade.

Imagem 1: Arte de Divulgação Terceira edição do Clube de Leitura: O Queijo e os Vermes, de Carlo Ginzburg



Tendo em mente o contexto de pandemia, as primeiras edições do clube de leitura foram realizadas de maneira remota, inaugurando a jornada com um clássico para historiadores: *Apologia da História*, do historiador francês Marc Bloch. Com 150 inscrições, a primeira edição do Clube de Leitura PET História reuniu não apenas graduandos, mas pós-graduandos e professores da rede básica de ensino de diversos estados brasileiros, enchendo salas do Google Classroom, dividindo as reuniões em 4 encontros para que pudessem ser discutidos com a devida calma os capítulos do livro. Essa metodologia de discutir os livros por partes, acompanha o Clube de Leitura até os dias de hoje, dando ao leitor tempo de acompanhar a leitura e as discussões sem perder conteúdo caso não possa comparecer caso haja algum imprevisto. As edições seguintes do projeto, escolhendo, em conjunto com seus participantes, obras que tidas com carinho por historiadores e professores acabaram por ter desde obras nacionais como *Raízes do Brasil*, na segunda edição, até mesmo obras de destaque internacional como por exemplo o já citado *O Queijo e os Vermes*, do historiador italiano Carlo Ginzburg, na terceira, e retomando a terra do verde e amarelo na quarta, com uma obra que lançava olhares para o Brasil colonial, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, de Laura de Mello e Souza observando e escolhendo com cautela temas que dialoguem com assuntos dentro do previsto no currículo universitário ao mesmo tempo que tentava-se não apenas trazer o visto em sala de aula, mas inovar, debater com profundidade o que o horário de aula não conseguiu, infelizmente, suprir.

A quinta edição do Clube de Leitura, realizado no segundo semestre de 2022, trouxe como texto base “A história da sexualidade: A vontade de saber” (1976, 1ª ed), do teórico francês Michel Foucault. Exemplificando aqui mas valendo para todas as outras edições do projeto, decorrente da necessidade de uma discussão mais aprofundada entre os petianos, foram realizadas reuniões prévias de debates acerca dos assuntos apresentados na obra. A diferença de abordagem se dá pelo pouco ou nenhum contato dos alunos com o tema durante a graduação, sendo assim, uma oportunidade para os petianos e os participantes do Clube de Leitura em explorar novos campos em suas formações acadêmicas. Os formulários de inscrições foram realizados de maneira *online*, assim como os próprios encontros. Nessa edição, 49 pessoas inscreveram-se, majoritariamente alunos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História vinculados à UEPG.

As últimas edições ocorridas em 2023, tiveram como objetivo proporcionar discussões voltadas para temas decoloniais. O conceito da decolonialidade é o entendimento da existência das múltiplas interpretações de mundo, combatendo o ideal da modernidade capitalista de uma História única e ocidental. A edição do primeiro semestre, debateu a obra do líder indígena, filósofo e ambientalista Ailton Krenak, “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019). Para esse ano, a abordagem escolhida foi diferente, realizando encontros presenciais no Campus da UEPG. Apesar do número de inscritos (33), a participação nos encontros diminuiu de forma significativa em comparação às edições anteriores. A edição seguinte manteve a mesma média de inscritos e de presença, mesmo após reformulação do método de realização do clube. Em reuniões anteriores e com o *feedback* da edição do primeiro semestre, levantou-se a ideia de ao invés de debater obras completas, utilizar artigos temáticos de 15 a 20 páginas, visando maior disponibilidade para leitura dos estudantes. Também sugeriu-se o modelo híbrido de evento, para que interessados de outras regiões do país pudessem participar. O tema escolhido foi negritude e travestilidade, com os textos “Reflexões sobre afronecrotrofobia” de Yordana Lara Pereira Rego e “Por que você não me abraça?” de Megg Rayara Gomes de Oliveira. Mesmo com mudanças, o clube não obteve resultados diferentes.

Imagem 2: Encontro presencial do clube de leitura- Ideias para Adiar o Fim do Mundo, de Ailton Krenak



De modo geral, enfrentam-se dificuldades pós-pandemia para a integração dos estudantes nos eventos acadêmicos presenciais. O período EAD modificou a maneira dos estudantes interagirem entre si e com os professores. Há um novo tipo de timidez gerado pela possibilidade de manter-se em silêncio através das telas durante o período pandêmico. Além disso, as últimas edições demonstraram uma falha na metodologia de divulgação e também de ausência de exposição da importância dos clubes para a formação, tanto acadêmica quanto pessoal. Tornava-se mais um evento que possibilitaria horas complementares para cumprir um dos requisitos para obter o diploma. O próprio modelo de mediação para os debates ocorriam de forma que os participantes não se sentiam à vontade para levantar temas. Exemplificando, os encontros duravam entre uma hora e uma hora e meia, separados em dois blocos. No primeiro momento, dois ou três petianos apresentavam o autor e as ideias do capítulo/artigo para que no tempo restante os participantes trouxessem seus comentários. Partindo da ideia de que a discussão sobre a obra não finaliza nela própria, o desafio da metodologia apresentada é gerar o debate a partir das referências de cada um. Após reuniões entre os membros do PET, entende-se que só é possível obter esse resultado a partir da própria mediação, tornando-a mais provocativa. Ao apresentar todas as ideias no primeiro bloco de modo semelhante a uma exposição de conteúdo, não é possível gerar a reação esperada do público. Para isso, encarregou-se o restante dos petianos para que trouxessem seus próprios contatos com outras obras ou situações vivenciadas, além de suas interpretações. Ao tornar o Clube da Leitura em um espaço de trocas e não somente de escuta, o propósito do projeto é alcançado: um lugar de sociabilidade.

Imagem 3: Registro de um encontro online do clube de leitura- Michel Foucault, História da sexualidade: a vontade de saber



Tomando como exemplo a experiência do Clube do Livro de Ribeirão das Neves (Sá, Barbosa, Ferreira, 2019), a relação com a leitura não nasce de forma espontânea. É preciso procurar novas formas de aproximar o público das temáticas, instigar o interesse e tornar para além de tudo acessível e condizente com as demandas populares pois, afinal, não existe clube sem que haja pessoas para frequentá-lo. Outro desafio para obter maior integração dos estudantes é relativo ao horário de realização dos encontros. Para que os cursos de licenciatura e bacharelado em história pudessem participar simultaneamente, a solução encontrada foi a realização do clube entre os turnos vespertino e noturno. Entretanto, conforme debatido em reuniões internas, o modelo limita a participação de estudantes que realizam suas refeições no Restaurante Universitário do campus. Nesse sentido, ainda não há soluções para integração de um grupo mais diversificado, porém há uma obstinação nos petianos em encontrar soluções para os desafios apresentados e é evidente o desejo do grupo em dar continuidade e melhora do projeto e pensar em sua melhora.

Tendo uma longa jornada dentro do Programa de Educação Tutorial, o Clube de Leitura acabou passando por fases tanto de exaltação como de difi-

culdades, do auge da pandemia até a retomada presencial, o clube sempre foi para os petianos um projeto carregado de carinho. Mesmo com as dificuldades encontradas e obstáculos tanto metodológicos como logísticos, a ideia de realizar um clube de leitura dentro do PET História UEPG continua viva e as experiências passadas, sejam de sucesso ou de fracasso, servirão para o futuro do projeto momentos de reflexão e aprendizagem, permitindo novos petianos pensem sobre a continuação da atividade e adaptem suas ideias e análises para novas edições.

Referências

FERREIRA, Felipe Lomba; LOPES, Bruna Alvez . **Viagens no Islã Medieval- Breve Análise de Viagem ao Volga**. In: André Bueno. (Org.). Novos Estudos em Próximo Oriente. 1ªed Rio de Janeiro: Proj.Orientalismo/UERJ, 2022, v. , p. 19-25.

FISCHER, Steven Roger. *A History of Reading*. Reaktion Books, 2003.

PACETE, Luiz Gustavo. Brasil é o terceiro maior consumidor de redes sociais do mundo. **Forbes**. 09 de março de 2023. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2023/03/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-consome-redes-sociais-em-todo-o-mundo/>

SOUSANIS, Nick. **Desaplanar**. São Paulo: Ed. Veneta, 2017.

SOMBINI, Eduardo. Jovens leem mais no Brasil, mas hábito diminui com a idade. **Folha de São Paulo**. 28 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/09/jovens-leem-mais-no-brasil-mas-habito-de-leitura-diminui-com-a-idade.shtml>

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **OMS destaca necessidade urgente de transformar saúde mental e atenção**. 17 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/17-6-2022-oms-destaca-necessidade-urgente-transformar-saude-mental-e-atencao>

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Georgiane Garabely Heil Vázquez

Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG e professora dos Programas de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico - História, Cultura e Identidades (PPGH/ UEPG) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA- UEPG). É licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2002), Doutora (2015) e Mestra (2005) em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR, com pesquisas na área de Estudos de Gênero. Tutora responsável pelo Programa de Educação Tutorial do grupo PET História UEPG (Educação e Diversidade). Desenvolve pesquisas vinculadas aos debates sobre Estudos de Gênero, História das Mulheres, Medicina e Cultura, História da Medicina, Maternidade, Memórias, Sexualidades e Diversidade. E-mail – gghvazquez@uepg.br

Angela Ribeiro Ferreira

Professora do Curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - PR. Licenciada em História, Mestre e Doutora em Educação pela UEPG. Docente do Programa de Pós-Graduação ProfHistória da UEPG. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Formação de Professores e Ensino de História - LEFOPEH (CNPq) e do Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividades - LAGEDIS (CNPq). Co-Tutora do PET-História UEPG Educação e Diversidade. E-mail: angelarf@uepg.br

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Angela Ribeiro Ferreira – Professora do Curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - PR. Licenciada em História, Mestre e Doutora em Educação pela UEPG. Docente do Programa de Pós-Graduação ProfHistória da UEPG. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Formação de Professores e Ensino de História - LEFOPEH (CNPq) e do Laboratório de Estudos de Gênero, Diversidade, Infância e Subjetividades - LAGEDIS (CNPq). Co-Tutora do PET- História UEPG Educação e Diversidade. E-mail: angelarf@uepg.br

Ana Luiza Rosa Severo – Graduanda em História (Bacharelado) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e integrante do grupo PET História durante os anos de 2022 e 2023

Brayan Gaudêncio Rocha - Graduando na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), matriculado no curso de bacharelado em História. Integrante bolsista no Programa Educacional Tutorial (PET) História, desde 2023. Atualmente desenvolve pesquisa de iniciação científica (PROVIC) na área de Estudos de Gênero.

Camille Machado Bahri – Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com láurea acadêmica. Foi bolsista integrante do Programa de Educação Tutorial de História (PET História/UEPG), atuando no tema “Educação e Diversidade” entre 2022 e 2024. Em 2024, participou do Programa Voluntário de Iniciação Científica (Provic), desenvolvendo a pesquisa “VOZES (I)MIGRANTES: Memórias e pertencimentos culturais na comunidade da Igreja Ucrâniana São José Operário em Telêmaco Borba (1952-1989)”. Em 2023, também pelo Provic, realizou o estudo “MULHERES MIGRANTES: Memórias e trajetórias campo-cidade em Telêmaco Borba/PR”. Ambas as pesquisas foram desenvolvidas em colaboração com o Núcleo de Pesquisa Memória, Cultura e Natureza (Programa de Pós-graduação em História - PPGH/UEPG). Tem interesse nas áreas: História do Brasil, História Regional do Paraná, História do Trabalho, História Oral.

Eduardo José Vieira Cesto - Graduando em história (Bacharelado) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Foi voluntário e posteriormente bolsista do grupo PET História “Educação e Diversidade”.

Felipe Lomba Ferreira – Mestrando em História pelo PPGH UEPG. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em 2022 fez iniciação científica desenvolvendo a pesquisa “Genocídio, memória e cinema: o papel da narrativa identitária na obra Ararat (2002) em meio ao negacionismo turco” realizado sob a orientação do Professor Doutor Erivan Cassiano Karvat. Durante o período de 2021 até 2023 participou do Programa Educacional Tutorial (PET) História. Participou do Núcleo de História e Imagem

Georgiane Garabely Heil Vázquez- Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG e professora dos Programas de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico - História, Cultura e Identidades (PPGH/ UEPG) e no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA- UEPG). É licenciada em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2002), Doutora (2015) e Mestra (2005) em História pela Universidade Federal do Paraná- UFPR, com pesquisas na área de Estudos de Gênero. Tutora responsável pelo Programa de Educação Tutorial do grupo PET História UEPG (Educação e Diversidade). Desenvolve pesquisas vinculadas aos debates sobre Estudos de Gênero, História das Mulheres, Medicina e Cultura, História da Medicina, Maternidade, Memórias, Sexualidades e Diversidade. E-mail – gghvazquez@uepg.br

Jeferson Osni de Souza Junior – Graduando em História - (Bacharelado) - pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), participou do Programa de Iniciação Científica (PROVIC) durante os de (2022-2023) e (2023-2024), atualmente encontra-se engajado no ano de (2024-2025). Além disso, atua como bolsista no Programa Educacional Tutorial (PET) de História. Integra o Núcleo de Estudos em História Intelectual (NPHI/PPGH) e o Núcleo de Gênero - Laboratório de Estudos de Gênero Diversidade, Infância e Subjetividades (LAGEDIS), ambos do Programa de Pós-Graduação em História da UEPG. Possui interesse nas áreas: História e Gênero; História e Sexualidade; História Intelectual; História e Cinema e Patrimônio cultural.

Lorenzo Prioto dos Santos - carambiense de coração, atualmente cursa Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). É bolsista do Programa de Educação Tutorial de História (PET/História), como, também, participante do Núcleo de Estudos em História Intelectual do Programa de Pós-Graduação em História (NPHI/PPGH) da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem profundo amor por livros, gatos e Teoria da História. E-mail: lpriottodossantos@gmail.com

Lucas Gabriel Silva – Graduando em História – licenciatura- pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Participou do Programa de Educação Tutorial (PET) durante o ano de 2024.

Manuela de Oliveira Marcondes- Possui graduação em Superior de Tecnologia em Design de Moda pela UniCesumar(2024). É graduanda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (bacharelado) e bolsista no Programa PET História Educação e Diversidade desde 2024. Atualmente desenvolve pesquisa de iniciação científica PROVIC na área de estudos de gênero e maternidade.

Millena Borcoski – Mestranda em História pelo PPGH UEPG. Graduada em História pela UEPG com pesquisa Perspectivas geracionais e concepções de maternidade em Palmeira? A construção da ideia de maternidade através da análise geracional no município de Palmeira - PR (1960-1970 e 1980-1990). Foi bolsista do PET História UEPG até o ano de 2023.

Sara Bomfim Cinque – Graduanda em Bacharelado em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente é integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial de História (PET História/UEPG) com o tema “Educação e Diversidade”. Participou do Programa Voluntário de Iniciação Científica (Provic) no período de 2022 à 2023, desenvolvendo a pesquisa “Memórias de professoras sobre a greve de 1988 e as relações familiares durante o movimento”.

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

PET HISTÓRIA



www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952